

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA - UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
MEIO AMBIENTE

Avaliação das Virtudes e Fragilidades de Programas Municipais de
Economia Solidária: um estudo de casos múltiplos

Oscar Hideyuki Gushiken

ARARAQUARA
2015

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA - UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
MEIO AMBIENTE

Avaliação das Virtudes e Fragilidades de Programas Municipais de
Economia Solidária: um estudo de casos múltiplos

Dissertação apresentada como exigência para
obtenção do grau de Mestrado em
Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente
da Centro Universitário de Araraquara -
UNIARA.

Orientando: Oscar H. Gushiken

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Helena Carvalho de Lorenzo

ARARAQUARA
2015

FICHA CATALOGRÁFICA

G989a Gushiken, Oscar H.

Avaliação das virtudes e fragilidades de programas municipais de economia solidária: um estudo de casos múltiplos/Oscar H. Gushiken. – Araraquara: Centro Universitário de Araraquara, 2015. 163f.

Dissertação (Mestrado)- Centro Universitário de Araraquara
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e
Meio Ambiente

Orientador: Profa. Dra. Helena Carvalho de Lorenzo

1. Economia solidária. 2. Socialismo. 3. Políticas públicas. I.
Título.

CDU 504.03

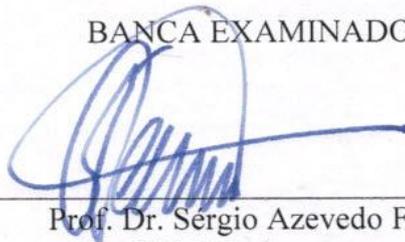
FOLHA DE APROVAÇÃO

NOME DO ALUNO: *Oscar Hideyuki Gushiken*

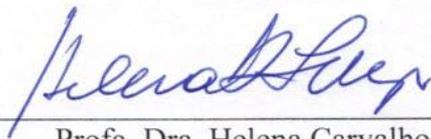
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, curso de Mestrado, do Centro Universitário de Araraquara – UNIARA – como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Dinâmica Regional e Alternativas de Sustentabilidade.

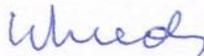
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Sergio Azevedo Fonseca
UNESP - Araraquara



Profa. Dra. Helena Carvalho De Lorenzo
UNIARA - Araraquara



Prof. Dr. Oriowaldo Queda
UNIARA - Araraquara

Araraquara – SP, 29 de abril de 2015

"A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar."

Eduardo Galeano

AGRADECIMENTOS

Gostaria de registrar minha imensa gratidão à todas as pessoas que estiveram envolvidas direta e indiretamente no percurso até aqui estabelecido, que resultou nesta dissertação.

Agradeço a Deus e à minha família, meus irmãos Adriano e Adriana e principalmente meus pais Yukiko e Luiz, muito obrigado por me proporcionarem desde o começo de minha vida a oportunidade nos estudos. Sem o esforço de vocês não seria possível chegar até aqui. Amo todos vocês.

Dedico este trabalho à minha família!

Pelo lado acadêmico não poderia deixar de agradecer com todas as minhas forças meus “pais” acadêmicos, a minha sempre disposta orientadora profa. Helena e meu professor desde os tempos de Unesp prof. Sérgio Fonseca. Agradeço pela paciência, pela dedicação ao ensino e pelas decisivas contribuições para a minha pesquisa. Muito obrigado aos dois!

Agradeço também ao professor Oriowaldo Queda que sempre esteve disposto a me ajudar na pesquisa, indicando bibliografias e sugestões.

Também sou grato a profa. Vera Botta que junto com minha orientadora, profa. Helena me recebeu de braços abertos no programa de mestrado.

Também não posso deixar de agradecer a todos os docentes que compõem o programa de mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da UNIARA, profa. Bilú, profa. Vanessa, prof. Zildo, prof. Guilherme, prof. Leonardo, prof. Luiz Manoel, prof. Luiz Fernando. Agradeço o convívio e as contribuições.

Agradeço à CAPES que me proporcionou meios financiadores para a minha dedicação ao mestrado.

Aos meus colegas de mestrado, que compartilharam conhecimentos e angústias durante todos o período do mestrado. Agradeço também ao pessoal do NPDL e do NUPEDOR, Henrique, César, Silvani, Daniel, Tauana e Ana Flávia pelo convívio e trocas de conhecimentos e também agradeço a Ivani, a Sílvia, a Fernanda e a Jaque da secretaria do mestrado.

Também quero deixar meu obrigado ao Fábio, o Babo, que sempre me deu dicas sobre o mestrado.

Por fim, gostaria de registrar também meus agradecimentos a todos os meus amigos que estiveram presentes na minha caminhada desde a graduação em Araraquara, que teve início lá no ano de 2006. Em especial os meus amigos, irmãos da Limão, com os quais convivi nos últimos anos em Araraquara, Rafael, Munhoz, Tames, Titi, Fog, Malu que sempre estiveram presentes nos momentos de diversão, mas também sempre me incentivaram e apoiaram nos

estudos e nos projetos de ecosol, alguns atuando juntos. Deixo aqui, a minha gratidão a todos!

Pessoal valeu mesmo, de coração, todos vocês!!!

RESUMO

O presente trabalho focalizou-se nas políticas municipais de economia solidária (ecosol). Como objetivo da pesquisa o intuito foi de identificar as múltiplas dinâmicas e ações dos programas de economia solidária dos municípios de Araraquara, São Carlos e Osasco, pontuando os principais entraves e as potencialidades nos ambientes solidários dos três municípios. Metodologicamente o trabalho envolveu uma pesquisa qualitativa de cunho exploratório e descritivo por meio de estudo de casos múltiplos selecionados por meio da noção da pesquisa-ação relacionada ao envolvimento do autor nas práticas em ecosol em Araraquara por meio da INCONESP em conexão com questões contidas na literatura da ecosol. As análises foram realizadas com base nas abordagens históricas, de fatores sócio-culturais, da análise da matriz das fortalezas, oportunidades, fragilidades e ameaças – FOFA e descrições econômicas pontuais. As entrevistas com questões semi-estruturadas foram aplicadas aos representantes do programa de ecosol, das incubadoras universitárias e/ou públicas de apoio às iniciativas solidárias e de empreendimentos solidários existentes nos casos selecionados. Os resultados demonstraram as múltiplas direções das ações em ecosol nos três municípios com existência de pluralidades nas características, nas ações e nas dinâmicas dos agentes de ecosol nos municípios estudados. Identificou-se também que a dependência externa, sobretudo em recursos financeiros abrange as instituições de apoio e os empreendimentos solidários. As dificuldades dos agentes de ecosol perpassam por questões políticas, sociais, técnicas, educacionais e de subjetividades específicas. Por fim, constatou-se que fatores como o saber, o querer e o poder influenciam transversalmente no ambiente de ecosol nos três municípios, por vezes um fator acaba por inibir o potencial de outro fator.

Palavras-chave: economia solidária; socialismo; políticas públicas

ABSTRACT

This work was focused on the municipal solidarity economy policies (ecosol). The objective of the research was identifying the multiple dynamics and actions of solidarity saving programs in the municipalities of Araraquara, São Carlos and Osasco, punctuating the main obstacles and potential supportive environments in the three municipalities. Methodologically the work involved a qualitative study of exploratory and descriptive nature through multiple case study. The intentional selection of cases is related to the involvement of the author in practice in ecosol in Araraquara by INCONESP, enabling problematizations extraction in connection with matters contained in the ecosol literature. Analyses were performed from historical perspective approaches, socio-cultural factors, the analysis of the matrix of the strengths, opportunities, weaknesses and threats - SWOT to identify the key internal and external factors that influence positively and / or negatively in dynamics of ecosol agents in the three municipalities and economic point descriptions. Interviews with semi-structured questions were applied to representatives of ecosol program, the university incubators and / or public support for solidarity initiatives and solidarity enterprises existing in selected cases. The results demonstrated multiple directions of actions in ecosol in the three counties with the existence of plurality and peculiarities on the characteristics, actions and the dynamics of ecosol agents in the cities studied. It also identified that the external dependence, especially in funding covers the institutions of support and solidarity enterprises. The difficulties of ecosol agents permeate by political, social, technical, educational and specific subjectivities. Finally, contacts that factors such as knowledge, the will and the power across ecosol influence the environment in the three cities, sometimes a factor turns out to inhibit the potential of another factor.

Keywords: social economy; socialism; public policy

LISTA DE SIGLAS

ACASC – Associação de Comércio Alternativo de São Carlos

ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário

AMA – Associação das Mulheres Assentadas do Monte Alegre VI

ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão

APASC – Associação para Proteção Ambiental de São Carlos

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BVRIO – Bolsa Verde do Rio de Janeiro

CCO – Confecções e Costura de Osasco

CEBRAC – Central Brasileiro de Cursos

CENTCOOP – Central de Cooperativas de Catadores do estado de São Paulo

CETESB – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CONAES – Conferência Nacional de Economia Solidária

COOPERLIMP – Cooperativa de Limpeza de São Carlos

COOPERNATUZ – Cooperativa de Catadores Cooperando com a Natureza de Osasco

COOPRAM – Cooperativa de Produção de Artes Metálicas

ITCP/COPPE/UFRJ – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia da universidade federal do Rio de Janeiro

DAAE – Departamento de Abastecimento de Água e Esgoto

DAAES – Departamento de Apoio à Economia Solidária de São Carlos

ECOSOL – Economia Solidária

FASE – Federação de Órgão para Assistência Social e Educacional

FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária

FCLAr – Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista de Araraquara

FINEP – Financiadora Nacional de Estudos e Projetos

FOFA – Matriz das Fortalezas, Oportunidades, Fragilidades e Ameaças

FUNASA – Fundação Nacional da Saúde

GT-BRASILEIRO – Grupo de Trabalho Brasileiro

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBICRED – Associação Brasileira de Instituição de Microcrédito

IHU – Instituto Humanitas Unisinos

INCONESP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares do Nordeste do Estado de São Paulo

INCOOP – Incubadora Regional de Cooperativas de São Carlos

INSS – Instituto Nacional de Seguro Social

ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares

ITESP – Fundação Instituto de Terra do Estado de São Paulo

MAESOL – Mulheres Ativas Empreendedoras e Solidárias de Osasco

MST – Movimento Sem-Terra

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

NEESC – Núcleo de Estudos em Economia Solidária e Cidadania

NuMI-EcoSol – Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos e Intervenção em Economia Solidária

NUPEDOR – Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural

ONG – Organização Não-Governamental

PACS – Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul

PAT – Portal de Apoio ao Trabalhador de Araraquara

PET – Programa de Educação Tutorial

PROEX – Pró-Reitoria de Extensão

PRONINC – Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

RBSES – Rede Brasileira de Sócio-Economia Solidária

REDE ITCPs – Rede de Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

SDTI – Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão de Osasco

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

SMTE – Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego

UFC – Universidade Federal do Ceará

UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora

UFPR - Universidade Federal do Paraná

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco

UFSCar - Universidade Federal de São Carlos

UNEB - Universidade Estadual da Bahia

UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

UNIARA – Centro Universitário de Araraquara

UNISOL – Universidade Solidária

UNITRABALHO – Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho

LISTA DE MATRIZES

Matriz 1: Análise FOFA - Associação de Artesanato Mãos Que Criam.....	71
Matriz 2: Análise FOFA – Associação das Mulheres do Assentamento Monte Alegre VI – AMA.....	74
Matriz 3: Análise FOFA – Coostuara.....	76
Matriz 4: Análise FOFA – Cooperativa Acácia.....	80
Matriz 5: Análise FOFA Geral dos Empreendimentos Solidários de Araraquara.....	81
Matriz 6: Análise FOFA – INCONESP.....	84
Matriz 7: Análise FOFA – Coordenadoria de Economia Solidária de Araraquara.....	86
Matriz 8: Análise FOFA – Departamento de Apoio à Economia Solidária de São Carlos.....	95
Matriz 9: Análise FOFA – NuMi-EcoSol/UFSCar.....	98
Matriz 10: Análise FOFA – Coopsi.....	101
Matriz 11: Análise FOFA – ConsumoSol.....	103
Matriz 12: Análise FOFA – Maria Fuxico.....	105
Matriz 13: Análise FOFA – Coopervida.....	107
Matriz 14: Análise FOFA – Associação de MEIs de São Carlos.....	109
Matriz 15: Análise FOFA – TASCA.....	110
Matriz 16: Análise FOFA Geral dos Empreendimentos Solidários de São Carlos.....	111

Matriz 17: Análise FOFA – Centro Público de Economia Solidária de Osasco.....	118
Matriz 18: Análise FOFA – Incubadora Pública de Empreendimentos Solidários de Osasco.....	120
Matriz 19: Análise FOFA – Confecções e Costura Osasco - CCO.....	123
Matriz 20: Análise FOFA – Maesol.....	125
Matriz 21: Análise FOFA – Tendart.....	126
Matriz 22: Análise FOFA – Coopernatuz.....	128
Matriz 23: Análise FOFA – MEI de Serigrafia.....	131
Matriz 24: Análise FOFA Geral dos Empreendimentos Solidários de Osasco.....	132
Matriz 25: Análise FOFA Geral dos Empreendimentos Solidários de Araraquara, São Carlos e Osasco.....	137
Matriz 26: Análise FOFA Geral dos Programas Municipais de Economia Solidária – Araraquara, São Carlos e Osasco.....	137
Matriz 27: Análise FOFA Geral das Incubadoras de Empreendimentos Solidários – Araraquara, São Carlos e Osasco.....	138

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
1.1 Apresentação e Justificativas.....	16
1.2 Objetivo Geral.....	20
1.3 Objetivos Específicos.....	20
1.4 Metodologia.....	21
1.5 Instrumentos de Coleta de Dados.....	24
1.6 Análise de Dados.....	26
2 BREVE HISTÓRICO DO PENSAMENTO SOCIALISTA.....	27
3 PRINCIPAIS ABORDAGENS SOBRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL.....	35
3.1 A Visão Singeriana sobre a Economia Solidária.....	36
3.2 A Visão marxista sobre a Economia Solidária.no Brasil.....	41
3.3 Visões Pragmáticas na Economia Solidária.....	45
4 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL.....	55
5 ABORDAGENS EM POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO.....	58
6 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: INSTITUIÇÕES DE APOIO E AGENDAS POLÍTICAS.....	60
7 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	67
7.1 Araraquara.....	68

7.2 São Carlos.....	90
7.3 Osasco.....	115
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	136
9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	153
10 ANEXOS.....	160

INTRODUÇÃO

1.1. Apresentação e Justificativas

O movimento do que se denomina hoje de economia solidária (ecosol) tem sido relacionado, sobretudo pelos seus defensores, como um resgate das experiências e ideais baseadas em princípios comunitários, solidários, cooperativistas e de autogestão que emergiram do contexto da sociedade europeia no século XIX.

Tais pensamentos e práticas do século XIX foram defendidos pelos principais pensadores do socialismo utópico. Estes inspirados pelo ambiente deixado pelo pensamento iluminista e da Revolução Francesa engendraram teorias e práticas alternativas frente à desigualdade social e a precarização das relações de trabalho da lógica capitalista em expansão.

O avanço e os desencadeamentos da lógica capitalista de produção no século XX suscitaram o crescimento das experiências no cooperativismo. As crises econômicas, a deterioração do bem-estar social, a globalização, o crescente desemprego e a crise do estado fizeram emanar dos próprios trabalhadores a organização nos moldes dos princípios solidários e do cooperativismo.

Na realidade brasileira, as primeiras experiências em ecosol surgiram nos anos 80, mas tomaram impulso a partir da década de 90, berço de engajamento político e social e da busca pela geração de renda por parte de trabalhadores marginalizados pela dinâmica capitalista. Inicialmente tais iniciativas caracterizavam-se pela sua origem autônoma, fruto da organização da classe trabalhadora, não sendo um projeto idealizado de cima para baixo.

A expansão e a relevância das experiências solidárias em todo o território brasileiro tornaram a ecosol “objeto de crescente interesse científico” (GAIGER, 2012) e ocasionou o surgimento de aportes legais e institucionais, abrindo espaços para a inserção do campo da ecosol nas agendas políticas e principalmente nas ações em políticas públicas.

Na esfera nacional destaca-se o aparecimento de organismos de articulação política como o Conselho Nacional de Economia Solidária - CONAES e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES, além da instância a nível federal, a Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES. Ganham também importância frentes estaduais, na forma de fóruns, conselhos, legislações e instituições estaduais com adesão de praticamente todos os estados brasileiros.

Apesar da suma importância das conquistas nas escalas nacional e estadual, o local perpetua-se como âmbito efetivo das ações públicas e das dinâmicas referentes aos empreendimentos solidários. Propiciado pelo processo de redemocratização iniciada na década

de 80, culminando com a Constituição de 88, os municípios brasileiros se tornam palco das ações políticas e serviços do poder público. É no entorno do município que se revelam as multiplicidades e complexidades tanto nas ações públicas quanto nas atividades solidárias exercidas pelos empreendimentos solidários.

Diversos municípios brasileiros passam a incorporar na gestão municipal políticas voltadas ao campo da ecosol, impulsionando a formação de aportes locais para fomento e promoção da ecosol no plano local. A progressão das secretarias e coordenadorias municipais de ecosol e das leis municipais de ecosol nos municípios brasileiros se dá na medida em que prefeitos e vereadores locais reconhecem as demandas solidárias e a necessidade de suporte a estas.

Para além das instâncias públicas, merecem destaque o surgimento e a atuação das incubadoras na perspectiva da ecosol.

Em meados da década de 90 surgiu a primeira iniciativa em termos de incubadora de cooperativas no interior da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, com a criação da primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Estudos de Engenharia da UFRJ – COPPE/UFRJ.

Com a expansão das ITCPs, formou-se a primeira rede de incubadoras, a rede da Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho – Unitrabalho, no sentido de propor estratégias, pesquisa e extensão universitária em prol do da sociedade sobre o universo do trabalho.

Posteriormente, criou-se a Rede de ITCPs para o intercâmbio de experiências. A partir das incubadoras universitárias, foram surgindo no âmbito local outros tipos de incubadoras, vinculadas ao poder público municipal, as incubadoras públicas.

Atualmente há três tipos principais de incubadoras que atuam no fomento à ecosol no Brasil. São as incubadoras universitárias vinculadas à Rede da Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho - Unitrabalho, as incubadoras universitárias vinculadas à Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares e as chamadas incubadoras públicas. Estas últimas com vínculo ao poder público local.

Atualmente no Brasil a ecosol perpassa por uma variedade de experiências envolvendo os chamados empreendimentos solidários, com o exercício de atividades de produção, comercialização, de serviços, de consumo e de crédito e de todo o acervo legal, institucional e de organizações civis (Organizações Não Governamentais - ONGs, universidades e outras instituições sociais) e públicas (gestores públicos, incubadoras, etc) de apoio aos empreendimentos.

Nessa perspectiva a elucidação de algumas das diversas configurações locais em ecosol, de seus entraves e potencialidades, torna-se relevante em termos de contribuir para melhor entendimento, compreensão e condução do projeto solidário, no local.

Além disso, as literaturas específicas “produzidas a respeito são ainda escassas” (GAIGER, 2012) o que revela a necessidade de estudos no tema da ecosol para a compreensão das dinâmicas estabelecidas, bem como diagnosticar potencialidades e entraves que permeiam seu campo prático.

Torna-se importante a verificação da função exercida pelas instituições de apoio, sobretudo das instâncias vinculadas ao poder público municipal e das incubadoras (públicas e/ou universitárias).

Então este estudo propôs contribuições em duas frentes. Uma em termos teóricos, no sentido de apresentar um panorama geral das principais vertentes teóricas no campo da ecosol no Brasil, tentando agrupá-las por estilos de abordagem. Esta motivação emergiu uma vez que o autor percebeu que os trabalhos sobre a ecosol apresentam uma mistura de abordagens, por outro lado, percebe-se que os principais autores citados na literatura possuem divergências e convergências nos estilos de suas abordagens. Alguns mais teóricos e sistêmicos e outros se concentram nas as vivências e práticas.

A outra frente insere-se em termos das práticas locais para a discussão acerca da ecosol na realidade brasileira, procurando apresentar algumas dentre as diversas características de experiências locais em ecosol, além de identificar alguns fatores que interferem nas práticas no campo da ecosol constituindo-se seja como entraves, seja como potencialidades em três municípios do estado de São Paulo selecionados como estudo de casos: Araraquara, São Carlos e Osasco.

Os três municípios, embora tenham inspirações uns nos outros, sugerem panoramas e situações diferentes nas suas práticas locais em ecosol. Além disso por mais que se perpetuem no local, há indícios de fragilidades no entorno municipal para tais práticas que estariam presas a dependências à nível federal, sobretudo financeiros. Por fim, indica-se que fatores políticos e sócio-culturais interferem diretamente no avanço e/ou estagnação das experiências solidárias nesses municípios. Hipóteses que se confirmaram ao longo da pesquisa.

Os critérios que envolveram a seleção dos três municípios relacionam-se com a experiência acumulada pelo autor na oportunidade de atuação pela incubadora vinculada à universidade no município de Araraquara, o que conjuntamente com os conhecimentos obtidos por meio da literatura sobre a ecosol, permitiram ao autor elencar questões de problematização sobre as dinâmicas dos programas de ecosol nos três municípios. Essa questão é trabalhada com

mais especificidade na seção metodológica.

Para tanto, inicialmente apresenta-se um rápido percurso sobre as bases do pensamento socialista, perpassando historicamente pelos principais socialistas utópicos e seus ideais, além de situar o contraponto do pensamento de Marx a estes.

Nesse contexto cabe ressaltar que a abordagem não envolverá a discussão sobre o socialismo real. O intuito aqui é de situar historicamente os pensamentos de vertentes socialistas que se relacionam com as diversas abordagens contemporâneas sobre a ecosol.

Num segundo ponto é feito um panorama geral das principais vertentes da literatura da ecosol no Brasil, situando, diferenciando e relacionando três tipos de abordagens: vertentes que remetem às ideologias dos socialistas utópicos, as vertentes marxistas e o que chamaremos aqui de abordagens mais pragmáticas a respeito da ecosol no Brasil.

Assim, em um terceiro momento pretende-se apresentar algumas características da ecosol no Brasil, seguido de um percurso histórico sobre o surgimento de instituições e agendas políticas para o fomento à ecosol no território brasileiro com convergência às políticas públicas de ecosol.

Por fim, a apresentação dos estudos de casos com as descrições do contexto das práticas de ecosol em políticas públicas nos municípios selecionados. Tal abordagem concentra-se em apresentar um panorama e o histórico de origem das instituições e empreendimentos solidários dos três municípios, com identificação das principais virtudes e fragilidades que permeiam o contexto no campo da ecosol em cada município.

1.2 Objetivo Geral

O objetivo geral da pesquisa é identificar e analisar a multiplicidade em termos de contextos e de dinâmicas dos programas de ecosol dos municípios de Araraquara, São Carlos e Osasco, pontuando suas principais virtudes e fragilidades.

1.3 Objetivos Específicos

- Apresentar as multiplicidades e multidirecionalidades das ações em ecosol nos municípios de Araraquara, São Carlos e Osasco;
- Descrever o processo histórico da inserção das políticas públicas de ecosol nos três municípios, identificando as motivações históricas que propiciaram o surgimento das instituições de apoio e dos empreendimentos solidários;
- Identificar as principais virtudes e fragilidades nos ambientes interno e externo dos agentes que compõem os programas de ecosol dos três municípios;
- Verificar como se estabelecem as relações entre os agentes da ecosol nesses municípios;
- Verificar possíveis influências de fatores sócio-culturais como o saber, o querer e o poder no ambiente da ecosol nos municípios estudados.

1.4 Metodologia

Para além das divergências teóricas, as possibilidades em termos da ecosol no Brasil atualmente são promovidas por meio de uma série de mecanismos, em termos de políticas públicas, para fomento e criação dos chamados empreendimentos solidários, oferecidos como uma alternativa de geração de renda à população, que geralmente, encontra-se em situações de marginalização sócio-econômica.

Diferentemente das experiências mobilizadas de baixo para cima, organizadas pela classe trabalhadora, grande parte dos empreendimentos solidários recentes são oriundos de projetos de gestores públicos locais. Assim, a atuação das instituições de apoio, no sentido de suporte e fomento, torna-se ainda mais requisitada.

Ao mergulhar na literatura da ecosol, percebe-se que há complexidades e controvérsias que permeiam não apenas nas abordagens teóricas, extrapolando principalmente, na práxis da ecosol, com arcabouço em políticas de desenvolvimento local.

Nesse contexto, a literatura específica no tema da ecosol agregada aos conhecimentos acumulados e observações do autor obtidas por meio da atuação direta na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares do Nordeste do Estado de São Paulo - INCONESP vinculada à Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP de Araraquara, suscitaram algumas questões referentes às dinâmicas locais de ecosol com vínculo nas políticas públicas locais que, para efeito deste trabalho são estudadas em três municípios do estado de São Paulo selecionados como estudo de casos.

A partir dessas duas frentes, pressupõe-se que as experiências em ecosol, as quais se situam numa esfera local, apresentam por vezes características semelhantes e simultaneamente, diversidades operacionais, contextuais e de características particulares, tanto no entorno da dinâmica das ações públicas e de apoio, quanto no ambiente interno dos empreendimentos solidários.

Nesse sentido pretende-se investigar essas questões por meio da estratégia de estudo de casos múltiplos a partir dos três municípios citados anteriormente.

A escolha dos casos relacionou-se à vivência e experiência do autor como integrante da INCONESP, da Unesp de Araraquara. Nesta oportunidade, o autor atuou de 2007 a 2011, acompanhando empreendimentos solidários no município de Araraquara, além de contribuir para parcerias com o poder público local e organização de fóruns locais. Além disso, o autor tomou conhecimento e contato com outras experiências que sugerem panoramas diferentes e sobre a vivência dos empreendimentos solidários e das atuações de apoio locais. Assim, por

meio de visitas técnicas tomou-se o conhecimento de experiências nos municípios de Osasco e São Carlos.

O contato direto nessas vivências locais em ecosol possibilitou ao autor tomar ciência da relação das questões críticas abordadas na literatura da ecosol com as experiências efetivas em termos municipais, indicando que os principais entraves discutidos na literatura permeiam realmente como gargalos nesses ambientes e para além das dificuldades, com o pressuposto da existência de multiplicidades nas dinâmicas de ecosol nesses municípios.

Indícios de presença de algumas das vastas diversidades em experiências em ecosol, dinâmicas e situações aparentemente distintas, mas com algumas semelhanças pontuais como a existência de um histórico de demandas de empreendimentos solidários e de aportes institucionais (poder público local e incubadoras universitárias e/ou públicas de cooperativas populares) e jurídicos municipais de apoio a ecosol.

Assim, a metodologia, que é o caminho a ser percorrido para atingir os objetivos da pesquisa (GONSALVES, 2007) envolve estudo de casos múltiplos de caráter qualitativo, exploratória e descritiva.

A proposta de investigação interdisciplinar envolve aspectos de investigação em políticas públicas, bem como o olhar histórico, sócio-cultural e algumas descrições com dados econômicos.

Na análise das políticas públicas em ecosol de Araraquara, São Carlos e Osasco, a investigação é feita por meio de um “método de organização de problemas e potencialidades e de ameaças e oportunidades” chamado de método das Fortalezas, Oportunidades, Fragilidades e Ameaças - FOFA. Isso permitirá a captação de “fatores facilitadores e dificultadores internos e externos” (BUARQUE, 2008).

Segundo Boucher e González (2011), tal método compreende uma ferramenta de diagnóstico que produz um resultado de fácil acesso para distintos atores, sendo uma síntese realista que contempla diferentes perspectivas.

Esses fatores são investigados tanto nas instituições de apoio quanto nos empreendimentos solidários existentes nos municípios selecionados.

Somado a isso, uma abordagem histórica serve para descrever o processo histórico da formação dos programas de ecosol nos municípios estudados além de revelar os interesses e as motivações que influenciaram na formação e criação dos programas e dos agentes de ecosol nos municípios.

Transversalmente ao trato histórico e em políticas públicas a pesquisa se valerá, através de uma lente mais subjetiva, da verificação de alguns dos fatores sócio-culturais que podem

influenciar no percurso e nas ações das instituições de apoio e dos empreendimentos solidários.

Essa análise possui como pilar a discussão de Galjart (1976), em que prevalece uma visão mais sociológica a respeito do desenvolvimento, dando importância às possíveis influências do tripé saber, querer e poder no desenvolvimento agrícola, que aqui transportamos para a discussão em ecosol.

Nesse conceito valoriza-se a investigação acerca da “aceitação de um padrão cultural novo e dinâmico” (GALJART, 1976) bem como a disposição dos agentes em internalizar quadro de mudanças em geral.

Não se deve “negligenciar fatores que afetam o desenvolvimento” como aqueles que influem na “disposição” dos sujeitos, no caso, da ecosol, em incorporar “mudanças”, como a questão da “ignorância, incapacidade e desinteresse” (GALJART, 1976).

Galjart tece sua abordagem no tocante à discussão do desenvolvimento agrícola. Transferindo para o tema da ecosol, a ignorância sugere que o indivíduo não sabe e não tem conhecimento de fazer as “coisas além daquelas que tem feito até agora”, o exercício de determinada atividade nos termos dos princípios solidários. A incapacidade de exercer determinada atividade mesmo sabendo o que poderia fazer, por razões financeiras ou incapacidade técnica. O desinteresse, o indivíduo sabe o que deve fazer, tem condições, mas tem preferência por seguir outros valores, deste último abre caminhos para a formação das falsas cooperativas ou cooperativas de fachada. A influência desses fatores não se restringe aos empreendimentos solidários, estendendo para as instituições de apoio. O saber, a capacidade e o interesse dos agentes de apoio parecem interferir no curso das políticas públicas de ecosol.

Tal abordagem conecta-se com estudo de casos, uma vez que, como ressalta Yin (2001), é uma estratégia preferencial quando o intuito é de se estudar o como e o por quê, sobretudo em pesquisas sobre política, administração pública, sociologia, psicologia comunitária, estudos organizacionais e gerenciais, planejamento regional e municipal.

1.5 Instrumentos de Coleta de Dados

Como reforça Yin (2001) a coleta dos dados para o estudo de casos pode-se utilizar de seis fontes distintas: documentos, registros em arquivo, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos.

Para a coleta dos dados foram utilizados instrumentos que compreendem a análise de documentos oficiais, documentação e observação de campo e entrevistas semi-estruturadas aos representantes das instâncias públicas (gestores), das incubadoras e representantes dos empreendimentos solidários que atuam nos três municípios.

A presente pesquisa qualitativa contornada por estudo de casos demandou do autor o contato direto com o “espaço onde o fenômeno ocorre – ou ocorreu – e reunir informações a serem documentadas”. (GONSALVES, 2007).

O processo de coleta de dados requer a capacidade do pesquisador em ouvir, observar e perceber a fim de captar “novas informações sem pontos de vista tendenciosos” (YIN, 2001). O pesquisador deve procurar exercer tal habilidade tanto na aplicação de entrevistas quanto nas análises de documentos e na observação direta.

Então, neste trabalho a estratégia de coleta de dados envolveu três frentes em conjunto, uma vez que a utilização de diversas fontes de dados possibilita ao autor tratar “uma ampla diversidade de questões históricas, comportamentais e de atitudes” (YIN, 2001).

Os recursos utilizados no estudo de casos múltiplos foram a análise de documentos, entrevistas semi-estruturadas e observação direta.

Com relação a análise de documentos há uma relevância no sentido de “corroborar e valorizar as evidências oriundas de outras fontes” (YIN, 2001). Esses documentos podem ser desde cartas, memorandos, atas de reuniões, relatórios, documentos administrativos, até mesmo artigos de jornais e outras mídias.

Quanto às entrevistas a ideia foi de viabilizar para que sejam “espontâneas” (YIN, 2001) possibilitando ao entrevistado expor algumas percepções próprias do evento estudado delineado por um conjunto de perguntas semi-estruturadas.

Conjuntamente com as duas estratégias apresentadas acima, a observação direta pode conduzir, segundo Yin (2001), a verificação de determinados comportamentos no ambiente estudado além de poder enriquecer o estudo com informações adicionais.

Quanto aos entrevistados da pesquisa, foram selecionados dirigentes dos empreendimentos solidários de cada município selecionado para o estudo de casos (Araraquara, São Carlos e Osasco), gestores públicos como representantes do poder público municipal e

graduandos e/ou pós-graduandos bolsistas representando as ITCP's.

Cabe evidenciar que apenas o trato histórico pode tangenciar a coleta de informações à nível institucional, uma vez que o processo histórico é um fato que já aconteceu e as análises das informações referentes às matrizes FOFA e dos fatores sócio-culturais foram reunidas a partir da percepção de cada representante entrevistado e da percepção do autor sobre o ambiente estudado.

Assim, as informações da FOFA e dos fatores sócio-culturais não podem ser vistas absolutamente como perspectiva das instituições em si.

Nesse sentido procurou-se selecionar representantes das instituições e empreendimentos com alguma experiência acumulada nas atividades da ecosol.

A amostra para a realização das entrevistas foi direcionada pelas especificidades encontradas no contexto da ecosol em cada município, procurando não destoar quanto ao número de empreendimentos entrevistados.

No caso de Araraquara, como o total de empreendimentos relacionados ao programa de ecosol é muito pequeno, sendo que são quatro empreendimentos, entrevistou-se um dirigente de cada empreendimento.

Em São Carlos, o autor deparou-se com a existência de empreendimentos que mantém vínculos apenas com o Centro Público de Economia Solidária, outros com relação somente com a ITCP da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar e empreendimentos que estabelecem relação com as duas instituições, em termos de atuação efetivo de apoio. Apesar disso, todos se relacionam no plano dos espaços de discussões.

Assim, no município de São Carlos procurou-se entrevistar dois empreendimentos de cada situação apresentada acima, totalizando seis empreendimentos solidários.

Por fim, no município de Osasco, o programa de ecosol trabalha com empreendimentos divididos em cinco segmentos de atividade: de alimentação, costura, artesanato, setor de serviços e agricultura urbana.

Assim foi selecionado um empreendimento de cada segmento de atividade, excluindo o de agricultura urbana, e substituindo-o por um Microempreendimento Individual, totalizando cinco empreendimentos.

Pelas instituições de apoio entrevistou-se um representante do programa municipal de ecosol e um representante da incubadora em Araraquara, São Carlos e Osasco.

1.6. Análise de dados

A análise de dados para uma pesquisa “consiste em examinar, categorizar, classificar em tabelas ou, do contrário, recombinar as evidências tendo em vista proposições iniciais de um estudo”. (YIN, 2001).

A organização e análise dos dados são conduzidas à luz das “proposições teóricas que levaram ao estudo de caso” (YIN, 2001).

Por se tratar de casos múltiplos, os relatórios de análise contêm narrativas elaboradas em seções separadas a respeito de cada um dos casos seguido de um capítulo com uma análise “cruzada”, no caso deste trabalho, dos três casos selecionados.

Como foi utilizado um roteiro de entrevistas semi-estruturadas na forma de “pergunta-resposta” (YIN, 2001) foram examinadas as réplicas referentes às mesmas perguntas elaboradas a cada caso e posteriormente o cruzamento de dados.

O intuito foi o de relatar e analisar o percurso histórico e identificar por meio do método da FOFA, os fatores internos e externos que influenciam a dinâmica dos agentes de ecosol nos municípios selecionados.

Para a FOFA, primeiramente elaborou-se matrizes com a disposição de tópicos enumerados (em grau de importância) pelos próprios entrevistados referentes às oportunidades e ameaças externas e fortalezas e fragilidades internas, na percepção do entrevistado sobre as instituições de apoio (poder público e incubadoras) e de todos os empreendimentos selecionados de cada município.

Num momento posterior, as principais informações semelhantes contidas em cada matriz dos empreendimentos solidários foram transportadas para uma matriz geral dos empreendimentos em cada município, separadamente.

As considerações finais relacionam as principais informações repetidas e semelhantes, assim como diferenças pontuais contidas nas descrições e nas matrizes FOFA com o tripé saber, querer e poder, apontando de que maneira esses fatores sócio-culturais exercem influência seja positiva e/ou negativamente no contexto da ecosol em cada município estudado.

2 BREVE HISTÓRICO DO PENSAMENTO SOCIALISTA

As discussões sobre a ecosol no contemporâneo perpassam por controvérsias e divergências no campo teórico e prático.

Apesar das práticas em ecosol no Brasil serem recentes, com origens nos anos 80, seus pilares teóricos remetem ao histórico do pensamento socialista desenvolvido no século XIX, período em que pensadores desenvolveram teorias e práticas como reação à precarização das relações de trabalho induzidas pela lógica produtivista impulsionada por meio da dinâmica capitalista.

Nessa perspectiva cabe mencionar a influência de ideias e pensamentos oriundos do século XVIII para o avanço do pensamento socialista.

Zaar (2013) ressalta que o processo histórico do período do Iluminismo com a Revolução Francesa trouxe um legado de ideais baseados na liberdade, igualdade, fraternidade e democracia, além da abolição da propriedade privada foram largamente defendidos por pensadores clássicos como Voltaire, Rousseau e Montesquieu na contraposição ao Estado absolutista e que posteriormente exerceram influências diretas para o surgimento do pensamento socialista:

Suas ideias serviram de referência teórica para mobilizar as massas e formara a base que sustentou as insurreições populares e inúmeras experiências que pretendiam acabar com a estrutura absolutista das monarquias que dominava em grande parte a Europa. Também foram responsáveis pelo aparecimento de movimentos sociais pacíficos que originaram diferentes formas de cooperação durante o século XIX. (ZAAR, 2013, p. 154).

Tais ideias iluministas com âncora no lema liberdade e igualdade afastaram os trabalhadores da influência revolucionária (ZAAR, 2013), criando um terreno fértil para o surgimento de pensamentos socialistas pacíficos no século posterior, as teorias do socialismo utópico.

Cabe colocar em evidência que o pensamento socialista abarca diferentes vertentes de pensamento, que como demonstrou Zaar (2013) iniciou-se pelo socialismo utópico seguido pelo pensamento do socialismo revolucionário e científico (o anarquismo de Proudhon e o pensamento de Marx) que engendraram diversas experiências socialistas durante o século XIX

e XX, até mesmo as experiências do socialismo real em regimes autoritários como aconteceu na ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS entre os anos de 1924 a 1953 e a partir do período pós Segunda Guerra Mundial em países do leste europeu vinculados à União Soviética, China, Cuba e Coreia do Norte, nestes três últimos países ainda em vigência.

Diante da opressão social e trabalhista, conduzidas pelo avanço do liberalismo capitalista, pensadores como Saint Simon (1760-1825), Charles Fourier (1772-1837), Robert Owen (1771-1858), Proudhon¹ (1809-1865) e outros regataram a ideologia Iluminista, sobretudo a oposição à propriedade privada, às diferenças sociais e à opressão nas relações de trabalho pela via pacífica.

Saint-Simon defendia o dever do Estado no planejamento e organização dos meios de produção e na coordenação no sentido de obter informações sobre as inovações científicas.

Esta liderança estatal seria dirigida pelos sábios e intelectuais. Assim, o Estado seria composto por “industriais (detentores de recursos financeiros), cientistas e artistas (capacidade científica)” e a economia conduzida por “associação de trabalhadores” (ZAAR, 2013).

Simon (2002) então defendia uma inversão de papéis das bases sociais de sua época, pois via nos sábios e artistas mais utilidade para a sociedade do que os reais governantes.

A favor da industrialização, sua abordagem se focou na defesa da ciência técnica para o desenvolvimento das sociedades, a união do conhecimento científico e tecnológico, a industrialização e o Estado como regulador da indústria.

O avanço da ciência conduzia para uma reestruturação da sociedade e da política, pois via a possibilidade de exclusão do Estado no futuro, com uma organização social de industriais e cientistas. Assim, posteriormente se poderia substituir o Estado por uma sociedade mais autogestionária.

Simon, não era um igualitarista, e nem partilhava do princípio da solidariedade, mas almejou uma contribuição no sentido de diminuir as disparidades entre classes sociais, que segundo ele não era passível de igualdades absolutas.

O pensamento de Saint-Simon foi relevante em termos de fomento à ciência que levaria à autogestão da sociedade.

Outro utópico, Charles Fourier, quando propôs a construção de falanstérios, idealizou uma produção agrícola e interação urbana em um mesmo espaço de vivência em pequenas comunidades, onde todos os associados seriam voluntários e teriam mesmo direito de produção de modo democrático.

¹ Apesar de ter sido o principal alvo de Marx, considerado como um utópico, Proudhon se considerava anarquista.

Para Fourier (2002), a organização associativa teria um ingrediente de caráter mais subjetivo, sendo a paixão seria a âncora da relação do associado com o seu trabalho ou produção.

Os falanstérios foram um projeto de Fourier que visava uma sociedade em cooperação, fundamento principal do Cooperativismo. Apesar dos fracassos empíricos, a visão de Fourier da constituição de relações em comunidade e cooperação com relevância em termos de práticas reais da solidariedade e cooperativismo.

A motivação central de Fourier era a vida coletiva, onde se englobam os princípios do socialismo utópico, de maneira que as comunidades, formadas por famílias viveriam do modo de produção democrática e coletiva.

Iniciando a organização por meio da paixão ao trabalho, Fourier idealizou a organização associativa com base na chamada autogestão com processos democráticos e relações de trabalho mais horizontais:

Fourier também propôs que os membros que ocupassem funções de liderança deveriam ser eleitos democraticamente, e que o trabalho deveria ser reduzido ao essencial, deixando de ser uma obrigação para se tornar um verdadeiro prazer, o que considerava viável em fábricas limpas e elegantes, organizadas em seções e com uma divisão de tarefas nas quais os membros pudessem escolher e alternar suas tarefas preferidas. (ZAAR, 2013, p. 156).

Outro nome importante na tentativa de colocar em prática os ideais socialistas, de modo a contribuir para uma sociedade mais justa e solidária foi Robert Owen, considerado precursor efetivo do cooperativismo.

Owen (2002) se opunha à propriedade privada e o fator essencial que propiciaria uma organização societária mais justa com base na cooperação seria a educação.

Segundo Engels (1984), Owen, que aos 29 anos transformou a dinâmica das relações industriais em New Lanark na Escócia revolucionou em suas fábricas os modos de relações de trabalho. Foi responsável pela redução da jornada de trabalho e conduziu um sistema de produção mais cooperativa e solidária, onde a preocupação com a qualidade de vida de seus operários estava ligado aos seus ideais.

Dessa forma, Owen inovou na prática a tentativa de estabelecer relações mais horizontais de trabalho, sendo solidário com seus trabalhadores e estabelecendo uma relação harmoniosa para com eles, pois via na “felicidade do trabalho” o pilar para o cooperativismo (Owen, 2002).

Mesmo com seus fracassos, Robert Owen deixou um legado de intensas práticas pautadas no cooperativismo, que mesmo não vingando, certamente foram relevantes contribuições que conduziram novas formas de se pensar a respeito dos modos de produção e relações de trabalho.

Friedrich Engels, o reconhece em seus escritos:

Todos os movimentos sociais, todos os progressos reais registrados na Inglaterra em interesse da classe trabalhadora, estão ligados ao nome de Owen. Assim, em 1819, depois de cinco anos de grande esforço, conseguiu que fosse votada a primeira lei limitando o trabalho da mulher e das crianças nas fábricas. Foi ele que presidiu o primeiro congresso em que as TRADE-UNIONS de toda a Inglaterra fundiram-se numa grande organização sindical única. E foi também ele quem criou, como medidas de transição, para que a sociedade pudesse organizar-se de maneira integralmente comunista, de um lado, as cooperativas de consumo e de produção - que serviram, pelo menos, para demonstrar na prática que o comerciante e o fabricante não são indispensáveis - e por outro lado, os mercados operários, estabelecimentos de troca dos produtos do trabalho por meio de bônus de trabalho e cuja unidade é a hora de trabalho produzido” (ENGELS, 1984, p. 76-77).

Cabe então fazer uma rápida menção sobre a influência das experiências de Owen no cooperativismo, inspirando o surgimento de experiências posteriormente.

Do legado de Owen, surgiu a Cooperativa de Rochdale: “As experiências engendradas por Robert Owen foram amplamente difundidas através da Sociedade Equitativas do Pioneiros de Rochdale.” (ZAAR, 2013).

A Cooperativa de Rochdale iniciou com vinte e oito trabalhadores e artesãos. O objetivo foi de formar um “armazém cooperativo para abastecer seus sócios com produtos de primeira necessidade” (ZAAR, 2013). Seu sucesso induziu o aparecimento de outras experiências cooperativas, tornando a Cooperativa de Rochdale um exemplo exitoso, a primeira atividade com base no cooperativismo que indicava solidez no engajamento e organização interna: “ Foi a primeira experiência desse tipo que contou com um estatuto e com bases organizacionais e de funcionamento e que alcançou um êxito notável, servindo de modelo a outras cooperativas” (ZAAR, 2013).

Outro pensador importante, considerado utópico por seu contemporâneo Karl Marx nos embates teóricos, foi Proudhon.

Proudhon defende em seus escritos em “A Nova Sociedade” uma sociedade livre de Estado e propriedades privadas e a associação dos proletariados. “Prego a emancipação aos proletários, a associação aos trabalhadores” (PROUDHON, 1978).

A defesa da autogestão dos trabalhadores em comunidade segundo Proudhon, é decisivo para o desenvolvimento social. “Os membros da comunidade, não têm nenhum bem próprio,

mas a comunidade é proprietária. A comunidade, primeiro modo, primeira determinação da sociabilidade é o primeiro marco do desenvolvimento social” (PROUDHON, 1978).

Nessa perspectiva, o foco são as relações humanas baseadas na ação coletiva, em que cada trabalhador seria cooperativo dentro da sociedade a qual pertence como função de garantir a liberdade individual e direito ao trabalho, onde defende a justiça como elemento fundamental da humanidade.” Que é justiça? É a essência da humanidade” (PROUDHON, 1978).

Nesse sentido, com a existência do Estado, a moral, a política e a economia teriam como base uma instituição, negando a possibilidade da liberdade individual e trabalho, que segundo Proudhon só é passível através de um sistema não hierárquico e autogestionário, como o próprio aborda: “Negamos o governo do Estado, porque afirmamos a personalidade e a autonomia das massas” (PROUDHON, 1978).

Proudhon defendia ”que o equilíbrio dos serviços e dos valores” fosse “estabelecido” e “o lucro da força coletiva todos aos que concorrem para ela” (PROUDHON, 1978).

A organização coletiva se efetivaria por meio da “mutualidade” quando os trabalhadores “se resolvem a trabalhar uns para os outros, e concorrem assim para um produto comum, de que repartem o lucro” (PROUDHON, 1978).

Contemporâneo de Marx, Proudhon protagonizou junto a este um debate inserido na perspectiva socialista.

Karl Marx intitulou de socialistas utópicos os grandes pensadores socialistas que o precederam pelos modelos ideológicos a que propunham para uma sociedade mais justa. Como crítica aos escritos de Proudhon, em a “Filosofia da Miséria”, Marx elaborou a “ Miséria da Filosofia”, onde teceu críticas à visão de dos socialistas utópicos, particularmente a de Proudhon “esses teóricos não passam de utopistas que, para obviar as necessidades das classes oprimidas improvisam sistemas e se põem à procura de uma ciência regeneradora.”(MARX, 1847).

Essa crítica de Marx aos utópicos está ligada aos meios que estes propunham para se atingir seus modelos ideológicos, onde defendiam que a transformação da sociedade para uma mais justa se daria pela disseminação de suas ideologias e que atingiria a consciência de toda a sociedade sem a necessidade de intervenção política ou da posse de poder. Para os utópicos, “a sociedade pode ser transformada a partir de uma comunidade exemplar e a reforma social não depende da ação política nem da tomada do poder” (TEIXEIRA, 2002).

Deste modo, a defesa de Marx (1847) para a consolidação das possíveis ideologias socialistas que o precederam, seria pela ciência revolucionária, deixando de ser puramente doutrinária.

Enquanto procuram a ciência e se limitam a fazer sistemas, enquanto estão no início da luta, vêem na miséria apenas a miséria, sem nela verem o lado revolucionário, subversivo, que derrubará a velha sociedade. A partir desse momento, a ciência deixa de ser doutrinária e torna-se revolucionária. (MARX, 1847, p. 100).

As críticas de Marx e também de Engels aos utópicos não se restringem à questão abordada acima, mas em um plano mais geral seria uma das principais motivações críticas de Marx ao que ele mesmo denominou de socialistas utópicos.

A importância de tal crítica revela-se importante para este trabalho uma vez que, como iremos expor no capítulo seguinte, os embates mais recentes no campo da ecosol dão continuidade a este embate clássico, inclusive com o principal teórico da ecosol no Brasil de um lado, o professor Paul Singer estabelecendo críticas às teorias de Marx e Engels e do outro as vertentes marxistas que discutem a ecosol.

Por fim apresenta-se Ferdinand Lassalle, outro contemporâneo e amigo tanto de Marx quanto de Proudhon.

Lassalle foi ativo na Revolução Prussiana de 1848 e defendeu a transição de um sistema capitalista para o socialismo por meio da transformação e reforma do Estado, a este atribuindo papel fundamental para a promoção do chamado bem-estar social.

Esse é ponto principal da divergência de Lassalle às concepções de Marx. Se para este último o Estado teria função transitória para a promoção do bem-estar social, com a tomada do poder pela classe trabalhadora por meio de revolução e com uso até mesmo da força, para posteriormente e idealizando a destruição do Estado em um momento posterior, Lassalle não almejava a dissolução do Estado, mas sim uma transformação pacífica do Estado, atribuindo a este uma configuração semelhante à de uma grande cooperativa de operários:

A grande diferença entre o pensamento de Lassalle e o de Karl Marx ficou por conta da atitude para com o Estado. Enquanto Marx via no Estado burguês algo a ser destruído, Lassalle acreditava na possibilidade de transformá-lo para que pudesse atuar em favor da classe trabalhadora. A hipótese formulada por Marx e Engels de que o Estado deveria se extinguir após um curto período de transição, após a tomada do poder pelos revolucionários, não fazia sentido a Lassalle, que acreditava na possibilidade de um “Estado da classe operária”: o Estado como uma grande organização, uma grande cooperativa das classes trabalhadoras (LASSALLE, 1999, p. 77). (NETO; SANTOS, 2008, p.12).

Nesse sentido, a participação social no campo político era essencial, como evidencia Neto e Santos (2008), Lassalle atribuiu côro ao sulfrágio universal, defendendo o engajamento

e organização política dos trabalhadores.

Uma questão relevante a se apresentar é que Lassalle já defendia a atuação do Estado como suporte e apoio às cooperativas de produção, uma relação semelhante ao que se sugere acontecer nos tempos atuais em políticas públicas de ecosol no Brasil.

Além de preconizar a luta pelo sufrágio universal e propor que a classe trabalhadora organizasse a sua participação política de forma independente, Lassalle defendeu que o Estado alemão intervisse diretamente na vida econômica, por meio do apoio material às cooperativas de produção, como forma de os trabalhadores se tornarem donos das unidades produtivas. (NETO; SANTOS, 2008, p.13)

Assim, Lassalle foi também criticado por Marx no sentido de idealizar a transformação do Estado sem a necessidade de tomada do poder por revolução.

Os utópicos mencionados abordavam de maneiras diferentes no almejo de uma sociedade mais justa, cada o qual com suas especificidades nos pensamentos, ora preservando pontos em comum, ora com visões divergentes.

Mas o que parece comum nesses autores é a defesa dos princípios da autogestão, a solidariedade, a cooperação, as relações horizontais de produção e trabalho. São os princípios em comum que foram trabalhados pelos utópicos, como ressalta Glüttler e que são seguidos na ótica da Ecosol hoje no Brasil e em diversos países do mundo.

SaintSimon, Owen e Fourier possuíam pontos comuns básicos que nos servem de critérios para caracterizá-los como os representantes da nova corrente: enalteceram a questão social em detrimento das demais e buscaram a promoção do bem-estar e da felicidade; não aceitaram a continuação da ordem social que pregava a disputa entre os seres humanos e opostamente defenderam outras formas de convivência no trabalho como a associação, a cooperação, a concórdia, a compreensão. (GLÜTTLER, 1994, p. 30).

Exposto isso, as influências do pensamento socialista reverberaram também no território brasileiro, com início em 1840, por meio de “imigrantes europeus” com a criação, inicialmente de “associações de cooperação” com “características fourieristas.” (ZAAR, 2013).

A partir dessas iniciativas Zaar (2013) apresenta que diversos aparatos legais foram sendo promulgadas no decorrer da história que propiciaram a expansão de atividades cooperativas. A Constituição Brasileira Republicana permitiu a associação em sindicatos e cooperativas, os Decretos Lei 979 de 1903 e 1.637 de 1907 ancoraram-se na experiência de

Rochdale, permitindo a criação de cooperativas de crédito e de responsabilidade pessoal, o Decreto 22.239 de 1932 na era Vargas assegurando liberdade de constituição e funcionamento às cooperativas e a Constituição Federal de 1934 assegurou a liberdade de associação.

Após essas conquistas, o regime ditatorial deslocou as cooperativas ao “controle estatal”, sobretudo as cooperativas agrícolas as quais foram direcionadas à lógica de “modernização agrícola e agroindustrialização”. (ZAAR, 2013).

É no contexto da Constituição de 1988 que foi devolvido ao “movimento cooperativo a liberdade de autogestão e independência ante o Estado”. (ZAAR, 2013).

Assim, conforme é explorado em um momento posterior deste trabalho, que emergiram a partir dos anos 80 as experiências que atualmente são denominadas de ecosol.

Finalmente, cabe expor que, procurou-se apresentar um breve histórico do pensamento socialista com alguns dos principais pensadores dessa teoria, não sendo objetivo do trabalho em esmiuçar e esgotar as controvérsias teóricas embutidas nos clássicos do pensamento socialista.

Procurou-se expor historicamente os principais ideais e embates, em uma concepção mais ampla e geral, dos clássicos do pensamento socialista que influenciaram e contribuíram para as discussões mais recentes do que hoje se configura na ecosol.

3. PRINCIPAIS ABORDAGENS SOBRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

Com o ressurgimento de práticas baseados nos princípios socialistas no contexto atual vários trabalhos acadêmicos têm abordado sobre o tema da ecosol.

No Brasil, a busca por um marco teórico sobre a ecosol foi engendrada pelo professor Paul Singer.

No entanto, no campo da ecosol inserem-se uma variedade de complexidades, divergências e controvérsias tanto no campo teórico quanto no ambiente das práticas.

Assim, apresenta-se neste capítulo algumas das principais abordagens que discutem a ecosol nos tempos atuais.

O intuito deste trabalho não consiste em apresentar uma reflexão aprofundada sobre as vertentes que analisam a ecosol, nem tampouco detalhar com especificidades cada abordagem.

Para efeito desta pesquisa, discute-se sob um prisma mais amplo e geral sobre as principais vertentes de pensadores em ecosol hoje, principalmente no Brasil.

Assim, procurou-se aqui apresentar um panorama geral, simplificando os tipos de abordagens em ecosol em três vertentes: o pensamento da vertente que chamamos de singeriana, que faz alusão aos teóricos do socialismo utópico, a vertente marxista e o que denominamos de vertentes com visão mais pragmática a respeito da ecosol.

Aceita-se que as possibilidades de vertentes e abordagens podem não se resumir apenas a esses três tipos de pensamento no tema, mas o objetivo deste capítulo é iniciar uma apresentação e discussão sobre os tipos de vertentes que estudam o tema da ecosol, introduzindo aqui uma visão para além das discussões mais teóricas e sistêmicas, agregando análises mais pertinentes a práxis da ecosol, o que evidentemente abre os caminhos para futuros trabalhos de caráter mais aprofundado.

Assim apresenta-se primeiramente, as principais questões da abordagem singeriana, seguido das principais críticas marxistas e por fim alguns autores que podem transitar na defesa de uma vertente ou da outra, citadas anteriormente, mas que conduzem suas análises numa noção mais pragmática, abordando questões que emergem das dificuldades e potencialidades nas experiências práticas em ecosol e nas políticas públicas de fomento à mesma.

3.1. A Visão Singeriana sobre a Economia Solidária:

O termo utopia voltou a ser um termo disseminado em diversas literaturas a respeito da constituição de uma sociedade mais harmônica. “Nos últimos 50 anos, a utopia desenvolvimentista volta em ciclos” (FISCHER, 2001).

A utopia socialista volta à tona e inspiram experiências contemporâneas de geração de renda com práticas que envolvem a solidariedade, cooperação e autogestão, princípios trabalhados e defendidos pelos utópicos do passado.

Singer introduz as discussões teóricas remetendo aos socialistas utópicos, relacionando-os a influência direta do pensamento e das experiências destes ao avanço de proposições nos moldes do que se denomina hoje ecosol. Por outro lado, evidencia que a ecosol emerge não da teoria, mas de práticas organizacionais de trabalhadores no contraponto à lógica capitalista e seus desdobramentos negativos na sociedade:

A economia solidária não é criação intelectual de alguém, embora os grandes autores socialistas considerados utópicos da primeira metade do século XIX (Owen, Fourier, Buchez, Proudhon, etc.) tenham dado contribuições decisivas para seu desenvolvimento. A economia solidária é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo. (SINGER, 2000, p. 13).

A organização solidária de trabalhadores deve priorizar, sobretudo, o princípio da igualdade como “característica central”. “Pela igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles” (SINGER, 2007).

Pela igualdade caminha-se rumo à autogestão, explicada por Singer (2007) como a gestão coletiva dos trabalhadores com total democracia nas decisões e processos de produção, em que cada membro do empreendimento possui o direito a um voto.

No trato ao funcionamento interno dos empreendimentos solidários há a possibilidade de distinções.

Primeiro, se a organização coletiva envolve poucos trabalhadores, ou seja, um pequeno empreendimento pode ser viável que todos integrem e participem de todas as etapas de produção e gestão. Por outro lado, se o empreendimento é grande, seria necessária a divisão de algumas “funções especializadas” como presidente e tesoureiro. Mas ressalta que “eles têm que estritamente cumprir aquilo que são as diretrizes do coletivo, e, se não o fizerem a contento, o coletivo os substitui” (SINGER, 2007).

A organização coletiva com reforço da igualdade e da autogestão parecem ser para Singer (2007) os motores que conduzem a uma “experiência libertadora” aos trabalhadores, no

sentido de afastarem-se da alienação do trabalho.

Pessoas desprovidas de “poder” e de capital, limitam-se a exercer determinadas funções e geralmente praticam as mesmas tarefas ao longo do cotidiano de suas vidas. Apesar da garantia de salário não têm acesso e conhecimento dos processos que envolvem a produção e gestão da empresa capitalista, “não participam do lucro e tampouco dos riscos”, numa relação de “absoluta irresponsabilidade e ignorância” em relação à empresa, caracterizando um processo “alienante do ponto de vista do desenvolvimento humano” (SINGER, 2007).

Numa organização coletiva e autogestionária acontece o inverso. Em tese, como os próprios trabalhadores são detentores da produção e gestão, aufere-se a eles todas as responsabilidades do empreendimento, e nesse ambiente a tendência no decorrer do tempo é de que os trabalhadores se identifiquem com a autogestão e os ideais solidários e rejeitem a reinserção nos modos de trabalho capitalista, segundo Singer:

Agora, trabalhando em sua própria cooperativa, eles são proprietários de tudo o que é produzido, mas também os prejuízos são deles. Os trabalhadores no princípio estranham, e algumas vezes até reclamam, mas acabam por compreender que essa é uma experiência libertadora. Quando os trabalhadores passam alguns anos praticando autogestão, mesmo que algumas vezes o empreendimento vá mal, eles preferem continuar na economia solidária a procurar uma oportunidade de trabalhar numa empresa capitalista. (SINGER, 2007, p. 290).

Então Singer (2002), reitera que o fator determinante do “sucesso” dos empreendimentos solidários, bem como o fator que os afastaria da alienação do trabalho seria a autogestão.

Para além dos princípios da ecosol e as configurações internas dos empreendimentos solidários, a visão de Singer sobre a ecosol é de expandi-la em termos de experiências na sociedade com meta a superação do sistema capitalista e a transformação social e superação do capitalismo em que “a nova esquerda almeja a destruição do capitalismo por meio de ação direta no seio da sociedade civil,” divergindo da concepção da “velha esquerda” sobre a “destruição do capitalismo mediante ação do Estado nas mãos da vanguarda do proletariado.” (SINGER, 2004).

A concepção de Singer desdobra-se no almejo da transformação dos modos de produção e da sociedade, na base da economia solidária: “... e os pela economia solidária constituem um rosário de novas forças que lutam por uma 'outra economia' e uma 'outra sociedade'“. (Idem).

Singer também recai na crítica aos modelos do socialismo real implantados em alguns países no século XX e defende a adesão voluntária aos princípios solidários, e enxerga na potencialização e na disseminação desses princípios, no interior da sociedade, para alcançar a

almejada transformação dos modos de produção e da sociedade: “Isso que se fez no socialismo real de perseguir com a polícia quem quisesse criar uma empresa capitalista foi um dos muitos absurdos realizados. Você abre oportunidade a todos que queiram ser autônomos, coletiva ou individualmente. Essa é a forma de acabar com o capitalismo” (SINGER 2001).

Neste ponto cabe expor que, em suas palavras Singer almeja a superação do capitalismo, simultaneamente em que reconhece a contribuição da lógica capitalista no progresso das sociedades e evidencia que a ecosol não se opõe ao sistema capitalista:

A economia solidária não pretende opor-se ao desenvolvimento, que mesmo sendo capitalista, faz a humanidade progredir. O seu propósito é tornar o desenvolvimento mais justo, repartindo seus benefícios e prejuízos de forma mais igual e menos casual. (SINGER, 2004, p. 11)

Outro ponto que evidencia a divergência de Singer da concepção marxista relaciona-se com o próprio sistema capitalista. Singer enxerga nos marxistas a proposição de uma “sociedade capitalista centralmente planejada” (SINGER, 2004). Critica também a “previsão” de Marx de uma sociedade completamente capitalista:

Se a economia contemporânea fosse totalmente capitalista, como Marx supôs que acabaria sendo, o desenvolvimento também seria governado pela lógica do grande capital. Se a economia no futuro se tornar completamente solidária (ou socialista), é de se esperar que o desenvolvimento será governada pela lógica da solidariedade. Mas, até o momento, a previsão de Marx não se realizou. (SINGER, 2004, p.21).

Pereira (2011) aborda que Singer “desvencilha o socialismo utópico das críticas marxistas clássicas” argumentando que a inexistência de um sistema socialista em épocas anteriores se deu em decorrência da acomodação política dos proletários: “Em vez de lutar contra o assalariamento e procurar uma alternativa emancipatória do mesmo, o movimento operário passou a defender os direitos conquistados e sua ampliação” (SINGER, 2002).

A proposição de Singer sobre a potencialidade de expansão da ecosol estaria relacionada à propagação do empenho e engajamento dos próprios trabalhadores, numa trajetória que é chamada de baixo para cima.

Numa perspectiva mais prática e atual, em políticas de ecosol, Singer (2007) evidencia sua admiração à existência precursora das ações em rede (muito defendido por Singer e outros defensores da ecosol), mais especificamente o Fórum Nacional de Economia Solidária no Brasil, que envolve diversidade de atores na atuação em prol da ecosol, os empreendimentos solidários, ONGs, gestores públicos, universidades e outros que também propicia interações e promoção da ecosol no território brasileiro.

Para além das questões mais teóricas de amplitude sistêmica e das potencialidades da ecosol, Singer reconhece as imensas dificuldades e problemas que permeiam o campo da ecosol no Brasil.

Nesse sentido o surgimento das cooperativas de fachada, ou cooperatos, estaria relacionada à gargalos existentes na legislação brasileira sobre as cooperativas:

... as cooperativas na legislação brasileira são consideradas associações de trabalhadores autônomos e, conseqüentemente, a cooperativa não tem nenhuma responsabilidade sobre o ganho e os direitos sociais de seus próprios sócios. Na cooperativa não há salário mínimo nem Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, férias, 13º salário e os demais direitos trabalhistas. (SINGER, 2007, p. 290).

Pelo fato das cooperativas estarem livres de encargos trabalhistas, muitas atividades em cooperativas usufruem da brecha existente na legislação brasileira.

Singer (2007) ainda reforça que em detrimento das falsas cooperativas, o Ministério Público do Trabalho impôs um termo de ajuste de conduta proibindo a inserção de cooperativas no processo licitatório para prestação de serviços terceirizados ao poder público, englobando segmentos de serviço que justamente abarcam muitas das cooperativas como transporte, limpeza, cozinha, jardinagem e outros.

O processo de participação licitatória pelas cooperativas é visto por Singer como uma forma de auto precarização das relações de trabalho, uma vez que livres de encargos das leis do trabalho, conseguem a conquista das licitações e mesmo as cooperativas de fato, acabam por reduzir os preços almejando tal conquista, pelo imediatismo de muitas cooperativas em conseguir demandas por seus serviços:

Acontece que muitas cooperativas disputam exatamente esse tipo de trabalho. Por quê? Porque elas não precisam cumprir a legislação do trabalho e assim ganham todas as licitações. Isso é fato verdadeiro e constitui uma precarização das relações de trabalho. As verdadeiras cooperativas também tendem a precarizar porque a lei não as coíbe de fazer isso; há um grau de auto-exploração, os trabalhadores ficam muito ansiosos para ter clientes. Se elas podem oferecer um preço mais baixo, oferecem. (SINGER, 2007, p. 300).

Nesse sentido Singer propôs ao Ministério Público que alterasse o Termo de Ajuste de Conduta que permita às cooperativas a disputa licitatória, com a ressalva de impor o cumprimento de questões de direitos trabalhistas, salário mínimo, jornada de trabalho e outros quesitos da Consolidação das Lei do Trabalho – CLT:

Sugeri ao governo federal mudar o Termo de Ajuste de Conduta (TAC)² no sentido de que se admitam as cooperativas com a condição de cumprir rigorosamente toda a

CLT, para colocá-las na mesma condição dos concorrentes capitalistas. O que é justo, mas nós não conseguimos ainda colocar em prática e está no Congresso esse Projeto de Lei n. 7.009 que tornará obrigatório para as cooperativas de trabalho o respeito a determinados direitos legais dos trabalhadores, como o salário mínimo, a duração da jornada, condições de salubridade no trabalho etc.. (SINGER, 2007, p. 300).

Outro problema visto por Singer (2007) como o maior gargalo na configuração da ecosol hoje no Brasil é o acesso, ou não acesso ao crédito pelos empreendimentos solidários por causa da lógica do sistema financeiro, que seria “antipobre”.

Finalmente, em meio aos principais gargalos no ecosol Singer enxerga na ecosol um potencial que transcende o fator de função social. Na sua visão, é fato que a ecosol tem contribuído muito na inclusão social e no combate à fome e pobreza, mas a principal proposição da ecosol seria a de propor uma economia diferente da atual, mais horizontal, justa e que abarque pluralidade de pessoas e segmentos:

O que eu posso dizer é que essa foi efetivamente a função que a economia solidária realizou no Brasil nos anos 1990, e continua realizando agora, e é a razão de seu crescimento muito vigoroso. Ela tem uma função social; está efetivamente inserindo as pessoas na produção e na vida social. Agora, como eu disse no início, a economia solidária não se limita a isso; ela propõe uma outra economia, uma economia desalienante, que oferece ao trabalhador e ao conjunto das pessoas um ambiente de trabalho muito melhor, mais igualitário em vez de hierárquico. Isso interessa tanto aos camponeses e artesãos como aos profissionais universitários, artistas, cientistas, etc. (SINGER, 2007, p. 305).

Cabe ressaltar que a abordagem de Singer contém características românticas sobre a ecosol, com grande vínculo de caráter militante, no qual defende ideologicamente um sistema que tenha como pilares os princípios e os modus operandi da ecosol:

Antes de adentrar nos trabalhos de Singer sobre a Economia Solidária, é preciso alertar que eles não possuem caráter acadêmico, ainda que sejam tomados como referência teórica para diversos estudos com essa qualidade. Possuem, ao contrário, acentuado teor militante e normativo, afirmando a novidade e positividade do campo sem maiores diálogos com pesquisas teóricas ou empíricas a respeito. (PEREIRA, 2011, p. 68).

Não sendo o intuito deste trabalho de aprofundar e estabelecer críticas e fazer um embate de contrapontos teóricos, no sentido de relacioná-los, este trabalho atem-se apenas apresentar os principais pensamentos de diversas óticas a respeito da ecosol, a seguir apresenta-se os principais pensamentos da vertente marxista, que, apesar de estabelecer críticas ao pensamento de Singer, não iremos interliga-los ao embate teórico.

3.2. Visão Marxista sobre a Economia Solidária no Brasil:

Na concepção marxista, basicamente, a emancipação da sociedade se daria por uma revolução radical, na tomada de poder, uma ação política como protagonista a classe operária: “Para Engels, assim como para os 'clássicos' do marxismo, cabe aos trabalhadores e seus representantes, por meio de sua organização e luta contra a classe capitalista, aproveitar o desenvolvimento dessas contradições para instaurar um novo modo de produção” (WELLEN, 2012).

Henrique Wellen conecta as experiências da economia solidária voltadas para a “transformação social” a “elementos mistificadores”. “Para nós, nem a economia solidária integra uma perspectiva de transformação social, nem esse projeto teria capacidade para inaugurar um processo de superação do modo de produção capitalista” (WELLEN, 2012).

Experiências dentro da ‘economia solidária’ e que estas, na sua essência, não apontam nem para uma funcionalidade contrária ao capitalismo e sua conseqüente defesa dos trabalhadores e de implementação de espaços igualitários e democráticos, nem para uma atuação autônoma e sem laços com instituições capitalistas” (WELLEN, 2012, p. 56).

Enquanto a “proposta de revolução social de Marx e Engels” busca uma “transformação radical da sociedade”, na concepção de Singer sobre a ecosol se restringe a “mudanças endógenas no atual sistema social” (WELLEN, 2012).

Nesse sentido Wellen diferencia transformação social de mudança social. A primeira condiz uma “superação da ordem social” e a outra a mudança ocorre “dentro dos limites da ordem estabelecida” mantendo a essência social do modo de produção. (WELLEN, 2012).

Para Wellen a ecosol ainda representaria “posições regressivas na luta dos trabalhadores com o capital” (Idem). Pela sociedade atual ser constituída historicamente pela lógica do capital, e isto com influência direta na dinâmica e formação social atual, que busca em primeira instância, a renda e a lucratividade, Wellen não acredita que uma simples mobilização interna possa superar o modo capitalista:

No entender de Singer (2002, p. 88), o cooperativismo, apesar de situar-se nos interstícios do sistema capitalista, consegue realizar um papel importante de obstrução à ampliação do domínio do capital: se “o cooperativismo desempenhou e desempenha um papel de freio à centralização do capital ao menos num setor, ele não passa de um modo de produção intersticial nas formações capitalistas.”⁸ A superficialidade dessa tese está em crer que alguma parte da sociedade, por mais ... isolada que seja, vai estar ausente das determinações capitalistas e, por isso, pode ser passível de não ser vista como área de promissora lucratividade. É uma mistificação pensar que as relações internas dentro de uma comunidade estão

suspensas das determinações do capitalismo e que a ‘economia solidária’ poderia forjar, de forma independente, um tipo de racionalidade peculiar. (WELLEN, 2008, p. 107).

Então ocorre uma “supervalorização do singular” relegando a influência direta do “contexto social” em que tal processo estaria inserido.

A transformação social não pode ter como seu núcleo estrutural a premissa de superação subjetiva e particular das determinações materiais presentes no capitalismo, ao contrário disso, faz-se preciso analisar a ‘economia solidária’ por meio de suas relações de dependência com o mercado. A consciência das pessoas que integram essas organizações não está acima dessas relações, mas é consubstanciada por elas; não está suspensa aos determinantes econômicos, nem se sobrepõem a estes (WELLEN, 2008, p. 111).

Assim, para uma transformação social de fato, e assim, a superação do modo capitalista seria necessária “um movimento que abarque a totalidade social e que não se restrinja à comunidade” (WELLEN, 2008). E ainda completa:

Por meio dessa análise, identificamos nas teses da ‘economia solidária’ um elevado grau de voluntarismo que, por sua vez, pode ser relacionado diretamente com uma posição filosófica idealista. Essa perspectiva relega a apreensão da totalidade social em prol de aspectos avulsos (WELLEN, 2008, p. 109).

E ainda a ecosol hoje ainda teria “inferioridade política e ideológica” comparadas aos pensamentos do socialismo utópico:

O roteiro econômico de superação do sistema capitalista aparecia, aos olhos destes pensadores, como uma conquista gradativa que se iniciava pela esfera da distribuição, passando pela produção e culminando numa cooperativa nacional. Ou seja, aplicando os princípios dos Pioneiros, eles foram capazes de repetir o mesmo roteiro ‘do varejo ao atacado, depois à produção própria e finalmente à criação de uma união cooperativa nacional’” (BIRCHALL *apud* SINGER, 2002, p. 53). Enquanto as organizações propostas pelos socialistas utópicos possuíam uma margem de manobra de sobrevivência no mercado, as experiências de ‘economia solidária’ atuais se defrontam com um quadro muito mais restritivo, consubstanciado pelo crescimento e dominação do capital. (WELLEN, 2008, p. 109).

Para Germer (2005) Singer enxerga a ecosol como um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo.

Não obstante, o termo modo de produção nesse contexto singeriano estaria restrito às formas de organização de produção e distribuição a partir da relação de agentes especializados dentro de uma divisão social do trabalho, não abarcando uma visão mais ampla de modo de produção e sem relação com a “caracterização de diferentes épocas históricas da sociedade” como modo de produção societário como todo:

Este conceito de modo de produção pode ser referido a qualquer diferença de maneiras ou formas de organizar a produção, por exemplo entre diferentes ramos de produção ou entre diferentes ramos de empresas, etc., sem referência necessária à sociedade como um todo. (GERMER, 2005, p. 2).

Na concepção de Marx apresentada por Germer (2005) o conceito de modo de produção abarca a uma visão de totalidade e seu desenvolvimento é impulsionado de maneira endógena a partir de contradições internas capazes de transformações nas forças produtivas (nos meios de produção e na ciência) e alcançam a sociedade como um todo, na dimensão política, social, cultural e, sobretudo o poder estatal:

Na concepção de Marx de “modo de produção” constitui uma totalidade complexa, cujo desenvolvimento é movido por um impulso endógeno originado das suas contradições internas. Os elementos de um novo modo de produção emergem, espontaneamente e impremeditadamente, até atingirem uma envergadura incapaz de ser contida pelos beneficiários do modo de produção vigente, o qual encontrará seu fim sob o impacto das potências transformadoras geradas pelo seu próprio desenvolvimento. A mudança endógena tem seu núcleo gerador em transformações que se processam nas forças produtivas, isto é, na massa dos meios de produção essenciais e do conhecimento científico correspondente, monopolizados por uma classe minoritária. As mudanças refletem-se em mudanças nas relações sociais de produção e, por via destas, estendem seus efeitos a todo o âmbito político, social, cultural, etc, abalam a estrutura do poder do Estado (GERMER, 2005, p. 3).

Com base nessa perspectiva marxista para Germer (2005) a transformação social e assim, a dissolução do sistema capitalista seria impulsionada pelo próprio desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, induzindo num plano geral e “global” um novo modo de produção:

Isto implica que a superação do capitalismo não resulta da interrupção do seu desenvolvimento, nem há outro ‘modo de produção’ ao seu lado, com o qual faz uma ‘síntese’ inexplicável. A superação do capitalismo resulta do seu próprio e pleno desenvolvimento. A mudança endógena tem seu núcleo gerador central em transformações que se processam nas forças produtivas, isto é, na massa dos meios de produção essenciais e do conhecimento científico correspondente, que são no capitalismo, como em todas as sociedades divididas em classes, monopolizadas por uma classe minoritária. (GERMER, 2005, p. 3).

Germer (2005) expõe que a superação do capitalismo de daria de maneira gradual. Numa primeira etapa de “expansão do capital”, haveria uma “expropriação dos produtores diretos” com aumento “absoluto” do assalariamento.

Num momento seguinte a “expropriação de toda a propriedade privada”, substituindo-a pela “propriedade coletiva” ainda capitalista, mas sob a forma “jurídica”, propiciada pelo desenvolvimento do próprio capitalismo e não por vontades subjetivas particulares. (GERMER,

2005)

Para que se alcance um novo modo de produção, esta propriedade privada na forma jurídica, endossada pelo Estado precisa ser superada. Então é a “natureza do poder de Estado que é decisivo e necessita ser alterado como pré-condição da instituição do novo modo de produção” (GERMER, 2005).

Tal pré-condição ainda é reforçada por Germer por meio da abordagem do próprio Marx:

Marx manifesta isto claramente, sem por isto menosprezar o papel representado pelas fábricas-cooperativas como sintomas da emergência de novas realidades na base da estrutura social: “Mas o sistema cooperativista, limitado às formas elementares [no original *zwerghaften*: nanicas – CMG] que os escravos assalariados podem desenvolver através dos seus esforços privados, jamais transformará a sociedade capitalista. Para converter a produção social em um sistema abrangente e harmonioso de trabalho livre e cooperativo, são necessárias mudanças sociais gerais, mudanças nas condições gerais da sociedade, que só poderão ser realizadas através da transferência do poder organizado da sociedade, isto é, do poder de Estado, das mãos dos capitalistas e proprietários de terras aos próprios produtores” (Marx, 866). (GERMER, 2005, p. 8).

Dagnino e Novaes (2005) ampliam a discussão e se utilizam da negação de que a ciência e a tecnologia teria uma neutralidade garantida e em detrimento disso a “construção da sociedade socialista demanda bem mais do que uma mudança formal da propriedade dos meios de produção” (DAGNINO; NOVAES, 2005).

Os autores baseiam-se em Mészáros e defendem que a lógica científica e a tecnologia não sendo neutras, estariam diretamente subordinadas a lógica do capital, da indústria militar:

Entretanto, um exame mais cuidadoso mostra que esta objetividade e neutralidade não passam de lenda, pois na realidade, o que ocorre é o oposto” (Mészáros, 2004, p.283 – grifos no original). A ciência não é um agente soberano, material e politicamente auto-suficiente, diz Mészáros. Ela é “inseparável, subordinada ou ‘vinculada’ à voz que domina o presente: a comunidade de negócios do complexo militar-industrial” (p.283). (DAGNINO; NOVAES, 2005, p. 10)

A neutralidade da ciência e tecnologia é questionada por Dagnino e Novaes (2005) com base em István Mészáros, contrariando Singer e até mesmo as vertentes ortodoxas do marxismo e evidenciando a necessidade de uma mudança radical nas estruturas das forças produtivas:

Ao contrário da maioria dos autores marxistas do século XX, ele entende a tecnologia como sendo não-neutra e, por isso, acredita que antes de herdarem as forças produtivas, os trabalhadores devem preocupar-se em reestruturá-las radicalmente. (DAGNINO; NOVAES, 2005, p. 6).

Para Mézsáros (2002 apud DAGNINO; NOVAES, 2005), na análise da obra de Marx, a revolução não se daria apenas pela “transformação supra-estruktural”, mas “deve-se transformar também radicalmente a infraestrutura produtiva”.

Desta forma, apesar de haver diferenciações mesmo no interior da vertente marxista, um consenso é de que a ecosol não emerge e nem se potencializa como um modo de produção alternativo e antagônico ao capitalismo, no sentido de superá-lo.

Na crítica marxista parece que a ecosol limita-se e caracteriza-se apenas como política de socorro à classe marginalizada da sociedade, no assistencialismo à massa de desempregados e pequenos produtores:

Ao mesmo tempo, partidos de diversos matizes de centro-esquerda, ao serem eleitos como reação popular aos problemas sociais causados pelo neoliberalismo, demonstraram não possuir projetos alternativos concretos e procuraram encobrir esta deficiência com a instituição de políticas emergenciais de atendimento a desempregados e pequenos produtores autônomos e informais. (Germer, 2005, p. 1).

Apresentadas as principais críticas marxistas a ecosol, discorre-se a seguir sobre autores que discutem a ecosol numa perspectiva mais pragmática, priorizando suas práticas nos contextos reais, principalmente dentro do território brasileiro.

3.3.Visões Pragmáticas na Economia Solidária:

A proposição de apresentar algumas abordagens que para efeito deste trabalho denominamos de visões mais pragmáticas, não deve ser considerada com rigor que estão despidas de embasamentos teóricos.

O sentido pragmático de abordar a ecosol consiste que, para além das questões mais teóricas inseridas num plano geral, sistêmico e paradigmático à nível de modelos sociais e econômicos, a saber, o almejo ou preferência de um modelo socialista ou capitalista, coexistem visões à nível mais micro com intensidade na análise da práxis na ecosol e suas dinâmicas reais e o seu fomento por meio de políticas públicas no território brasileiro.

Posto isso a apresentação dessas visões intensificadas na prática da ecosol são baseadas em autores como Luiz Ignácio Gaiger, Jean Louis Laville, Genauto Carvalho de França Filho, Márcio Pochmann, Clara Maria Guimarães Marinho Pereira e por meio desta última Rosângela Nair Barbosa.

Laville, apesar de ser francês é muito referenciado em pesquisas acadêmicas no tema da ecosol, tendo produzido inclusive trabalhos em parceria sobre a temática com autores

brasileiros como o próprio Gaiger, como expõe Pereira (2011) e também com França Filho.

A economia solidária para Gaiger (2003), apesar de divergir das relações capitalistas, “tampouco elimina ou ameaça” o modo capitalista.

Essa visão de Gaiger se assemelha com a de Laville, divergindo da proposta de Singer, como o próprio menciona:

Agora, existem teóricos da economia solidária que a vêem como uma parte compensadora dentro do capitalismo. Acreditam que o capitalismo está aí para ficar, mas que necessita, como contrapeso aos seus exageros – desigualdade, criação de miséria –, de uma economia solidária, apoiada no estado. Laville defende isso com todas as letras. Não é meu ponto de vista. (SINGER, 2007, p. 306).

A ecosol para Laville e França Filho seria uma proposição original de relação entre economias mercantis, não mercantis e não monetárias, com vínculo ao processo de terceirização:

Pela sua existência, ela constitui muito mais uma tentativa inédita de articulação entre economias mercantil, não mercantil e não monetária numa conjuntura que se presta á tal, haja visto o papel conferido aos serviços de terceirização das atividades econômicas. (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 107).

Nessa perspectiva para estes autores o conceito de ecosol seria então uma “projeção ao nível micro ou mesossocial deste conceito macrossocial de economia plural” em que coexistem “formas híbridas de economias mercantil, não mercantil e não monetária”. (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

Nesse contexto a ecosol deve ser vista em sua “singularidade enquanto fenômeno, no lugar de ser objeto de explicações baseadas em determinações gerais” como pressuposto para que se possa “apreender a dinâmica dessas experiências a partir de suas lógicas específicas de interação” (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

Sobre a visão de Laville, cabe fazer um parêntese, no sentido do conceito da ecosol muito utilizado por ele, o termo “Economia Social”. Baseia-se em conceitos como adesão voluntária, democracia interna, respeito ao ser humano e lucro limitado e utiliza termos como empresas e cooperativas para designar as unidades produtivas.

A Economia Social está inserida mais no contexto europeu, e a aceitação de lucro seria uma das diferenciações das outras abordagens. Entretanto, desse pequeno lucro, não se tem o interesse de um retorno dos investimentos, mas é um objetivo de alcance coletivo:

A distribuição dos supérfluos é em todo caso limitada, já que as cooperativas e mutuelles são advindas do mesmo seio que as associações, isso significa que elas não são formadas com uma perspectiva de rentabilização do capital investido, mas com o objetivo de satisfazer um interesse coletivo. (LAVILLE, 2001, p. 76).

A economia social seria “uma acepção mais ampla das organizações envolvidas na Europa: falamos de economia social mais do que de setor não-lucrativo.” (LAVILLE, 2001).

Fechando esse parêntese, haja visto que os trabalhos acadêmicos em parceria, Gaiger (2003) também aborda a economia solidária de forma mais pragmática, secundarizando a questão mais teórica e priorizando a gestão e análises sobre a eficiência e a viabilidade econômica dos empreendimentos solidários.

Mesmo com propostas e princípios para o curso de um desenvolvimento humano e econômico, as práticas da economia solidária englobam dificuldades e deficiências, assim como aborda o professor doutor Luiz Inácio Gaiger, numa entrevista dada ao site da Revista IHU on line do Instituto Humanitas Unisinos, onde coordena o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, mestrado e doutorado:

Acreditar que o movimento real, concreto, da Economia Solidária tende ou deve seguir a ordem das nossas propostas, isto é, nossas idéias, é recair num pensamento idealista. Necessários à nossa ação, assim como os objetivos dela. A Economia Solidária desenvolve um conjunto de princípios (teoria em atos) na prática das experiências, de modo muito variado, segundo as circunstâncias e os ideais de seus protagonistas efetivos. Naturalmente, o movimento cria uma visão projetiva de si mesmo, relacionada a um estado futuro desejável, ainda distante da realidade de muitas experiências. (GAIGER, 2007, online).

O desenvolvimento dessas experiências depende diretamente das especificidades de organizações potenciais para promover o fortalecimento dos empreendimentos solidários, evitando ambientes de precarização que possam dissolver essas atividades:

O êxito dessas estratégias e a viabilidade das cooperativas solidárias dependem das virtualidades decorrentes da natureza específica desse tipo de organização e do seu potencial para gerar ambientes socioeconômicos que não a ameacem, mas a fortaleçam, convertendo-a em um nódulo diferenciado e expansível no interior do sistema econômico atual. (GAIGER, 2013, p. 215).

Sendo assim, as possibilidades na ecosol viabilizam-se por meio da visão e da vontade política de seus agentes, bem como de especificidades próprias de seus ambientes sociais determinadas por um contexto geral e pelas “estruturas sociais persistentes na realidade

brasileira” (GAIGER, 2012).

Gaiger (2003) a cooperação parece ser o “motor de uma nova racionalidade econômica apta a sustentar os empreendimentos”. (GAIGER, 2003).

Para Laville (2014) a economia social compreende empreendimentos anti-capitalistas em que o fator para o sucesso seria pela expansão, em volume, das atividades mercantis.

A abordagem pragmática e pluralista de Gaiger (2001, 2003) traça certa semelhança em termos da “multiplicidade de práticas socioeconômicas” (LAVILLE, 2001).

A pluralidade e o hibridismo na ecosol seriam provenientes das relações de reciprocidade e cooperação no interior dos empreendimentos solidários, do apoio do poder público e do próprio mercado:

O avanço econômico das experiências realiza-se mediante a conjugação de três tipos de recursos: aqueles provenientes da reciprocidade entre os membros, exercida via prestações ao coletivo livres de contrapartidas; os recursos públicos, angariados do Estado com fundamento no princípio da redistribuição; e os recursos do mercado, obtidos nas relações de troca. Esses agenciamentos simultâneos levam a economia solidária a ser partícipe de uma economia plural, constituindo-se suas iniciativas em tipos híbridos, entre as economias pública e privada, como exemplificam as empresas sociais. (GAIGER; LAVILLE, 2009, p. 166).

Desta forma a reciprocidade solidária “é ainda estimulada por meio do engajamento cidadão em questões de interesse comum”, sendo então a ecosol “um ator da solidariedade democrática”, mas reconhece-se que há um risco de “perda do seu espírito associativo e sua consequente degeneração“ (GAIGER; LAVILLE, 2009).

Em entrevista concedida ao site do IHU Pereira (2011b) relata que por meio do seu trabalho de dissertação sobre a ecosol, sugere-se que há evidências de que o bem-estar das iniciativas solidárias está relacionado, dentre outros fatores, a um maior número de sócio-trabalhadores e a organização sob forma jurídica de cooperativa, mas como contrapartida, o contexto das cooperativas não deixa de evidenciar as complexidades e contradições que as envolvem possibilitando um processo retrógrado ao assalariamento através das falsas cooperativas.

As cooperativas de fachada seriam implantadas por empresas “como forma de se verem livres de encargos sociais e da resistência dos trabalhadores mais organizados” (GAIGER, 1999).

Para Cruz (2001), as cooperativas de fachada são derivadas de empresas originárias do processo de terceirização de empresas tradicionais numa tentativa de desviar-se das legislações de proteção ao trabalhador.

Para além da problemática das cooperativas de fachada Pereira ainda aponta diversos

problemas referentes aos empreendimentos solidários que põem riscos à sobrevivência e, por conseguinte o sucesso das iniciativas solidárias. Dificuldades que perpassam pelo baixo valor de seus produtos, equipamentos de produção precários, dificuldades de comercialização, de divulgação de seus produtos, de organização para disputa em processos licitatórios e de aquisição de créditos:

Os relatórios de acompanhamento do PRONINC de 2007 acrescentam outros aportes sobre as dificuldades econômicas das iniciativas solidárias. Entre aquelas atendidas pelo Programa, verificou-se, primeiro, que a baixa densidade tecnológica impunha aos seus produtos baixa agregação de valor. Segundo, que os equipamentos de produção, apesar de pertencerem às iniciativas, eram defasados tecnologicamente. Terceiro, que havia dificuldades de comercialização, evidenciada em aspectos como a inexistência ou debilidade de estratégias e instrumentos de marketing, falta de qualidade dos produtos e serviços e limitações institucionais e operacionais para a participação em licitações públicas. Ademais, observou-se que pouquíssimas iniciativas comercializavam entre si. Por fim, as iniciativas possuíam dificuldades de financiamento, o que se expressava no difícil acesso, na inadequação e/ou nos altos custos das fontes financeiras convencionais e nãoconvencionais que em tese poderiam acessar (bancos, cooperativas de crédito e instituições de micro-crédito) (Acompanhamento..., op. cit.; Diagnóstico..., op. cit.). (PEREIRA, 2011a, p.106).

Agrega-se a essas dificuldades a “fragilidade econômica e da baixa escolaridade de seus participantes” que reverbera na debilidade administrativa em que a ausência de documentos de registros conduz à “dificuldade em mensurar a entrada e saída de fluxos financeiros e materiais; dificuldades em realizar planejamentos consistentes” que evidenciam a “dependência de apoios externos, ora gerenciais, ora financeiros” (PEREIRA, 2011a).

Somado a toda essa conjuntura problemática, ainda há nesses ambientes solidários, grande “rotatividade dos membros, especialmente quando há demora na geração de excedentes” ou quando surgem possibilidades de carteira assinada. (PEREIRA, 2011a).

Nesse contexto “as articulações construídas com o poder público” seria “o único foro em condições de legislar sobre normas redistributivas em favor da equidade” (GAIGER; LAVILLE, 2009).

A expansão e a relevância das experiências solidárias em todo o território brasileiro suscitaram agendas políticas, agentes e instituições de fomento nas escalas nacional, estadual e municipal, convertendo-a “em objeto tanto de políticas públicas específicas quanto de políticas transversais”. (GAIGER, 2013, p. 214).

O papel atribuído ao Estado não se resumiria em uma estratégia ditada de cima para baixo, mas com a necessidade de se criar espaços de participação democrática e social, “espaços públicos de proximidade”:

O fato conduz à criação de espaços públicos de proximidade, cuja autonomia em relação aos espaços de poder instituídos contribui para sedimentar as bases de um modelo democrático dialógico, no qual o sistema representativo expõe-se à pressão legítima de mecanismos constituídos de participação direta. (GAIGER; LAVILLE, 2009, p. 162).

Fortalece assim a importância do papel das ações das instituições de apoio, principalmente das instâncias vinculadas ao poder público municipal e das incubadoras (públicas e/ou universitárias) e as interações entre agentes no campo da ecosol, que mesmo sendo “múltiplas e multidirecionadas” (GAIGER, 2012) abarcam potencialidades, apesar de muitas vezes, esbarrarem-se com alguns entraves.

Cabe ressaltar que, em meio às conquistas institucionais em âmbito estadual e nacional, é fato que a operacionalidade das políticas públicas e das experiências em ecosol estão presentes principalmente na esfera local.

Diferentemente das iniciativas autônomas, grande parte das experiências mais recentes, projetos idealizados e mobilizados por instituições de apoio, no contexto das políticas locais, parecem não atingir motivações suficientes para consolidar, em suas ambiências, relações viesadas pelos princípios da ecosol.

Não apenas as vontades e interesses do lado dos empreendimentos se tornam importantes, mas como contrapartida o interesse do estado, de maneira a viabilizar “processos democráticos perante uma estrutura social” (GAIGER, 2012) com histórico de disparidades sociais.

Esse desafio torna-se cada vez mais complexo, uma vez que no processo de constituição das ações do poder público podem ocorrer influxos de fatores político-ideológicos como ressalta Gaiger (2012) incidindo tanto nas experiências dos movimentos sociais quanto nas ações e eficiência das políticas públicas.

A morosidade nas ações do estado e o “desinteresse do funcionalismo público” (GAIGER, 2012) tendem a se constituírem em entraves ao Estado para assegurar recursos perenes e suporte político, técnico ou financeiro com eficiência às demandas solidárias. As discussões da literatura têm relacionado tal desinteresse a possíveis rivalidades entre partidos políticos, uma vez que a bandeira da ecosol no Brasil é diretamente associada aos projetos do Partido dos Trabalhadores - PT.

No entanto cabe destacar a importância do papel do estado para a superação das dificuldades enfrentadas pelos empreendimentos, pois a ecosol trata-se de “experiências com potencial quanto à sorte que poderia representar para seus protagonistas”, sendo necessários suporte e “investimentos públicos”. (GAIGER, 2012).

Seria imprescindível ao gestor público reconhecer os interesses e as demandas sociais para não sobrepor seus projetos aos interesses dos empreendimentos solidários em detrimento de interesses particulares, de maneira a evitar desconexões e prejuízos do “protagonismo popular” (GAIGER, 2012).

Nesse mesmo contexto e na compreensão da atuação do Estado, França Filho (2007) enaltece a construção de políticas públicas em prol da ecosol.

Para o autor as políticas públicas seriam um “fato novo na dinâmica deste campo” por meio de “espaços públicos em diferentes níveis, redefinindo as relações entre sociedade civil e poder político, numa abordagem ampliada da ação pública”, e, “sobretudo no nível das prefeituras municipais” (FRANÇA FILHO, 2007).

Nesse contexto houve o “surgimento de um novo ator neste campo, com um importante papel a desempenhar: trata-se da rede brasileira de gestores de políticas públicas de economia solidária”. (FRANÇA FILHO, 2007).

Para França Filho (2007) a proposta de ações em rede seria um fator propulsor de experiências exitosas, com a necessidade de inter-relacionamento mútuo entre o poder público e outros atores. Isso pressupõe uma interação multidisciplinar:

Conforme sublinha Schwengber (2006, p. 294), ‘essa política demanda ações transversais que articulem instrumentos de várias áreas (educação, saúde, trabalho, habitação, desenvolvimento econômico, saúde e tecnologia, crédito e financiamento, entre outras) para criar um contexto efetivamente propulsor da emancipação e sustentabilidade. (FRANÇA FILHO, 2007, p. 172).

Outro autor que reconhece a necessidade de políticas públicas para o desenvolvimento da ecosol é Márcio Pochmann.

Para este há a necessidade de “um conjunto amplo de políticas públicas” que, enquanto ainda ausentes, é “inegável reconhecer o espaço de oportunidades da economia solidária no Brasil”, mas como contraponto “cabe chamar a atenção para seus limites”. (POCHMANN, 2004).

Nesse sentido Pochmann (2004) elenca cinco pontos essenciais para as políticas públicas de ecosol no Brasil.

A primeira seria a definição de um estatuto próprio da ecosol:

Com isso, pode-se enfrentar a lacuna decorrente do vazio legal que confunde a ética solidária com concorrência desleal e mesmo com falsas cooperativas que fraudam os direitos legítimos dos empregados assalariados. Em outras palavras, trata-se da constituição de um código próprio do trabalho sob o regime da economia solidária. (POCHMANN, 2004, p. 31).

A segunda seria “uma linha nacional de financiamento própria”, a terceira uma “rede de produção, difusão de tecnologia e extensão técnica no âmbito da economia solidária” e a quarta proposição de “incorporação da economia solidária no âmbito das políticas públicas para a indústria e o comércio exterior”, sob uma “reformulação ampla e capaz de incluir a economia solidária sob os novos paradigmas éticos de produção e exportação” (POCHMANN, 2004).

A última proposição de Pochmann relaciona-se ao imbróglgio no qual Singer discute e que apresentamos anteriormente, na introdução dos serviços dos empreendimentos solidários nas disputas licitatórias para prestação de serviços ao poder público:

Por fim, como quinta lacuna de política governamental surge o tema das compras do setor público e da promoção de redes direcionadas à comercialização e distribuição solidárias. É necessária a revisão da atual legislação que disciplina as licitações públicas, como forma de permitir a inclusão dos empreendimentos solidários, praticamente à margem das compras públicas. Considerando que as compras do setor público representam 30% da renda nacional, parece ser impensável que a oferta de bens e serviços pertencentes à economia solidária possa continuar marginalizada. (POCHMANN, 2004, p. 31).

Finalmente, apresentamos que Pereira (2011a) discute em sua dissertação de mestrado três teses sobre a ecosol:

Entre as teses favoráveis encontram-se: (i) a Economia Solidária enseja o socialismo; (ii) a Economia Solidária é uma forma de produção não-capitalista e plural que não aponta para a constituição de outro modo de produção; (iii) a Economia Solidária é uma política pública inovadora, de caráter republicano e orientada para o desenvolvimento. Já a tese contrária identifica a Economia Solidária como um conjunto de atividades econômicas precárias realizadas por trabalhadores historicamente excluídos das relações formais de trabalho; e a política pública federal de apoio a elas, como sancionamento perverso dessa realidade. As teses são apreendidas nos trabalhos de Paul Singer e Luiz Inácio Gaiger produzidos na última década, nos documentos e estudos vinculados à Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária e no trabalho de doutoramento de Rosângela Nair Barbosa (2007), respectivamente. (PEREIRA, 2011, p. 67).

Cabe ressaltar que as abordagens de Singer e Gaiger estão apresentadas anteriormente, então neste momento, apresenta-se por meio do trabalho de Pereira a visão de Barbosa, a qual apoia-se no “referencial teórico marxista”, entretanto “não se detém sobre a literatura de caráter mais teórico sobre o campo, o que talvez limite a assertividade de suas ponderações” (PEREIRA, 2011a). Por este motivo a discussão de Barbosa não é apresentada na seção da corrente marxista, pois apesar de se ancorar nesta concepção, suas análises comportam o âmbito das dinâmicas, no plano interno e nas políticas públicas.

Pereira (2001) aponta Rosângela Barbosa como uma autora crítica da economia

solidária. Esta seria mantedora da produção capitalista através da subcontratação e subsistência e subordinada às necessidades do capital.

Ao analisar a abordagem de Barbosa, Pereira relata que a primeira enxerga a ecosol como “como um conjunto de atividades econômicas precárias realizadas por trabalhadores historicamente excluídos das relações formais de trabalho” e as políticas públicas federais de fomento à mesma como “sancionamento perverso dessa realidade” (PEREIRA, 2011a).

O ponto que condiz ao ambiente das viabilidades dos empreendimentos solidários representa-se como uma antítese. O cooperativismo em maior grau nas relações de trabalho interliga-se a menores possibilidades econômicas, ao passo que, a viabilidade econômica dos empreendimentos solidários estaria ligada a um menor grau de solidariedade nas relações:

Na tese de Barbosa, indica-se que na sociabilidade do capital, a viabilidade econômica depende da tecnologia especificamente capitalista, isto é, daquela orientada para a extração de mais-valia. Para a autora, nas iniciativas solidárias, ‘quanto mais cooperativo o processo de trabalho, maior a debilidade financeira e, quanto maior essa viabilidade econômica, menor o solidarismo, aproximando-se da empresa capitalista’ (Barbosa, op. cit., p. 130). (PEREIRA, 2011a, p. 101)

Sobre a visão de Barbosa das políticas públicas no campo da ecosol e sua ampliação compactuaria com a “destituição do sentido do trabalho protegido e a fragilização da solidariedade social”, o que significa a precarização dos “trabalhadores historicamente desassistidos pelas políticas públicas nacionais” (PEREIRA, 2011a).

Mas a fragilização não se direcionaria apenas aos trabalhadores solidários, estendendo-se também ao papel do Estado, no sentido de gerar empregos e assegurar a proteção ao trabalhador:

“Conforme a autora, estas políticas trazem consigo a perda de sentido do trabalho protegido e a noção de que a sociabilidade laborativa não se baseia, necessariamente, no assalariamento. E mais: as idéias de que o Estado não promove mais o emprego; que o mercado é responsável por parte considerável da regulação do trabalho; e que a sociedade civil fica como salvaguarda e executora de ações pragmáticas de políticas públicas” (PEREIRA, 2011a, p. 97).

Pereira (2011a) ressalta que a crítica de Barbosa em relação às políticas públicas de ecosol contidas em atém-se ao plano nacional das políticas.

Por fim vale destacar que Pereira compactua mais com a visão de Barbosa apesar de reconhecer que converge parcialmente com a visão de Gaiger, rejeitando a visão de modo de produção socialista de Singer:

A primeira tese, que localizo em Singer [3], vislumbra as iniciativas solidárias como veículos do modo de produção socialista. A segunda tese, que encontro em Gaiger [4], não aponta que a Economia Solidária engendre um novo modo totalizante de organização social, mas concorda com Singer que elas elaboram relações sociais de produção diferentes (atípicas) e contrárias às capitalistas (anticapitalistas). Bem, eu discordo de Singer e em parte, de Gaiger.

Encontro a explicação disso numa terceira tese, aquela de Rosângela Barbosa, que qualifica a Economia Solidária como forma precária de ocupação social. Concordo com diversos elementos da tese desta autora, mas por outro lado, considero que Gaiger desvenda melhor os elementos cotidianos do trabalho solidário. (PEREIRA, 2011b)

Por fim, cabe mencionar que o campo da ecosol estabelece-se em um contexto a partir de “controvérsias teóricas, ideológicas e conceituais em torno do significado, do papel e da importância da economia solidária (com ou sem aspas) e dos empreendimentos por ela abrangidos” (FONSECA et al, 2014).

Desta forma, é um consenso que há complexidades existentes nesse tema e “os mais variados pontos de vista nem sempre assumidos” (WELLEN, 2012).

Isso fica evidente também na exposição deste trabalho, o qual procurou apresentar algumas das mais variadas visões sobre a ecosol e que certamente não abarca a totalidade das diversas, e aqui cabe ressaltar, bem diversas, as concepções existentes, como por exemplo, poderia-se estender a visão que nos atemos apenas a citar de Kraychete (2000) da “Economia Popular Solidária” ou “Economia dos Setores Populares” aos setores mais populares da sociedade.

Este é apenas um exemplo que mostra o quão múltiplas são as concepções dentro do tema da ecosol e nisto é bem verdade que “devido a esta miscelânea de posições, torna-se bastante ousado identificar uma unidade que permeie as premissas da ‘economia solidária’” (WELLEN, 2012).

Por isso esclarece-se que a intensão de apresentar essas três correntes de pensamento não significa uma tentativa de unicidade de visões, ou de categorizar as vertentes.

Para efeito deste trabalho, o objetivo centra-se em mostrar que apesar de múltipla e complexa, a teoria da ecosol em andamento possui, pelo menos alguma diferenciação de enfoques (não de concepções) possíveis de se verificar.

Assim, o autor percebeu que há enfoque num plano mais teórico, macro, amplo e sistêmico, em que os debates concentram sua intensidade nas questões de transformação social, alienação/desalienação do trabalho, sistema socialista, etc.

Por outro lado, vários autores, que perpassam entre defensores e críticos da ecosol, tecem análises com maior intensidade em questões internas, práticas, de viabilidades, entraves, potencialidades e políticas públicas e que para esse efeito, e somente para tal, chamamos de

pragmáticos.

Desta forma, no capítulo seguinte aborda-se sob a perspectiva histórica e de características a ecosol no Brasil.

4. A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL:

Segundo Paul Singer (1998), o cooperativismo enfrentou grande resistência durante seu histórico, quando as cooperativas de consumo da Europa do fim do século XIX e as cooperativas agrícolas europeias e norte-americanas rejeitaram a adoção da autogestão. Muitos sustentavam pessimismo em relação às cooperativas, que nesta perspectiva, ou fracassariam ou se obtivessem algum tipo de sucesso, acabariam na privatização.

As experiências de cooperativismo não retrocederam, contrapondo-se ao tal pessimismo que o envolveu. No século XX, experiências notáveis deram sequência com atividades baseadas no cooperativismo. No Brasil, com início na década de 80.

A década de 90 no Brasil conduziu-se em um cenário de estagnação e crises econômicas, consequências da dinâmica e do processo de globalização e do capitalismo neoliberal.

Em meio ao grave problema inflacionário, a sociedade brasileira começou a sentir as consequências econômicas e sociais e a marginalização de grande parte de trabalhadores pelo desemprego.

Justamente nesse contexto tomaram força no território brasileiro iniciativas de “segmentos que pertencem aos estratos mais desestruturados do mercado de trabalho brasileiro” (PEREIRA, 2011b) frente aos desgastes da realidade econômica e social.

Tal engajamento da sociedade marginalizada brasileira difundiu-se pelo território brasileiro através de formas econômicas organizadas baseadas no cooperativismo e autogestão:

Responsável pela existência no país de expressivo número de trabalhadores organizados democrática e igualmente em empreendimentos econômicos (principalmente sob a forma cooperativas autogestionárias), o fenômeno difundiu-se do Oiapoque ao Chuí na década de noventa. (TAUILE; RODRIGUES, 2004, p. 36).

Segundo o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP, em 2010, o número de cooperativas chegou a 6.652. Em 2011 6.586 evidenciando uma redução de aproximadamente 1% em termos de números. Se comparado com o ano de 2001 observa-se um quanto ao número de cooperativas que era de 7.026.

No entanto, o número de pessoas associadas e/ou cooperadas contabilizaram 10 milhões

de cooperados em 2011.

Para além das cooperativas, pode-se verificar também que existem no Brasil, outras formas de organização, associações e grupos informais pertencentes ao movimento da economia solidária extraídos dos dados do Atlas da Economia Solidária de 2007, elaborada pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.

Esse contexto evidencia a existência de especificidades e heterogeneidades que cercam a economia solidária no Brasil com atividades econômicas de diversas naturezas e “categorias sociais as mais diversas” e “distintas formas de organização: de grupos informais e pequenas associações a cooperativas e empresas de média e pequeno porte”. (TAUILE; RODRIGUES, 2004).

Ainda na questão da heterogeneidade dos grupos da economia solidária no Brasil, a tipologia apresentada pelo estudo realizado por Culti, Koyama e Trindade (2010) sobre o modo de organização dos empreendimentos solidários no Brasil, identifica três tipologias quanto ao quesito citado acima dos empreendimentos solidários no Brasil, evidenciando sua abrangência tanto no meio urbano quanto no meio rural.

A primeira tipologia representa os empreendimentos solidários mais recentes em grupos informais com até dez sócios em áreas urbanas. O segundo tipo engloba em sua maioria, empreendimentos mais recentes organizados em cooperativas e associações, com predominância de grupos com até dez pessoas e localizam-se em áreas rurais ou urbanas. O terceiro tipo fica por conta dos empreendimentos mais antigos em forma de associações estritamente em áreas rurais.

A partir do crescimento da economia solidária enquanto movimento, viu-se a necessidade de um acompanhamento de cunho político, com a formação e interação de uma variedade de instituições no fomento e apoio a economia solidária.

Deste ponto, cabe ressaltar a complexidade que se estabelece nos ciclos de relações, gradativamente construídas entre os trabalhadores solidários e outros atores, não menos importantes, “que são as pessoas que dão suporte efetivo à sua sustentação e crescimento” (CRUZ, 2001). Identifica-se uma coexistência de cercamento de políticas com intencionalidades econômicas mas também sociais:

Redes de solidariedade pessoal e política que remontam tempos anteriores ou que foram recém constituídas; interesses extra-econômicos relativos à inserção dos trabalhadores das iniciativas econômicas; avaliações de eficácia instrumental – por governos/contratantes e lideranças - de agências de apoio e formação (...) um misto

de política econômica e de política social. (Cruz, 2001, p. 123).

Exposto esse breve histórico do movimento da ecosol no Brasil, apresentando algumas de suas características, a seguir faz-se um breve histórico das abordagens em políticas públicas no Brasil e posteriormente um breve histórico do surgimento das agendas políticas e de instituições de apoio à ecosol no contexto brasileiro.

5 ABORDAGENS EM POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO

Política pública segundo seria um campo do conhecimento que procura “colocar o governo em ação” (SOUZA, 2007), com análises e propostas de mudança dessas ações, quando necessárias.

Sendo um “campo holístico” (SOUZA, 2007) a política pública comporta diversas perspectivas e diversos olhares, perpassando por diversas áreas do conhecimento, não se restringindo apenas às ciências políticas, seu berço de origem.

Num período pós-formulação a política pública se desdobra em “planos, programas, projetos, bases de dados ou sistemas de informação e grupos de pesquisa” (SOUZA, 2007) passíveis de observação e análise, concentrando em verificar o como e o por quê.

Com base em Hochmann, Arretche e Marques (2007) o final dos anos 70 e início dos 80 foi o marco efetivo dos estudos sobre políticas públicas no Brasil.

Nesse período, pesquisas no campo das ciências sociais foram influenciadas pela investigação da “natureza da ação social do Estado no Brasil e a concepção de cidadania a ela associada, bem como as bases societárias” (HOCHMANN; ARRETCHÉ; MARQUES, 2007).

Além disso, o processo de redemocratização da década de 80 com a intensão de “democratizar o acesso a serviços e à participação política” (HOCHMANN; ARRETCHÉ; MARQUES, 2007) abriram as portas para pesquisas com ênfase nas análises de políticas setoriais.

Nos anos 90 há uma mudança na agenda de pesquisa em políticas públicas no Brasil destacando suas relações com as instituições políticas. Procurou-se interpretar as políticas estatais sob a ótica de seu potencial de transformação da cultura política e das relações entre o Estado e os cidadãos. Ganha destaque discussões voltadas a transformação como descentralização, reformas de políticas específicas, o poder local, novos formatos de participação política.

As atenções sobre o poder local no Brasil passam a ganhar uma dinâmica de cunho geoeconômico (infra-estruturas econômicas) com o surgimento da análise do “Estudo dos Eixos” (ABLAS, 2003) como instrumento de planejamento e desenvolvimento regional no início da década 80.

Apenas economias localizadas nas extremidades elevaram seu nível de crescimento, já que as economias situadas entre a origem e o destino pouco se beneficiaram deste modelo.

Nesse mesmo período, as ações locais ganham destaque nas agendas em termos de políticas públicas por meio da descentralização do Estado, marcado pela Constituição Federal

de 1988, que deu maior autonomia e delegou a “distribuição de responsabilidades e poder decisório para os estados e municípios” (BUARQUE, 2008) na direção das políticas públicas.

A descentralização dos recursos tributários proporcionou aos municípios maior independência na gestão de seus recursos, viabilizando maior autonomia na implementação de políticas públicas, como mostram Giambiagi e Além:

Um aspecto marcante da Constituição de 1988 foi o objetivo de fortalecimento da Federação, o que se refletiu, principalmente, no aumento do grau de autonomia fiscal dos estados e municípios e na descentralização dos recursos tributários disponíveis. (GIAMBIAGI; ALÉM, 2007, p. 258).

O desenvolvimento local demanda mudanças institucionais que aumentam a governabilidade e a governança das instituições públicas locais, incluindo o município construindo uma relativa autonomia das finanças públicas (BUARQUE, 2004).

Nessa perspectiva, as ações do poder público municipal passam a ganhar grande importância, constituindo-se hoje a ecosol como uma possibilidade em termos de políticas municipais para a promoção de alternativas de geração de emprego e renda, a partir de um prisma que enaltece o privilégio não apenas econômico, mas também social e democrático.

Assim, é nesse entorno que se centra esse trabalho, a ênfase das políticas municipais em ecosol.

6. POLÍTICAS PÚBLICAS EM ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: INSTITUIÇÕES DE APOIO E AGENDAS POLÍTICAS:

Com a expansão de experiências solidárias no Brasil, debates entre “lideranças, militantes e acadêmicos acerca do papel e dos rumos da economia solidária” (GAIGER, 2012) passam a ganhar constância com controvérsia e diversas abordagens.

Nesse contexto, as primeiras iniciativas se formaram pelo enfrentamento de problemas contemporâneos surgiram de forma autônoma e tiveram que caminhar com seus próprios esforços. Com o tempo a ecosol passou a ter ênfase em políticas públicas.

Há pouco mais de dez anos, eram vistas como respostas emergenciais, lenitivas diante da pobreza e do desalento, não constituindo senão uma resposta defensiva, de resistência. Nos dias atuais, admite-se que as experiências solidárias encerram uma dimensão propositiva, com reflexos efetivos no campo das políticas públicas e no fortalecimento político dos movimentos sociais implicados em construir alternativas pós-capitalistas. (GAIGER, 2013, p. 215).

A inserção da ecosol nas políticas públicas têm servido de âncora para a viabilização e legitimação dos empreendimentos solidários ao mesmo tempo em que lhes confere reconhecimento na cena política e social e possibilidades de financiamentos, créditos e recursos para sua sobrevivência, relacionando a ecosol assim, questões pragmáticas, ideológicas e políticas

Estudos sobre a ação pública na economia solidária, seus fóruns e articulações (França Filho et al., 2006; Santos, 2010; Edelwein, 2011), indicam sua eficácia em fortalecer redes e movimentos sociais, abrir canais de atendimento a demandas coletivas e forjar dispositivos institucionais voltados à participação direta. As razões mais profundas dessa vocação política radicam na vivência cotidiana dos integrantes dos empreendimentos, que os conduz a buscarem soluções por intermédio da sua auto-organização. Em contrapartida, fazer-se presente na cena política valoriza a imagem dos empreendimentos, ao mesmo tempo em que lhes confere legitimidade e meios de disputar recursos. O protagonismo na cena pública é assim motivado por razões político-ideológicas e pragmáticas. (GAIGER, 2013, p. 215).

Deste modo, num momento posterior as primeiras iniciativas, o surgimento das políticas em economia solidária, encadearam o desenvolvimento de ações e instituições que indicam articulação entre agentes com o intuito de refletir estratégias de fomento a economia solidária.

Ressalta-se a atuação do poder público e de outras instituições, com destaque nas Incubadoras de Cooperativas Populares, que serão retomadas posteriormente, além de espaços formais de discussão e fomento a economia solidária organizados em rede.

Hoje, todos os estados brasileiros possuem um Fórum Estadual de Economia Solidária além de Fóruns em diversos municípios brasileiros e um Fórum a nível nacional, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).

A constituição do FBES está diretamente relacionada ao movimento de articulação de um espaço de discussão e reflexão, articulação de redes e parcerias, disseminação de consciências e troca de experiências sobre temas sociais e ambientais iniciados pelo I Fórum Social Mundial em 2001.

Inicialmente, o FBES foi ganhando a denominação de Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária - GT-Brasileiro formado por uma rede com diversidade de instituições do campo da economia solidária.

Como reforça o FBES, o GT-Brasileiro contou com a participação de empreendimentos econômicos solidários rural e urbanos, movimentos sindicais, universidades, práticas governamentais de políticas sociais, práticas de apoio ao crédito, dentre outras. As doze entidades e redes nacionais que compunham o GT-Brasileiro, segundo site da FBES eram: Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária – RBSES, Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul – PACS, Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional – FASE, Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão – ANTEAG, Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas – IBASE, Cáritas Brasileira, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - Rede de ITCPs, Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS, Unitrabalho, Associação Brasileira de Instituições de Microcrédito – ABICRED e a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.

Em 2002, o GT-Brasileiro formulou uma carta destinada ao então recém-eleito presidente Lula nomeada “Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento” - diretrizes, no âmbito geral, das políticas em Economia Solidária.

Surge então em 2003 a Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES, uma das reivindicações contidas na carta ao presidente, mesmo ano em que o GT-Brasileiro passou a se chamar Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES.

A Carta de Princípios e a Plataforma de Lutas foram conquistadas deliberadas de forma coletiva na III Plenária Brasileira de Economia Solidária. Fortalece o diálogo entre o FBES e a SENAES no intuito de promover um intercâmbio de interesses econômicos, sociais e políticos

no interesse de articulação para políticas em economia solidária. A partir daí potencializam-se movimentos no sentido de constituição de Fóruns estaduais e regionais pelo Brasil.

Integram o FBES os três setores da Economia Solidária: empreendimentos da economia solidária, entidades de assessoria e/ou de fomento e gestores públicos.

Segundo o FBES, empreendimentos econômicos solidários são organizações com as seguintes características: coletivas (organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como associações, cooperativas, empresas autogestionárias, clubes de trocas e redes).

Os trabalhadores solidários estão inseridos nos meios urbano e rural e podem ser grupos formais ou informais de produção de bens, do setor de serviços, de crédito, de finanças solidárias, de comercialização e de consumo solidário.

As entidades de apoio são organizações que desenvolvem ações junto aos empreendimentos solidários, com as funções de capacitação, assessoria, incubação, pesquisa, acompanhamento, assistência técnica e organizativa, como ressalta o site do FBES. Neste sentido cabe ressaltar aqui o papel das incubadoras públicas e/ou universitárias de cooperativas populares e empreendimentos solidários e outras instituições privadas ou públicas.

E o grupo de gestores públicos segundo o FBES, elaboram, executam, implementam e/ou coordenam políticas de economia solidária de prefeituras e governos estaduais.

A articulação e o fomento da Economia Solidária se desenvolvem ao longo do período de transição entre o século XX e o XXI. Para além da Economia Solidária enquanto organização política, a partir do FBES e a SENAES, junto ao MTE, também se conquistou a criação de um sistema de coleta de dados em ecosol, o Atlas da Economia Solidária do Brasil.

Nesse horizonte complexo, faz-se relevante retomar aqui, uma breve discussão sobre as ITCPs, como atores de fomento da economia solidária e como apoiadores a nível técnico, organizativo e de gestão aos empreendimentos solidários.

A ITCP, um projeto originado no interior da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, no objetivo de aliar o conhecimento gerado na universidade e as ações de assessoria aos mais diversos empreendimentos solidários:

Dentro desta realidade, em meados da década de 1990, teve início o programa da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), que tem como origem a Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal Do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ). O objetivo desta iniciativa tem sido utilizar os recursos humanos e conhecimento da universidade na formação, qualificação e assessoria de trabalhadores para a construção de atividades autogestionárias, visando sua inclusão no mercado de trabalho. (SINGER, 2000, p.

111).

O projeto das ITCPs enquadra-se na perspectiva das funções da universidade com respeito ao seu papel junto à sociedade como projetos de extensão universitária, um dos três pilares objeto da universidade ao lado do ensino e da pesquisa.

A ITCP da UFRJ articulou em 1997, fomentado pela Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, um espaço de discussão e difusão das experiências até então vinculadas à incubadora. Algumas universidades já começavam a fomentar a criação de suas incubadoras. Era o caso da Universidade Federal do Ceará – UFC e da Universidade de São Paulo - USP, dentre outras.

Segundo site da REDE DE ITCPs, o evento propiciou a interação dos atores e levou à constituição da REDE DE ITCPs, em 1998, com a participação inicial de incubadoras da UFRJ, UFC, Universidade Estadual da Bahia - UNEB, Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, de São Paulo - USP e a Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF. Quando seu primeiro estatuto foi aprovado, no ano seguinte, já haviam sido integradas as incubadoras da Federal do Paraná - UFPR e da Fundação Santo André.

No imediato pós-fundação, a REDE de ITCPs recebeu um convite para “fazer parte de uma rede mais ampla” a da Unitrabalho, esta última existente desde o ano de 1996. (VECHIA et al, 2011).

Formou-se então a Rede de ITCPs – Programa Nacional da Rede Unitrabalho.

O início dessa relação se deu “por meios institucionais e financeiros” (ATAUALPA, 2012).

A Unitrabalho emergiu do engajamento de reitores no sentido de aproximar a comunidade acadêmica (em pesquisa e extensão universitária) ao mundo do trabalho para propiciar a democratização do conhecimento acadêmico de diversas áreas, tornando-o mais acessível aos trabalhadores.

A UNITRABALHO era uma rede formada por pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento, que se articulava em núcleos por universidade. O fato de que ela era uma fundação universitária⁷, criada por reitores progressistas e controlada por um conselho formado pelos dirigentes das universidades, havia dado um caráter de legitimidade e reconhecimento institucional muito amplo e, nessa época, já contava com cerca de 45 (quarenta e cinco) universidades filiadas. (VECHIA et al, 2011, p. 122).

A ITCP busca uma reformulação de “estratégias políticas para fomento aos empreendimentos populares, uma relação estrutural diacrônica e tecnicamente qualificada” (BOCAYUVA, 2001), no acompanhamento contínuo do processo produtivo, auxílio em

questões técnicas de gestão e organização, através do conhecimento agregado dos universitários:

A Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares busca, assim, articular as experiências acumuladas pelas universidades no suporte à formação e desenvolvimento de cooperativas populares. Promover a inserção social e a melhoria da qualidade de vida de comunidades marginalizadas. (SINGER, 2000, p. 115).

No ano de 2002 houve a cisão das duas instituições, seguindo cada qual o seu caminho.

A discordância entre as duas instituições “sobre a execução do projeto da ICCO e o controle dos recursos” indicam-se como uma das causas da separação (VECHIA et al, 2011).

Entretanto sobre tal afastamento há outras versões. Uma delas coloca como causa a preferência das então ITCPs existentes. Algumas preferiram o vínculo com a Unitrabalho, outras escolheram apenas a Rede de ITCPs e outras mantiveram vínculo com as duas:

Para Cruz (2004), os motivos que levaram a essa separação são discutíveis, e, segundo esse autor, “totalmente equivocados”. E complementa: “algumas ITCPs escolheram participar de uma ou outra Rede, e outras incubadoras optaram por permanecer em ambas” (Cruz, 2004, p. 44). (ATAUALPA, 2012, p. 56).

Hoje já são 43 incubadoras universitárias inseridas em diversas universidades estaduais e federais que fazem parte da REDE DE ITCPs e a Rede Unitrabalho possui 45 incubadoras.

Nesse contexto, a criação das incubadoras universitárias, sejam elas vinculadas à Unitrabalho, ou à Rede de ITCPs, reflete-se na propiciação da expansão do apoio e fomento às iniciativas solidárias, na contribuição como mais um agente em políticas públicas de fomento à ecosol.

Somadas às incubadoras universitárias e não menos importantes, verifica-se a existência também das incubadoras públicas atuantes em alguns municípios, ligadas aos mais diversos programas municipais de ecosol, geralmente implantadas com recursos da SENAES.

Para além das incubadoras, no entorno das políticas públicas envolvendo a economia solidária, a pluralidade se perpetua ainda mais com a introdução da pequena e microempresa. Segundo projeto de Lei 865/2011 citada por Pereira (2011b), a economia solidária conecta-se definitivamente ao microempreendedorismo e microcrédito com a proposta de criação da Secretaria de Micro e Pequena Empresa, com status de Ministério.

Esta mesma autora identifica três possíveis ganhos da economia solidária pela inserção de políticas públicas, de recursos, de crédito e integração com outros programas políticos e o

fortalecimento dos empreendimentos solidários:

Primeiro, o aumento e o aporte regular de recursos para o programa Economia Solidária em Desenvolvimento, o qual considero diminuto e bastante sujeito às restrições macroeconômicas. Segundo, a ampliação do crédito e de mercados institucionais para os produtos e serviços solidários, especialmente os urbanos. Penso que as iniciativas rurais já têm um caminho bastante promissor, por conta do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, do Programa Nacional da Alimentação Escolar – PNAE e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, entre outros programas. Por último, o fortalecimento mesmo das iniciativas, cuja maioria carece de incentivos”. (PEREIRA, 2011b, p. 1)

Inevitavelmente contradições e complexidades envolvem a temática da economia quando se integra nas políticas públicas, sendo primordiais estudos para o entendimento sobre as relações que se formam nesse entorno, principalmente nas políticas de desenvolvimento local, onde geralmente é o campo de atuação da economia solidária.

Apesar da existência de instituições e agendas formadas a nível nacional e estadual, que são de suma importância para apoio e fomento da ecosol no Brasil, as práticas nesse campo estão inseridas principalmente no âmbito local.

Diversos municípios têm desenvolvido políticas municipais em ecosol. Até 2012, segundo a SENAES, 587 municípios brasileiros contavam com ações públicas no campo da ecosol.

Muitas são as experiências e os exemplos que contam com diversos tipos de agentes locais como instituições do poder público municipal e incubadoras de cooperativas atuantes no apoio às demandas de empreendimentos solidários que se formam nos municípios brasileiros.

Na perspectiva de fomento da ecosol no âmbito municipal, diversas ações são desenvolvidas. Em 2013 o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS em conjunto com o MTE firmou convênios com 42 municípios brasileiros para a implantação de Centros Público de Economia Solidária.

O investimento do governo federal na implantação de Centros Públicos municipais de economia solidária totalizou nos anos de 2011 e 2012 o valor de R\$ 85 milhões com expectativa de ampliação nesse tipo de investimento nos próximos anos.

A proposta de implantação de Centros Públicos de Economia Solidária amadureceu a partir do diálogo da SENAES/MTE com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, em especial através da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Fomento à Economia

Solidária que integra o FBES. Em 2004, foram apresentadas as primeiras demandas e em 2005”. (MTE, 2015).

Com base nas informações do site do MTE os Centros Públicos de Economia Solidária são “espaços multifuncionais”, integrando atividades principalmente de comercialização, de formação e de articulação local da economia solidária.

Apesar disso as experiências em ecosol no âmbito municipal indicam diversas semelhanças quanto à natureza de atividades e de atuação no âmbito local, mas que possivelmente diferem na maneira de se conduzir tais políticas, bem como na situação em que cada um se encontra. Algumas experiências supõem estágios mais desenvolvidos e sólidos no entorno do projeto da ecosol e outros casos sugerem estagnação.

Em vista disso, surge a importância de estudar alguns aspectos que influenciam em algumas dinâmicas locais em ecosol.

Deste modo, a próxima discussão será a respeito da dinâmica das políticas em ecosol estabelecidas nos três municípios selecionados com estudo de casos.

7. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa de campo, relacionada ao estudo de casos envolveu três municípios propiciando um conjunto de informações coletadas a partir da percepção de três visões diferentes sobre a ecosol em Araraquara, São Carlos e Osasco.

Desta forma, relatos de dirigentes/lideranças de empreendimentos solidários, de gestores públicos e de bolsistas graduandos e/ou pós-graduandos somaram-se a percepção do autor, por meio da análise de documentos e observação direta, dissipando muitas informações que possibilitaram traçar um panorama e o percurso dos programas de ecosol nos três municípios.

Os entrevistados foram indicados e selecionados a partir da sugestão dos próprios empreendimentos e instituições com a ressalva de serem pessoas com alguma experiência e conhecimentos acumulados que as possibilitassem responder as devidas questões de entrevista. No caso dos empreendimentos, todas as indicações foram de pessoas tidas como lideranças e que ocupavam setores administrativos. Do lado das instituições vinculadas a administração pública, os entrevistados foram os gestores que atuam diretamente nos programas de ecosol em cada município e do lado das incubadoras foram graduandos e pós-graduandos bolsistas que atuam em projetos pela universidade, exceto na incubadora de Osasco, que por ser uma incubadora pública é composta por técnicos e gestores.

No momento da organização, sistematização e síntese de todas as informações coletadas, escolheu-se uma organização em três frentes. Os relatos referentes ao contexto histórico foram descritos de maneira textual, como parte da descrição da história e do contexto da ecosol em cada município. As informações retiradas para pontuar a FOFA, foram elencadas e enumeradas por grau de importância pelos entrevistados, sistematizando em matrizes.

Assim, foram elaboradas matrizes FOFA referente a todos os agentes entrevistados que posteriormente foram sintetizadas em matrizes gerais de empreendimentos solidários, dos programas de ecosol e das incubadoras, selecionando informações repetidas e semelhantes.

Por fim, as interferências de fatores sócio-culturais foram pontuadas na última seção da dissertação, relacionando questões abordadas em Galjart (1976) com características presentes nos panoramas de ecosol em cada um dos municípios.

Deste modo, a discussão foi dividida por município, com as análises dos blocos históricos e da FOFA, separadamente prosseguindo uma reflexão conjunta com liga nos fatores sócio-culturais.

7.1 Araraquara

Araraquara possui 208.662 habitantes segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e extensão de 1.003,625 km².

As informações que se seguem foram coletadas por meio dos relatos de cada entrevistado no caso de Araraquara. Sendo assim, os relatos das lideranças dos empreendimentos entrevistados, da gestora de ecosol vigente e de bolsistas da incubadora universitária atuante no município serviram de base para a constituição histórica da ecosol em Araraquara.

O processo de constituição da política pública de ecosol no município iniciou de forma esparsa com o surgimento de empreendimentos solidários e instituições de apoio.

A primeira iniciativa relacionada ao movimento da ecosol derivou de um projeto fomentado pelo poder público municipal então vigente, a partir de 2001. Os esforços concentraram-se na gestão municipal de Edinho da Silva, prefeito na época PT, com o Governo Frente Popular.

Nessa oportunidade houve uma priorização de projetos sociais, entre eles, o fomento à economia solidária, orçamento participativo.

Nesse período procurou-se aliar um projeto sobre a destinação dos resíduos sólidos do município e o fomento à ecosol. Surgiu a proposta de atividade coletiva na criação da Cooperativa Acácia, de coleta seletiva, mobilizando pessoas marginalizadas social e economicamente que viviam como catadores de resíduos sólidos no aterro sanitário.

Seguindo o percurso cronológico, em 2004 originou-se o Núcleo de Estudos em Economia Solidária e Cidadania - NEESC, uma iniciativa surgida no interior da Faculdade de Ciência e Letras da Unesp de Araraquara - FCLAr.

O núcleo, vinculada ao departamento de administração pública e coordenada pelo professor doutor Sérgio Azevedo Fonseca, relevou a questão do ensino, da pesquisa e da extensão na universidade, mobilizando graduandos dos cursos de administração pública, economia, ciências sociais e letras, ressaltando a importância da interdisciplinaridade para reflexões e ações em ecosol.

Em 2005, criou-se a Coordenadoria de Economia Solidária na Lei é a 6250/05 que trata da organização administrativa do município.

A partir do NEESC, em 2008 formalizou-se a Incubadora de Cooperativas Populares do Nordeste de São Paulo, a INCONESP, um projeto formulado pela vigente formação do NEESC, contemplado pelo edital do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas – PRONINC,

com vínculo ao Ministério do Trabalho e Emprego.

Do surgimento da coordenadoria, fomentou-se a formação de outras iniciativas como a Coostuara, um grupo de mulheres costureiras uma conquista através do Fundo Social com parceria entre a coordenadoria de ecosol e a Casa da Criança em 2008.

No mesmo ano, fundou-se a Associação das Mulheres Assentadas do Monte Alegre VI AMA, uma padaria comunitária formada por mulheres assentadas por meio do Orçamento Participativo.

Assim, mais iniciativas foram sendo vinculadas à política de ecosol no município como a Lanchonete Solidária, uma associação de artesanato, a Mãos Que Criam e um coletivo de ambulantes.

Em 2009 foi instaurada a Lei de Economia Solidária de Araraquara, discutida com a participação dos empreendimentos solidários e viabilizada pela então vereadora Márcia Lia.

Pelo envolvimento direto do autor com o movimento da ecosol em Araraquara, através da atuação no NEESC e INCONESP, motivou-se a escolha como estudo de casos.

Diante do quadro inicial de conquistas em políticas em ecosol no município na constituição de aportes formais e legais no fomento à ecosol, a situação atual indica uma desmobilização e um retrocesso dessas políticas, um quadro que acaba descreditando o aparato legal e as instituições que se formaram para tal fomento e marginalizando os empreendimentos solidários.

Apesar do impulso e viabilização da formação dos empreendimentos solidários existentes terem sido através do poder público municipal na figura da Coordenadoria de Economia Solidária, muitos desses grupos já se organizavam, mesmo que informalmente, em uma espécie de coletivos, mesmo que inconscientemente, de pessoas, em determinadas atividades, de forma autônoma. Apesar disso, fica claro no discurso de todos os representantes dos empreendimentos que o principal motivo de sua organização foi pela geração de renda e que a constituição desses grupos, enquanto empreendimentos de ecosol foram direcionados e mobilizados a partir das primeiras ações do projeto solidário conduzido pela coordenadoria.

Hoje o município conta com um acervo de agentes no campo da ecosol. Há a existência de uma coordenadoria municipal de economia solidária, uma incubadora de cooperativas vinculada à universidade, uma lei municipal de economia solidária e uma demanda de empreendimentos solidários.

Seguem as informações coletadas referentes a cada agente investigado.

Grupo de Artesãos Mãos Que Criam:

Segundo a presidente da Associação de Artesãos Mãos Que Criam, por volta do ano de 2002, havia um grupo de artesãos que se organizavam de maneira coletiva na Praça Santa Cruz. Nessa época eram por volta de 140 artesãos que produziam individualmente seus artesanatos e se revezavam na praça para fins de comercialização. Em seu relato a presidente da agora associação contou que era muito desgastante e apesar de todo o esforço, o retorno não era suficiente.

Então partir do ano de 2006, quando se iniciou os primeiros trabalhos de mobilização em ecosol com a equipe formada na coordenadoria de economia solidária, os gestores, enxergando potencial de organização solidária em alguns grupos pontuais, trouxeram a ideia das práticas baseadas em ecosol.

A mobilização iniciou-se com reuniões continuadas, com a apresentação de propostas e palestras sobre o tema da ecosol. Foram aproximadamente 10 reuniões com pessoas interessadas na proposta. Dessas reuniões saíram deliberações de formação de empreendimentos solidários.

No caso da Mãos Que Criam, optou-se pela formalização em associação, pela inviabilidade da constituição de uma cooperativa, que na época exigia um número muito grande de pessoas, condição inalcançável para o grupo na época. Adicionado a isso, a formalização teve o intuito de facilitar ao grupo o acesso à criação de um estatuto, a contemplação de alvará e, sobretudo da possibilidade de emissão de notas fiscais e aumento da geração de renda.

Ficou a cargo da prefeitura, através da coordenadoria de ecosol a viabilização do espaço físico para a associação. Apesar disso, a associação funciona de forma coletiva apenas no sentido da comercialização.

Quanto à assessoria técnica relataram que nunca receberam capacitação técnica para o exercício do ofício. São mais autodidatas e compartilham entre si algumas técnicas de artesanato. Muitas das associadas já eram artesãs antes mesmo de se constituírem em associação. Em relação à capacitação em termos de educação em ecosol, evidenciam que a primeira equipe constituída da coordenadoria de economia solidária e a primeira configuração da equipe da INCONESP, desenvolveram trabalhos nesse sentido com brusca ruptura nos dias atuais devido a mudanças tanto na coordenadoria quanto na INCONESP.

Os artesanatos são desenvolvidos individualmente por cada associada que devem desembolsar por mês cerca de R\$15,00 cada para a manutenção de custos de material de limpeza e artefatos de embrulhos e outras coisas.

Apesar de no discurso as associadas evidenciarem a felicidade em trabalhar nos moldes

da ecosol e com a atividade de artesanato, fica claro a situação de dificuldade financeira em que elas se encontram. Segundo as associadas o retorno mensal é muito relativo a períodos, sendo o final de ano o melhor período. Mesmo não relatando os rendimentos em termos de valores exatos, por não se sentirem à vontade, relataram que nunca sequer conseguiram retirar o valor de um salário mínimo por pessoa.

Acompanhando o relato da presidente da associação pôde-se perceber que no discurso há relativo conhecimento sobre a ecosol, sobre as questões do cooperativismo, mas por parte cada vez mais estrito à liderança, a qual reconhece a necessidade de uma continuidade nos trabalhos de formação, não apenas assessoria técnica, mas em educação e em gestão solidária, questões que aparecem como ameaças na visão da entrevistada a sobrevivência da associação.

A falta de assessoria técnica e em ecosol relacionam-se diretamente com as fragilidades internas da associação que são problemas administrativos, de gestão e dificuldades de organização solidária, informações elencadas na matriz 1.

Matriz 1: Análise FOFA - Associação de Artesanato Mãos Que Criam

	Fatores Externos	Fatores Internos
Fatores Positivos	<p>Oportunidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Parcerias para oficinas de artesanato (2) Artesanato sustentável – palha de milho (3) Acesso a crédito (4) compras coletivas (5) mais divulgação 	<p>Fortalezas:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Alternativa geração de renda (2) Satisfação pessoal (3) Ajuda mútua (4) Relação de amizade (5) Formalização (6) Acesso nota fiscal (7) Espaço de trabalho sem custo de aluguel
Fatores Negativos	<p>Ameaças:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Falta de respaldo do poder público (2) Falta de capacitação (3) Falta de acesso crédito (4) Falta de divulgação (5) Falta de continuidade de acompanhamento (6) Falta de educação em ecosol 	<p>Fragilidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Problemas administrativos (2) Dificuldades de gestão (3) Falta de reuniões (4) Falta de conhecimento em ecosol (5) Certa hierarquização nas relações (6) Baixo rendimento e/ou sem rendimento

Fonte: Elaborada pelo autor

Além disso pela matriz 1 observa-se que as principais oportunidades e fortalezas relacionam-se com perspectivas futuras da associação que pretende desenvolver produtos com o slogan da sustentabilidade e uma perspectiva de gerar mais renda respectivamente.

Associação das Mulheres Assentadas do Monte Alegre VI – AMA – Padaria Comunitária:

As mulheres do Assentamento Monte Alegre VI, situada em Bueno de Andrada, região de Araraquara, já se mobilizavam para a formação de uma panificadora no assentamento por volta do ano de 2002 como relatou a assentada entrevistada, que atua também na parte administrativa da associação.

Em busca disso, 15 mulheres se engajaram através do Orçamento Participativo do município na reivindicação da formação de uma panificadora no assentamento.

Paralelamente a isso, com os trabalhos iniciados pela coordenadoria de ecosol no ano de 2005, essas mulheres receberam um convite para participar de reuniões correlatas ao tema. Dessa mobilização constituiu-se a Associação das Mulheres Assentadas do Monte Alegre VI com atividades de panificação. Atualmente a associação conta com 10 mulheres.

Segundo a assentada, o processo de constituição da associação contou com o apoio tanto da coordenadoria quanto de outras instituições. À coordenadoria coube viabilizar a construção de um espaço de funcionamento da padaria no assentamento, de um espaço de comercialização na cidade estabelecida no terminal de integração de transporte coletivo, de alguns equipamentos para produção de pães e doces e de palestras no tema da ecosol que inicialmente eram mais contínuas e maciças e que posteriormente não teve continuidade.

Apesar disso, a AMA contou com apoio também do Serviço Brasileiro de apoio à Micro e Pequena Empresas - SEBRAE, da Fundação Instituto de Terra do estado de São Paulo - ITESP e do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural - NUPEDOR em capacitação técnica, em questões contábeis e administrativas.

Além disso, as assentadas evidenciam a importância também do apoio da universidade, através da INCONESP, que particularmente a AMA desenvolveu trabalhos mais contínuos em relação aos outros grupos solidários do município. Destacam a importância dos espaços de discussão e articulação viabilizados pelos primeiros integrantes da INCONESP, com trabalhos de discussão em economia solidária, algum apoio técnico e a viabilização da primeira feira especificamente de ecosol no município realizada no Festival GAIA em 2010. Além disso referenciam muito o investimento da INCONESP em equipamentos demandados pela AMA no ano de 2009.

No entanto, evidenciam também que o trabalho da INCONESP foi realizado apenas

pelas primeiras equipes, de 2008 a 2012. Segundo as assentadas, nos dias atuais a INCONESP está ausente.

Hoje sugere-se que a AMA seja o empreendimento solidário melhor estruturado em termos de organização e em termos dos princípios da ecosol, um dos motivos disso seria a maior participação e engajamento político dessas mulheres, propiciado pela natureza própria de suas origens, sendo mulheres assentadas, território fértil de engajamento político e de relações comunitárias e coletivas e que desde o início procuraram de forma coletiva viabilizar processos alternativos de geração de trabalho e renda.

Esse patamar de relativo sucesso se mantém contínuo nos dias atuais, uma vez que recentemente a AMA foi contemplada com o prêmio do Consulado da Mulher, em que, para além de um prêmio financeiro e em equipamentos como geladeira e freezer, recebem consultorias na área administrativa e gestão com vigência por dois anos.

Hoje, a AMA comercializa seus produtos no terminal de integração, em feiras no município e atuam também em serviços de coffee break em eventos no município, sobretudo em eventos acadêmicos nas universidades, um dos pontos fortes da AMA atualmente assim como elencaram na matriz FOFA, exposta na matriz 2.

Financeiramente foram retraídas ao falar em valores de retiradas, mas relataram que em melhores períodos já conseguiram retiradas em torno de R\$3.000,00 por pessoa.

No entanto, não se descarta a existência de algumas assimetrias e dificuldades tanto na organização administrativa quanto no sentido da organização coletiva, seus principais pontos negativos elencados na matriz 2.

Ainda pela matriz 2 pôde-se verificar que as mulheres da AMA ainda se reconhecem como dependentes do apoio do poder público, relação se revela quando enaltecem as conquistas viabilizadas por instituições de apoio, simultaneamente às reivindicações de mais apoio e assessoria contínua.

Segue a síntese da FOFA referente a AMA:

Matriz 2: Análise FOFA - AMA

	Fatores Externos	Fatores Internos
Fatores Positivos	<p>Oportunidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Mercado para Coffe Break (2) Apoio ao espaço físico de trabalho (3) Possibilidades de capacitação (4) Possibilidades de apoio externo (5) Viabilização de feiras para comercialização (6) Apoio para melhorias infra-estrutura 	<p>Fortalezas:</p> <ul style="list-style-type: none"> 1) Flexibilidade de horários (2) Tempo para família e cuidados ao lote (3) Autonomia no trabalho (4) Decisões coletivas (5) Oportunidade de geração de renda
Fatores Negativos	<p>Ameaças:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Falta de capacitação (2) Falta de apoio da prefeitura (3) Falta de educação em ecosol (4) Falta de acompanhamento contínuo da universidade (5) Falta de apoio de transporte de pessoas e produtos 	<p>Fragilidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Debilidades na gestão (2) Maioria sem visão administrativa (3) Falta de conhecimento em gestão (4) Conflitos internos administrativos (5) Falta de conhecimento em ecosol

Fonte: Elaborada pelo autor

Coostuara:

A situação da Coostuara, um grupo de mulheres atuantes no ramo da costura, atualmente encontra-se temporariamente parada à espera da viabilização de um espaço físico de trabalho como relatou a presidente do empreendimento entrevistada. Apesar da situação crítica atual, sua história correlaciona-se diretamente com a atuação dos gestores locais em termos do projeto em ecosol, com início em 2005.

A formação da Coostuara iniciou-se da chamada do curso de corte e costura pelo Fundo Social do município. Na oportunidade cerca de 25 mulheres se envolveram na capacitação de corte e costura.

A partir do mapeamento dessa demanda, a então coordenadora de economia solidária Camila Capacle, mobilizou-se em fomentar a constituição de um empreendimento nos moldes da ecosol junto a essas mulheres.

Com a execução de reuniões contínuas com essas mulheres, a coordenadoria expos o tema e os princípios da ecosol e apresentou a proposta de geração de trabalho e renda a essas

mulheres.

A formação da Coostuara, mesmo como um grupo informal, iniciou-se no ano de 2008, com um acordo entre a Coordenadoria de Economia Solidária, o Fundo Social e a Casa da Criança que disponibilizaram a doação de algumas máquinas de costura para o início das confecções.

A prefeitura disponibilizou um curso de aperfeiçoamento de expansão de costura industrial, a instalação elétrica e custeios de transporte para as mulheres se deslocarem de suas casas para o espaço de trabalho, viabilizado e doado pela Casa da Criança. Posteriormente, no ano de 2010, foram contempladas com mais duas máquinas viabilizadas pela Unesp, através da INCONESP.

Os trabalhos iniciais contaram com a confecção de ecobags e com o tempo foram se direcionado para a confecção de camisetas na parceria com um grupo de jovens em estamparia, que acabou por dissolver-se por falta de interesse desses jovens.

Todo esse processo de apoio é visto como fator essencial para a constituição do empreendimento na visão da presidente entrevistada, que inclusive elencou esses fatores como primordiais para oportunidades e como fortalezas na matriz 3 que elenca os pontos positivos e negativos, internos e externos ao empreendimento.

Com o passar do tempo, das 25 mulheres iniciais, 10 acabaram se desmobilizando e se desligando da Coostuara por motivos de desinteresse e problemas relacionais. Segundo uma das mulheres atuais, a maioria almejava trabalho com carteira assinada e nas primeiras dificuldades, ou mesmo na primeira oferta de trabalho com carteira assinada, optaram por se desligarem do grupo. Muitas viam apenas os interesses próprios o que causava grande discordância interna e problemas de relacionamento.

A entrevistada contou que mesmo com todas as dificuldades, o início dos trabalhos em ecosol no município era muito potencial. A primeira configuração da equipe da coordenadoria era muito envolvida e mantinha trabalhos contínuos de capacitação não apenas técnicas, mas em educação no tema da ecosol, mas que com a mudança da gestão municipal, o projeto teve um período de transição de equipe e que hoje, encontra-se muito aquém do que era antes. Acompanhamento que se configura como oportunidade e no caso atual, a falta de, configura-se como um entrave na visão da entrevistada como exposto na matriz 3.

A entrevistada evidenciou a importância dos trabalhos iniciais desenvolvidos pelos estudantes da INCONESP, principalmente nos anos de 2008 a 2011. Mesmo que não era um trabalho contínuo de acompanhamento, até porque tinham seus próprios limites, desenvolveram espaços de discussão e articulação importantes no tema da ecosol e a viabilização da primeira

feira específica de ecosol no município através do Festival GAIA.

Atualmente 4 mulheres aguardam a viabilização de um espaço físico de trabalho para que possam reiniciar suas atividades. Na matriz 3 abaixo ainda pôde-se verificar que as dificuldades permeiam desde ameaças de falta de renda de problemas administrativos, mas por outro lado reconhecem o modo da ecosol como uma alternativa mais flexível de geração de renda, com evidência a fatores mais subjetivos como a felicidade no trabalho e amizades.

Matriz 3: Análise FOFA - Coostura:

	Fatores Externos	Fatores Internos
Fatores Positivos	<p>Oportunidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Possibilidades de apoio para capacitação e aprimoramento (2) Viabilização de espaços e mecanismos físicos de trabalho (3) Viabilização de equipamentos de trabalho (4) Mercado para confecção de uniformes escolares e eco bags (5) Possibilidade de formalização (6) Possibilidade de disputar licitações 	<p>Fortalezas:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Flexibilidade de tempo e trabalho (2) Autonomia no trabalho (3) Solidariedade e amizades no trabalho (4) Complemento de renda (5) O fazer o que realmente gosta (6) Sem patrão
Fatores Negativos	<p>Ameaças:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Falta de espaço físico de trabalho (2) Desmanche do grupo por carteira assinada (3) Sem acesso a crédito e financiamento (4) Descompassos no apoio para formalização (5) Falta de educação em ecosol (6) Falta de colaboração entre os grupos da ecosol (7) Falta de capacitação e aprimoramentos e de gestão (8) Falta de divulgação da ecosol para população 	<p>Fragilidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Falta de conhecimento administrativo e em gestão (2) Falta de conhecimento em ecosol (3) Informalidade (4) Problemas relacionais internos (5) Falta de espaço de trabalho fixo

Fonte: Elaborada pelo autor

Cooperativa Acácia:

Segundo o relato da cooperada que ocupa o cargo na diretoria, a história da Cooperativa Acácia origina-se no aterro sanitário, onde viviam duas famílias ocupadas em condições precárias. Nesse ambiente, havia uma forte pressão por parte da Secretaria de Inclusão Social para a retirada dessas famílias do aterro.

No ano de 2001, com apoio do recém-eleito prefeito Edinho Silva do PT e a atuação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano iniciou-se um projeto de mobilização para que essas famílias formassem uma associação de catadores. Na ocasião a associação continha em torno de 35 associados.

A conquista da formalização ocorreu em 2002, nascendo no plano jurídico a Associação Acácia dos Trabalhadores de Materiais Reaproveitáveis de Araraquara.

No ano de 2006 decidiu-se a mudança jurídica para formalização enquanto cooperativa. A cooperativa passou a se chamar Cooperativa Acácia de Catadores, Coleta, Triagem e Beneficiamento de Materiais Recicláveis de Araraquara. Nessa época a cooperativa totalizava 80 cooperados e cobria 25% do município em termos de coleta.

A cooperada relatou que a partir de 2005, quando surgiu a Coordenadoria de Economia Solidária, potencializaram-se os apoios.

A partir disso iniciaram-se as constantes reuniões, capacitações nas questões administrativas, de gestão e as formações no tema da ecosol, com surgimento de outros empreendimentos solidários que se dialogavam entre si.

A primeira feira de trocas surgiu no mesmo período na Praça Santa Cruz mobilizada pela coordenadoria que também propiciou a oportunidade para que cooperados conhecessem outras realidades como em São Carlos.

Mas o salto da Acácia se deu ainda em 2006 quando a legislação sobre cooperativas possibilitou a contratação de serviços da cooperativa pelo poder público com dispensa do processo de licitação.

Do contrato para prestação de serviços de coleta seletiva no município a Acácia conquistou a coleta em 100% da cidade, projeto conquistado que contou com grande apoio da então vereadora Vera Botta, segundo a cooperada.

Apesar da conquista, a entrevistada contou que em 2006 a cooperativa ficou um ano sem receber pelos serviços prestados. Assim por volta de 44 pessoas decidiram sair da cooperativa e voltaram a ocupar o aterro sanitário.

Em 2007, com apoio da coordenadoria de ecosol a Acácia exerceu pressão ao poder

público para que passassem a receber pelos serviços prestados ao município. Com isso garantido, as pessoas que tinham se retirado voltaram à condição de cooperados.

Estabeleceu-se um contrato com o Departamento de Abastecimento de Água e Esgoto – DAAE. Então o DAAE passou a arcar com 80% das despesas, mas desses 80%, 20% tinham que retornar ao DAAE, já que este se comprometeu em assumir a manutenção dos equipamentos. Os outros 20% dos rendimentos da cooperativa provinham da venda dos materiais coletados.

A partir disso os esforços da cooperativa centraram-se na captação de recursos para aquisição de equipamentos, capacitação em informática, segurança do trabalho e questões administrativas.

Em 2008, com auxílio da coordenadoria de ecosol, o projeto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES contemplou a aquisição de caminhões, computadores, armários, fogão, prensa e empilhadeira.

Nesse período diversas parcerias foram importantes para a Acácia como relatou a cooperada.

Sobre as capacitações foram importantes o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, Centro Brasileiro de Cursos - CEBRAC e a Unesp com integrantes do NEESC que posteriormente formaram a INCONESP.

O NEESC proporcionou conhecimentos em informática e algumas questões contábeis e viabilizou a criação do site da cooperativa.

Outra parceria importante estabelece-se com o Centro Universitário de Araraquara – UNIARA que tem conhecimentos e oficinas sobre biosésel. A Acácia faz a doação de óleo e recebe retorno em biodiesel.

Hoje a cooperativa conta com 180 cooperados. Destes, 90 atuam na coleta nas ruas e 90 na triagem. Além disso, possui três funcionários: motorista, gestor de projetos e um administrador.

As assembleias gerais ocorrem uma vez por ano. As reuniões do conselho administrativo acontecem uma vez por semana, as do conselho de ética conforme as demandas e as do conselho fiscal uma vez por mês.

A retirada por pessoa fica em torno de R\$1.500,00 por mês e é repartido por dias trabalhados. A receita total, segundo a cooperada é em torno de R\$200.000,00 por mês, sendo R\$130.000,00 vindos do contrato com o DAAE mais R\$10.000,00 de bônus por metas, complementados geralmente com mais R\$60.000,00 da venda dos materiais coletados. As despesas totais, incluindo a retirada dos cooperados ficam por volta de

R\$ 180.000,00 por mês. A cooperada evidenciou que o que sobra, destina-se para o fundo da cooperativa.

Atualmente a Acácia possui recursos financiados por editais de projetos como do Banco do Brasil com R\$ 140.000,00, Do BNDES com R\$ 200.000,00, da Fundação Nacional da Saúde – FUNASA com R\$ 198.000,00 e recursos da Bolsa Verde do Rio de Janeiro - BVRIO por meio de um projeto de política reversa em relação ao material recolhido com R\$100.000,00.

Em relação ao contexto atual, a coordenadoria de ecosol, segundo a entrevistada está ausente, muito diferente do início, que na sua percepção teve muita influência da mudança de gestão no município.

Por outro lado, a mudança de gestão possibilitou a melhora da autogestão na cooperativa. Segundo a cooperada a gestão anterior mais assistencial. Hoje a gestão municipal trata a cooperativa como uma empresa e isso alimentou a questão da autogestão entre os cooperados.

Apesar disso a cooperada reconhece que a autogestão assim como os princípios da ecosol são exercidos apenas por uma parcela dos cooperados, muitos estão na cooperativa pela renda, sem o interesse em conhecer os modos operandi do cooperativismo e ecosol.

Finalmente, a matriz FOFA sobre a Cooperativa Acácia a qual evidencia que na visão da entrevistada a principal oportunidade para a cooperativa estaria ligada a necessidade da preocupação ambiental na sociedade atual seguido do respaldo tanto da população quanto das instituições de apoio. Como ameaça verifica-se que a transição de governos, uma vez que cria instabilidades nos projetos municipais seria o grande entrave para uma continuidade mais sólida dos trabalhos da cooperativa que consequentemente desencadeia a ociosidade dos cargos públicos comissionados e interfere na desmobilização do movimento da ecosol.

Da perspectiva interna, os pontos fortes da cooperativa interligam-se diretamente com os princípios da ecosol, os quais os cooperados, ainda que não em totalidade (e estrita a uma parcela dos cooperados) procuram exercer na gestão da cooperativa que ainda enfrenta a grande rotatividade e o interesse apenas na renda por parte de uma parcela dos cooperados como grandes gargalos para sua sobrevivência e harmonia, como mostra a matriz 4.

Matriz 4: Análise FOFA - Cooperativa Acácia

	Fatores Externos	Fatores Internos
Fatores Positivos	<p>Oportunidades:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1- Necessidade ambiental 2- Receptividade da população 3- Coordenadoria de Ecosol: inicial 4- INCONESP 5- Secretaria do Meio Ambiente 6- Posição de referência: nacional 	<p>Fortalezas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1- Autogestão 2- Quadro administrativo capacitado 3- Cooperativismo 4- Amizades 5- Retorno financeiro 6- Inclusão social
Fatores Negativos	<p>Ameaças:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1- Transição gestão municipal 2- Falta de cobrança da lei ecosol 3- Desmobilização movimento ecosol 4- Cargos comissionados no poder público 5- Cenário econômico: oscilação preços materiais 	<p>Fragilidades:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1- Grande rotatividade 2- Parcela cooperados: só pela renda - empregados 3- Vinculação política da cooperativa ao PT - presidente é militante do PT

Fonte: Elaborada pelo autor

Os Empreendimentos Solidários de Araraquara:

As informações coletadas pelos quatro empreendimentos solidários de Araraquara permitiram auferir um panorama geral do histórico, das características e da situação em que se encontram os empreendimentos solidários de Araraquara.

Apesar da diversidade e peculiaridade de cada empreendimento, muitas semelhanças permitiram agrupar informações pontuados em comum entre os empreendimentos de Araraquara, os quais veem os apoios proporcionados tanto pelo poder público municipal como da incubadora universitária como essenciais, necessários e de obrigação dessas instituições de apoio, em que na falta de apoio enxergam como uma ameaça aos seus trabalhos.

Por outro lado, enxergam na ecosol um modo de trabalho melhor, mais flexível, porém têm dificuldades em conduzir a gestão coletiva do empreendimento. Esses pontos são encontrados nos quatro empreendimentos de Araraquara e são elencados na matriz geral dos empreendimentos de Araraquara, a matriz 5, na qual verifica-se o discurso contraditório

presente nos empreendimentos. Se por um lado há a necessidade de trabalhos mais contínuos e sólidos por parte das instituições de apoio, por outro os empreendimentos acomodam-se por meio de uma dependência eterna desses apoios. E, se enaltecem os princípios da ecosol, não os conseguem exercer completamente por interesses individuais.

Matriz 5: Análise FOFA Geral dos Empreendimentos Solidários de Araraquara:

	Fatores Externos	Fatores Internos
Fatores Positivos	<p>Oportunidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Apoio inicial do programa de ecosol e INCONESP. (2) Viabilização de infra-estrutura. (3) Capacitação administrativa. (4) Formação em ecosol 	<p>Fortalezas:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Alternativa de geração de renda (2) Flexibilidade e autonomia no trabalho (3) Relações de amizade (4) Princípios da ecosol
Fatores Negativos	<p>Ameaças:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Mudança de gestão municipal (2) Falta de apoio do programa de ecosol e da INCONESP atualmente (3) Falta de continuidade nas capacitações e formações em ecosol (4) Ruptura no movimento da ecosol no município 	<p>Fragilidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Debilidades na gestão (2) Conflitos internos (3) Ausência da prática dos princípios da ecosol por alguns

Fonte: Elaborada pelo autor

Incubadora de Cooperativas do Nordeste do Estado de São Paulo - INCONESP:

A Incubadora de Cooperativas Populares do Nordeste do Estado de São Paulo – INCONESP originou-se de esforços de uma equipe interdisciplinar de graduandos da Unesp de Araraquara em conjunto com graduandos da Unesp de Franca. Apesar do esforço em conjunto das duas unidades, as atuações se deram de forma independentes. As informações sobre a INCONESP foram fornecidas por dois ex-bolsistas do projeto.

Na unidade de Araraquara, a equipe foi composta pelos então recém integrantes do Núcleo de Estudos em Economia Solidária e Cidadania – NEESC, com graduandos dos cursos

de administração pública, economia e ciências sociais.

A proposta, articulada pelo professor doutor Sérgio Azevedo Fonseca, chefe de departamento do curso de administração pública, envolveu a constituição de um projeto de extensão universitária por meio do então edital do governo federal no Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas – PRONINC, contemplado em 2008.

Apesar de contemplado em 2008, os recursos do edital do PRONINC seriam disponibilizados apenas no ano de 2010. Desta forma, mesmo com os limites financeiros, a equipe não deixou de desenvolver trabalhos no tema. Sem custeios, a alternativa foi de buscar outros tipos de financiamento, principalmente para o custeio dos estudantes. A conquista de uma bolsa de extensão universitária da Pró-Reitoria de Extensão – PROEX minimizou a falta de recursos financeiros.

Apesar disso, do ano de 2008 a 2010, a equipe engajou-se em desenvolver trabalhos mesmo sem recursos financeiros. Isso evidencia o interesse dos graduandos, não apenas em termos financeiros, para receber bolsas de estudos, mas a vontade e a crença da importância do tema da ecosol no mundo contemporâneo e do projeto solidário no município. Dentro de seus limites, a INCONESP conseguiu atuar principalmente na organização e articulação de parcerias e de espaços de discussão, dando origem ao primeiro Encontro Municipal e Economia Solidária.

Dessa articulação surgiram parcerias com a então coordenadoria de economia solidária e o desenvolvimento de capacitação e educação em ecosol inicialmente fez-se de modo contínuo.

Apesar disso, na questão da incubação, o acompanhamento do cotidiano dos grupos solidários aconteceu de forma esporádica, em detrimento, principalmente da falta de custeio dos estudantes para deslocamentos junto aos grupos.

Quando liberada de fato os recursos do PRONINC em 2010, a equipe da INCONESP encontrava-se em situação de transição. Muitos dos graduandos atuantes se desvincularam por estarem concluindo sua graduação. Apesar disso, não houve demora em mobilizar outros estudantes interessados em atuar no projeto.

Um dos integrantes entrevistados fez parte dessa segunda equipe e evidencia que seu contato com o tema se deu através da disciplina optativa ministrada pelo professor Sérgio Fonseca, o qual apresentou-lhe o tema e o incentivou a estudar e se envolver com ecosol. Outros integrantes os quais já eram envolvidos em coletivos no município o Colméia Cultural, vinculado ao Fora do Eixo, foram mobilizados por um dos integrantes da primeira equipe da INCONESP. O Colméia Cultural é um coletivo de jovens de Araraquara que trabalham com organização de eventos culturais e artísticos de forma alternativa ao mercado, sendo um dos

campos atuantes, os princípios da ecosol.

Os trabalhos dessa segunda equipe direcionaram-se em atualizar os diagnósticos dos grupos e viabilizar espaços de discussão e a constituição da primeira feira específica de ecosol no município que aconteceu no Festival GAIA de 2010. O festival contou com a parceria da INCONESP com o Colméia Cultural e a urgência em aplicar os recursos do PRONINC direcionou o investimento desses recursos na organização do festival.

O festival contou com espaços de discussão referente ao meio ambiente e economia solidária, a disponibilização de barracas para a comercialização dos produtos dos empreendimentos solidários e produção musical e artes cênicas.

Atualmente a INCONESP encontra-se em situação de estagnação. Um dos últimos integrantes relatou que houve uma dificuldade imensa de mobilizar estudantes realmente interessados no projeto. Evidencia que muitos estudantes se interessam quando o assunto é de bolsas de estudos, e quando não o conseguem, acabam por desanimar.

Outra grande dificuldade é a captação de recursos. Existem editais para projetos de financiamento correlatos ao tema da ecosol, mas a conquista é muito difícil. Um exemplo foi o edital Santander Unisol que mesmo que o projeto encaminhado pela INCONESP tenha ficado entre os doze finalistas, apenas dez foram contemplados, ficando a INCONESP de fora. Foi um projeto que envolvia a questão da produção agroecológica em um dos assentamentos da região de Araraquara.

Segundo o último integrante, o qual também já se desvinculou da INCONESP porque já se formou destaca que a última equipe se centrou nas tentativas de captação de recursos, mas sem sucesso, acabou desmobilizando os estudantes, que segundo o entrevistado, tinham o interesse apenas nas bolsas e/ou se envolver no projeto para o cumprimento de atividades complementares exigidas pelo curso de graduação em termos de créditos.

Assim, as principais oportunidades para a INCONESP relacionam-se com a extensão universitária que possibilita o desenvolvimento de projetos junto a sociedade para contribuição local e as ameaças se derivam pela escassez de recursos financeiros para custeio de projetos interdisciplinares. Internamente, os entraves vão desde a grande rotatividade de graduandos e dificuldades para atrair novos voluntários para o projeto da ecosol como mostra a matriz 6.

Matriz 6: Análise FOFA – INCONESP

	Fatores Externos	Fatores Internos
Fatores Positivos	<p>Oportunidades:</p> <p>(1) Possibilidades de atuação em projetos de desenvolvimento local e sustentabilidade junto à sociedade</p> <p>(2) Demanda de empreendimentos solidários</p> <p>Contribuição para o local e pessoas de baixa renda</p>	<p>Fortalezas:</p> <p>1) Equipe interdisciplinar</p> <p>(2) Atuação em extensão universitária</p> <p>(3) Fomento da ecosol como política pública e alternativa de desenvolvimento local</p> <p>(4) Conhecimentos de incubação em ecosol</p>
Fatores Negativos	<p>Ameaças:</p> <p>(1) Dificuldades de financiamento para custeio de universitários</p> <p>(2) Dificuldades de atrair voluntários para o projeto</p>	<p>Fragilidades:</p> <p>(1) Dificuldades na transição de equipes</p> <p>(2) Estudantes se formam</p> <p>(3) Falta de organização e atuação contínua</p> <p>(4) Falta de divulgação sobre ecosol</p>

Fonte: Elaborada pelo autor

Coordenadoria de Economia Solidária de Araraquara:

As primeiras mobilizações relacionadas ao movimento da ecosol derivaram de um projeto fomentado pelo poder público municipal então vigente, a partir de 2001. Os esforços concentraram-se na gestão municipal de Edinho da Silva, prefeito na época PT, com o Governo Frente Popular.

Como relatou a atual gestora de ecosol entrevistada, nessa oportunidade houve uma priorização de projetos sociais, entre eles, o fomento à economia solidária, orçamento participativo.

Nesse período procurou-se aliar um projeto sobre a destinação dos resíduos sólidos do município e o fomento à ecosol. Surgiu a proposta de atividade coletiva na criação da Cooperativa Acácia, de coleta seletiva, mobilizando pessoas marginalizadas social e economicamente que viviam como catadores de resíduos sólidos no aterro sanitário.

A partir dessa mobilização criou-se formalmente a Coordenadoria de Economia Solidária de Araraquara no ano de 2005, segundo a atual gestora de ecosol do município. A criação da coordenadoria é pautada na Lei 6250/05 que trata da organização administrativa do município.

Nesse sentido formou-se uma equipe na coordenadoria que priorizava alternativas de

geração de trabalho e renda e via na ecosol uma possibilidade de desenvolvimento no plano local.

A estrutura física sempre esteve ligada ao Posto de Atendimento ao Trabalhador –PAT.

Os primeiros trabalhos direcionaram-se no sentido de mapear no município potenciais interessados em abraçar alternativas de geração de renda por meio de princípios alternativos às relações capitalistas de trabalho.

O mapeamento surtiu efeitos quando, por meio de reuniões e palestras surgiram diversas pessoas interessadas na formação de empreendimentos solidários.

Segundo a gestora, a ecosol no município de Araraquara teria reais possibilidades de gerar trabalho e renda com base em princípios solidários. Um grande entrave é que, na percepção da mesma, a ecosol em Araraquara surgiu de um modo assistencialista.

A atual gestora entrou em 2009 na coordenadoria de economia solidária, com cargo concursado. Segundo ela, a equipe anterior era composta por gestores de cargo comissionado.

Hoje a gestora vê a ecosol como uma possibilidade de geração de renda, mas de um modo mais cético comparado à visão romântica dos outros gestores.

A atual gestão parece não priorizar a ecosol como um projeto potencial. Segundo a gestora, não que a atual gestão municipal não enxergue possibilidades na ecosol, mas segundo ela, a prefeitura está sem verbas e prefere investir em outros setores.

Como relatou a gestora em 2015 foram previstos para a Coordenadoria R\$ 463.137.000,00 divididos entre o Banco do Povo, o Posto de Atendimento ao Trabalhador e os projetos da ecosol, além do pagamento dos servidores públicos. Assim a gestão atual prefere priorizar na saúde, educação e habitação.

Deste modo, parece evidente que mesmo com a transição de governo estabeleceu-se como um dos principais motivos para a desarticulação das ações em ecosol no município. Se gestão anterior via na ecosol real potencial de geração de trabalho e renda e de desenvolvimento local, a atual gestão permanece com a coordenadoria por motivos formais.

Da parte dos gestores atualmente há críticas em relação aos empreendimentos que apenas se interessam em dialogar quando o assunto é pedir ajuda, pedir transporte. Segundo a atual gestora, quando é para se reunir para discutir questões coletivas, ninguém se interessa em comparecer.

Por outro lado, os empreendimentos, quase em sua totalidade reclamam de falta de apoio.

A seguir a matriz 7 com os dados FOFA da Coordenadoria de Ecosol de Araraquara na percepção da gerente de ecosol que elenca como oportunidade a possibilidade de projetos de

geração de renda junto a população marginalizada, que na visão da gestora é possibilitada pela existência da coordenadoria de ecosol no município com espaço físico e a lei municipal como principais fortalezas. Em contrapartida, há o reconhecimento da origem assistencialista do projeto, o que dificulta a relação da gestora atual junto aos empreendimentos solidários que ainda conta com a secundarização do projeto da ecosol por parte da gestão municipal vigente e assim a escassez de recursos como entraves do projeto.

Matriz 7: Análise FOFA – Coordenadoria de Economia Solidária de Araraquara

	Fatores Externos	Fatores Internos
Fatores Positivos	<p>Oportunidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Possibilidade de geração de trabalho e renda à população (2) Desenvolvimento de projetos em desenvolvimento local 	<p>Fortalezas:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Existência de coordenadoria de economia solidária (2) Espaço físico em funcionamento para fomento da ecosol (3) Existência da lei municipal de ecosol
Fatores Negativos	<p>Ameaças:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Secundarização do projeto solidário por parte da gestão municipal (2) Dificuldades relacionais junto aos grupos da ecosol (3) Origem assistencialista do projeto (4) Dificuldades de articulação junto 	<p>Fragilidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Falta de continuidade de atuação pela transição de equipes (2) Falta de verba para atuação sólida (3) Limites para atender as demandas

Fonte: Elaborada pelo autor

O Contexto da Política Pública Municipal de Economia Solidária em Araraquara:

Como exposto nas informações anteriores, Araraquara é um município que conta com um acervo local potencial em ecosol. Há a existência de uma instância formal do poder público municipal, na figura da coordenadoria de economia solidária, de uma incubadora universitária de cooperativas populares, a INCONESP, a lei municipal de economia solidária e uma demanda de empreendimentos solidários.

No entanto, a situação atual em termos de ecosol no município encontra-se estagnada.

Como mencionado anteriormente, a ecosol no município foi articulada e criada a partir de uma idealização da então gestão municipal vigente no ano de 2005, aliada à priorização de

projetos sociais vinculadas ao PT.

Dessa mobilização houve o fomento e a criação da Coordenadoria de Economia Solidária e, por conseguinte os empreendimentos solidários existentes no município.

Apesar de alguns grupos já terem uma história anterior de mobilização, a criação e a viabilização da organização de todos os empreendimentos solidários em Araraquara se deu por meio da atuação dos gestores públicos vigentes na época.

O início desse projeto sugeriu excelente potencial de desenvolvimento, com apoio total da prefeitura e mobilização das pessoas que hoje compõem os grupos da ecosol.

Com o passar do tempo, foram de agregando outros agentes potenciais na atuação desse projeto. As articulações entre Coordenadoria e INCONESP pareceram, à primeira vista, promissoras.

Foram desenvolvidos trabalhos iniciais maciços em palestras e espaços de discussões no tema da ecosol, e inicialmente os empreendimentos contaram com total apoio de ambas as instituições.

Posteriormente sancionou-se a lei municipal de economia solidária, que sugeriu um alicerce a mais do projeto solidário no município.

Apesar disso, hoje é unânime entre todos os agentes da ecosol em Araraquara, tanto por parte das instituições de apoio, quanto por parte dos empreendimentos que a lei ficou restrita ao plano teórico e apesar de ter contado com parcial participação coletiva, hoje a lei necessita de modificações e, sobretudo de um decreto que a regulamente.

Atualmente o quadro do projeto solidário é estagnado perpassando por todos os agentes que o compõem. As dificuldades por parte dos gestores públicos estão no campo de seus limites financeiros e de atuação.

Com a transição do governo municipal no ano de 2009, as ações iniciais ficaram comprometidas. Se anteriormente, a ecosol era vista como real possibilidade de política pública local para geração de trabalho e renda, havendo uma priorização em projetos sociais e assim no campo da ecosol, a gestão atual, apesar de não ser descrente nesse projeto, a secundariza, priorizando outras áreas de atuação como saúde e educação em detrimento da falta de verba da prefeitura municipal, que enfrenta atualmente uma crise de verbas para o município.

Além disso, uma crítica dos gestores atuais é de que a ecosol em Araraquara foi originada por laços de assistencialismo, o que é evidenciado no discurso dos empreendimentos que quando se fala em apoio, somente tocam em assuntos de suas necessidades.

As dificuldades de atuação não permeiam apenas na instância pública, mas dissemina-se também no campo de atuação da incubadora de cooperativas existente no município.

Os entraves na atuação da INCONESP relacionam-se principalmente com as dificuldades de captação de recursos, sendo a contemplação de recursos por meio de editais um tanto quanto complexos e a melhor articulação na transição da equipe de estudantes.

O grande problema aqui, é que os universitários ficam um tempo específico atuando no projeto da incubadora enquanto extensão universitária, determinado pelo tempo de sua graduação. Quando se formam a tendência é de se desvincularem da incubadora.

Mesmo que inicialmente o grupo de estudantes engajados via a importância de atuação no projeto, por vezes até mesmo em caráter voluntário, a equipe original era composta por estudantes que se formaram todos em um mesmo período, havendo a necessidade de reformulação de quase toda a equipe.

A dificuldade dessa transição se dá também por motivos de falta de divulgação do tema da ecosol, entre os universitários, além dos posteriores interesses restritos de estudantes novos em receber bolsas de custeio e cumprimento de créditos extras para sua graduação.

Em termos dos fatores sócio-culturais investigados, é evidente que o tripé saber, querer e poder influem diretamente no desenvolvimento do projeto solidário no município.

Pelo lado da administração pública municipal, se é unânime a questão do saber no tema da ecosol, os querer e poderes influenciam de modo transversal negativamente nos dias atuais.

Se na gestão em que se iniciou o projeto solidário, havia um total interesse e uma idealização da ecosol, a gestão atual, mesmo que não descredencia a ecosol, a secundariza, por uma visão mais cética da ecosol juntamente com os limites financeiros da atual administração local. Segundo os gestores atuais, as ações concentram-se apenas em atender algumas necessidades pontuais dos empreendimentos.

No mesmo sentido, a atuação da INCONESP fica comprometida atualmente. Se no início de seu percurso, o saber e o querer, andavam conjuntamente em seu interior, esbarrando-se principalmente na questão dos poderes, com vínculo nas dificuldades de obtenção de recursos, atualmente, verifica-se que o tripé se estabelece como um entrave em conjunto.

A dificuldade na captação de recursos relacionados ao poder em atuar alia-se agora, à falta de divulgação do tema, e assim o conhecimento sobre a ecosol por parte dos estudantes novos. Aliado a isso, a dificuldade de atrair estudantes com perfil mais voluntário e crente na ecosol tem sido grande entrave para a atuação da INCONESP, que no atual momento encontra-se parada.

Por fim, em relação aos empreendimentos solidários, a questão é mais complexa ainda.

Os empreendimentos solidários com histórico de marginalização social parecem não conseguir internalizar com solidez suficiente os princípios e as práticas em ecosol. Reclamam

que a maioria desconhece sobre ecosol e que os trabalhos de educação em ecosol por parte do poder público e da universidade não foram contínuos.

Apesar disso, é unânime que inicialmente foi feito um trabalho maciço nesse sentido, tanto pelo poder municipal, quanto pela universidade. Apesar disso, os grupos solidários ainda têm dificuldades em reconhecerem-se enquanto principais atores da ecosol, e assim as práticas de cooperativismo e autogestão não são internalizadas com solidez.

Talvez, um dos motivos dessa dificuldade esteja no discurso dos gestores, que não têm conseguido interagir com recíproca com as pessoas dos empreendimentos, dificultando o entendimento dos empreendimentos em relação ao tema da ecosol e seus princípios. Isso fica evidente quando grande parte das pessoas desses grupos reconhecem que já receberam palestras sobre o tema da ecosol e seus princípios, mas alegam que a maioria não consegue entender de fato o que é e o que representa a ecosol.

A fala junto a essas pessoas com histórico de marginalização social e cultural necessita de adaptações para que essas pessoas possam realmente compreender os conceitos e princípios pregados no campo da ecosol.

Apesar disso, alguns dizem que sabem e entendem, mas demonstram-se um tanto quanto desinteressadas em praticar tais princípios solidários. Isso fica claro, quando as pessoas mais esclarecidas sobre o tema foram entrevistadas. Mesmo compreendendo que a ecosol prega a horizontalidade nas relações de trabalho, com gestão democrática e cooperativa, essas mesmas pessoas deixam evidente que se reconhecem como “líderes” dentro de seus empreendimentos, sendo essas mesmas as “presidentes vitalícias” em seus empreendimentos. Então a questão do saber e do querer, ou no caso, a falta destes, têm influenciado negativamente na dinâmica estabelecida nesses empreendimentos.

Ademais, fica claro que todos os empreendimentos têm dificuldades no entorno dos poderes. São de população marginalizada e por isso estão ali, tentando gerar renda. Apesar dos apoios iniciais das instituições de apoio, ainda não conseguiram a independência, a autogestão.

Essa estagnação em termos da ecosol em Araraquara só poderá ser revertida no momento em que tanto as instituições de apoio quanto os empreendimentos reconhecerem de fato suas parcelas de culpa.

Às instituições de apoio, executar um trabalho mais sólido e contínuo e retornar a crença no potencial da ecosol no município, voltando a priorizar projetos voltados a população de baixa renda. E mais que isso, há uma necessidade de trabalhos mais contínuos e sólidos no mapeamento de pessoas realmente interessadas nas práticas da ecosol, com vistas a evitar a sobreposição do interesse estritamente econômico, de geração de renda frente aos princípios

coletivos.

7.2 São Carlos

O município de São Carlos está situado na região centro-leste no interior do estado de São Paulo, com população de 221.950 habitantes e 1.136,907 km² segundo o IBGE.

As informações que introduzem esse breve histórico do movimento da ecosol em São Carlos foram obtidas por meio das entrevistas aplicadas ao orientador técnico atuante pelo Departamento de Apoio à Economia Solidária – DAAES, ao técnico-bolsista da incubadora de cooperativas vinculada a Universidade Federal de São Carlos e aos dirigentes selecionados de alguns empreendimentos solidários existentes no município.

O movimento da ecosol no município de São Carlos iniciou-se a partir dos trabalhos desenvolvidos pela então Incubadora Regional de Cooperativas Populares – INCOOP da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, criada em abril de 1999.

Na ocasião a INCOOP mobilizou a formação de uma cooperativa popular, a Cooperativa de Limpeza do Jardim Gonzaga - Cooperlimp e posteriormente a Cooperativa dos Trabalhadores em Confeção de São Carlos - Coosturarte. Dessas experiências alimentou-se e fomentou-se a institucionalização da ecosol enquanto política pública no município.

Em 2001, com a eleição do então reitor da UFSCar Newton Lima para a prefeitura do município, as ações em ecosol adentraram definitivamente na agenda municipal em termos de políticas públicas.

Na esfera pública municipal o Programa de Fomento à Economia Solidária com criação em 2001 era parte integrante da Secretaria de Ciência e Tecnologia. Posteriormente o programa de ecosol foi incorporado à estratégia das Políticas Públicas de Geração de Trabalho e Renda e de Desenvolvimento Sustentável, articulada e executada DAAES da Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda – SMTER.

Integrantes da INCOOP tiveram participação direta na elaboração do plano de governo do prefeito eleito Newton Lima, esforços que inseriram a ecosol na política pública no município. O bolsista entrevistado participou ativamente na inserção da ecosol como estratégia municipal de geração de renda, convidado pelo prefeito Newton Lima a dirigir a equipe da seção de fomento à ecosol criada em 2002, contida dentro do Departamento de Fomento a ecosol.

A institucionalização da ecosol como política de estado no município foi viabilizada pela conquista da legislação municipal de ecosol com a aprovação da Lei Municipal nº 15.196 com publicação em 27 de fevereiro de 2010.

O processo da constituição da lei que durou aproximadamente dois anos contou com a participação do Departamento de Economia Solidária do município, os empreendimentos solidários, a INCOOP e a sociedade em geral por meio de plenárias do movimento da ecosol, encontros municipais e audiências públicas.

Da lei instaurou-se a criação do Centro Público de Economia Solidária e o Centro de Comércio Justo e Solidário, espaços públicos para execução de ações de educação, formação e capacitação técnica e profissional e para espaços de rede solidária de produção, consumo e comercialização.

Em 2011, mais um aparato se formalizou evidenciando o fomento à ecosol em São Carlos. Com a Lei nº 15.853 de 11 de outubro de 2011 foi criada o Conselho Municipal de Economia Solidária e o Fundo Municipal de Economia Solidária, institucionalizando a garantia do controle e da participação social e os recursos orçamentários necessários à execução da política pública de ecosol no município.

Atualmente são seis projetos temáticos em andamento relacionados à ecosol em São Carlos no que tange às ações realizadas que envolvem instituições como a INCOOP, a prefeitura municipal e outras instituições como a UNISOL, a UNITRABALHO, SENAES e outras: Proposição e Implantação de Tecnologias para Cooperativas na Cadeia de Reciclagem, Proposta de inclusão social e geração de renda para catadores de entulho de São Carlos, Central de Cooperativas de Materiais Recicláveis de São Paulo – CENTCOOP formada por três cooperativas de recicláveis de São Carlos, uma de Piracicaba, uma de Diadema e quatro de São Paulo, Horta Comunitária da Cidade Aracy, Projeto revitalização da Coleta Seletiva e o Projeto de Desenvolvimento Territorial nos Bairros Jardim Gonzaga e Monte Carlo.

Apesar desses projetos citados acima terem envolvimento tanto da INCOOP quanto do DAAES, essas duas instituições mantêm trabalhos e ações independentes.

Quanto aos empreendimentos solidários atualmente cadastrados no DAAES são no total de 18 empreendimentos solidários: ACASC (alimentação), AARTESCAR (artesanato e alimentação), AMADESOL – Banco Nascente (finanças e crédito), AMEI (MEIs de alimentação, balões e brinquedos), AMOR E ARTE (artesanato), CONSUMOSOL (consumo justo, solidário e sustentável), COOPERVIDA (coleta seletiva), COOPSI (psicólogos), Janela Aberta (cultura), LIMPSOL (limpeza), MARIA FUXICO (costura), MAGIA DO ARTESANATO (artesanato), RECRIART (cadernos recicláveis), Associação de Produtores do Assentamento Santa Helena (agricultura), TASCA (artesanato e serviços), UNIARTE (artesanato e alimentação) REENVOLTA (serviços) e VERACIDADE (agricultura urbana e cultura).

Apesar de certo reconhecimento das políticas em ecosol em São Carlos, a iniciativa em ecosol parece ter surgido de motivações por parte da incubadora universitária, a INCOOP. Apesar de atuarem em parcerias no âmbito dos espaços políticos e de discussões, como nas reuniões do Fórum Municipal de Ecosol e do Conselho Municipal de Ecosol, tanto a incubadora quanto o poder público municipal atuam de forma independente em seus projetos. Segundo Luiz Fabiano de Castilho, um dos motivos da desarticulação em termos de ações efetivas junto aos empreendimentos solidários, seriam alguns desconfortos de caráter institucional que se estabeleceu entre a incubadora e o poder público municipal quando se iniciaram os trabalhos articulados entre as duas instituições em 2001, no sentido de questionamentos sobre o papel e o protagonismo da então INCOOP, que hoje se chama Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária – NuMI-EcoSol, nas políticas públicas de ecosol no município. Cabe verificar se esse tipo de atuação tem proporcionado bem-estar aos sujeitos dos empreendimentos solidários.

Apesar disso, em São Carlos, parece haver certa continuidade nas ações em ecosol.

Contextualizado o panorama geral do programa de ecosol no município de São Carlos, seguem-se as características e informações coletadas junto aos entrevistados.

Departamento de Apoio a Economia Solidária do Município de São Carlos:

O representante do DAAES entrevistado ocupa o cargo de orientador técnico.

Segundo o entrevistado, as primeiras movimentações referentes à constituição do programa de ecosol em São Carlos se deram em 2001, com a eleição do então reitor da UFScar Newton Lima, pelo PT para o cargo de prefeito do município. Newton permaneceu como prefeito por dois mandatos, até 2008.

A motivação na implantação do projeto de ecosol em São Carlos se deu por meio de inspirações de experiências bem-sucedidas em municípios do estado de São Paulo, mais precisamente remetendo à experiência de Osasco.

Inicialmente criou-se uma seção de ecosol dentro da Secretaria de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia em 2005 e o primeiro edital de concurso para cargo de monitor em 2006.

No ano de 2008 com apoio da SENAES, conquistou-se o Centro Público de Economia Solidária

A inspiração na experiência de Osasco alastrou-se para a constituição da Lei de Economia Solidária de São Carlos sancionada em 2009. Como relatou o entrevistado o projeto de lei do município foi trabalhado em cima da lei municipal de economia solidária de Osasco.

A lei que inclusive na visão do orientador técnico foi imprescindível para proporcionar

uma razoável estabilidade ao programa criando um projeto de fomento à ecosol no município, delegando obrigações à prefeitura para a ecosol e viabilizando em 2011 a Lei do Conselho Municipal de Economia Solidária e o Fundo Municipal de Economia Solidária, além de estabelecer uma obrigatoriedade da Conferência Municipal de Economia Solidária.

Para além da criação de mecanismos que fortaleceram as ações em ecosol em São Carlos, a lei assegurou a continuidade do programa de ecosol no município, fato que se confirmou na mudança da gestão municipal em 2009, quando foi eleito do Oswaldo Batista Duarte Filho também do PT.

A maior insegurança quanto à perenidade do programa de ecosol foi posta em 2012 quando a mudança da gestão municipal compreendeu também uma mudança de partido político.

Quando Paulo Altomani do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB foi eleito para o mandato de 2013 a 2016, sugere-se que o programa obteve continuidade devido ao fortalecimento que a lei proporcionou para o movimento da ecosol no município. Parece que num primeiro momento a nova gestão desconhecia o programa de ecosol e quando conheceu não se entusiasmou no projeto.

No entanto, o técnico entrevistado relatou que essa transição da gestão para outro partido propiciou uma pró-atividade por parte dos empreendimentos solidários que inexistia anteriormente. Os próprios trabalhadores solidários exerceram reivindicações e pressões para a manutenção da ecosol no município.

A partir disso, nas discussões do Fórum Municipal de Economia Solidária formou-se uma comissão executiva mais atuante.

Nesse contexto, a percepção do entrevistado em relação ao percurso da ecosol em São Carlos é de que na gestão que se iniciou o projeto de ecosol, o apoio era muito maior, assim como o respaldo por parte da prefeitura. Na transição para outro candidato do mesmo partido, havia o apoio, mas em menor grau do que com o antecessor.

Já quando a mudança ocorreu também no partido político, a ecosol só permaneceu em vista de suas conquistas acumuladas no município com força na lei que assegurou a mínima continuidade e fez florescer o engajamento dos agentes da ecosol.

Em meio ao percurso institucional e político, no tocante às estratégias em termos de ações, os trabalhos iniciais consistiram em mobilizações e sensibilizações para formação de empreendimentos solidários em setores potenciais. Dessa maneira, surgiram as cooperativas de coleta seletiva e os empreendimentos de artesanato.

As formações no tema da ecosol eram mais constantes assim como as assessorias técnicas que eram viabilizadas por meio de contratação de cursos por convênios.

Posteriormente possibilitou-se a contratação dos serviços oferecidos por alguns empreendimentos solidários pela prefeitura.

Até o ano de 2009, a atuação era mais militante pela proximidade ideológica em relação à ecosol, tanto do prefeito da época quanto da equipe que compunha o DAAES.

Atualmente, há menos pró-atividade na criação de empreendimentos, atendo-se ao acompanhamento dos empreendimentos já existentes. As assessorias técnicas hoje acabam sendo pontuais em decorrência da demanda do corpo técnico do DAAES. À exemplo, atualmente o DAAES conta com técnicos e estagiários com formações em contabilidade e gestão ambiental, então a assessoria fica restrita a essa demanda técnica existente no departamento.

Quanto a equipe, há um diretor com cargo comissionado, três orientadores técnicos concursados, um almoxerife e três chefes de divisão que atuam em ações para inclusão produtiva, aplicação de tecnologias ao desenvolvimento social e o banco do povo.

Apesar de o DAAES possuir em sua composição três cargos de orientadores técnicos, a perspectiva é de que não haja mais concurso para cargos na ecosol, fato que é visto como negativo para a solidez do corpo técnico no departamento, como relatou o entrevistado.

Em termos financeiros, o DAAES conta atualmente com recursos municipais e federais, principalmente por meio de editais da SENAES.

Dos recursos municipais há uma previsão anual de R\$47.000,00, além do Fundo Municipal de Economia Solidária, um planejado pelo Conselho Municipal de Economia Solidária com R\$80.000,00 para o ano de 2015.

O financiamento da SENAES conquistado através de editais viabilizou a instituição do centro público de ecosol, o edital 003 para a promoção de ações integradas em ecosol compreendendo o desenvolvimento local contemplado com R\$1.500.000,00, o projeto de produção para mulheres no valor de R\$400.000,00 e R\$100.000,00 referentes a um projeto de construção civil para mulheres.

Finalmente, no tocante à integração das ações públicas em ecosol no município, as atividades do DAAES estabelecem-se de forma independente, não havendo parcerias, em termos de ações com a incubadora vinculada a UFSCAR, a antiga INCOOP que hoje é o NUMI.

Segundo o representante do DAAES entrevistado, a integração entre o departamento e a incubadora fica restrita aos espaços de discussões, nas oportunidades das reuniões do Fórum Municipal de Economia Solidária, do Conselho Municipal de Economia Solidária e nas Conferências Municipais e Estaduais de Economia Solidária.

As informações descritas acima condizem ao relato do bloco histórico de questões da

entrevista aplicada, o que propiciou o conhecimento acerca do panorama geral do DAAES.

A seguir as informações coletadas referentes ao segundo bloco da entrevista. A matriz 8 apresenta que o DAAES, apesar de possuir recursos federais (das SENAES) e uma estrutura básica em ecosol como a lei municipal de ecosol, uma equipe atuante com alguns cargos estáveis e espaços de trabalho, fica evidente a instabilidade dos projetos da ecosol em momentos de transição de gestão municipal por questões política e ideológicas além da fragilidade municipal em recursos, que mostra a dependência de recursos federais, mais precisamente de editais da SENAES.

Matriz 8: Análise FOFA – Departamento de Apoio à Economia Solidária de São Carlos:

	Fatores Externos	Fatores Internos
Fatores Positivos	<p>Oportunidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Recursos SENAES (2) Rede de gestores (3) NUMI 	<p>Fortalezas:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Lei: garante estrutura (2) Alguns cargos concursados (3) Equipe: experiência e conhecimento em ecosol (4) Espaço de trabalho (5) Divisão de trabalho flexível, por afinidades
Fatores Negativos	<p>Ameaças:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Mudança de gestão municipal (2) Mudança de cargos (3) Ideologia em Ecosol exacerbada 	<p>Fragilidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Dependência de cargos comissionados (2) Trabalho com questões burocráticas: acúmulo de atividades (3) Orçamento municipal frágil (4) Ausência da complementaridade entre ideologia e pragmatismo

Fonte: Elaborada pelo autor

Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária – NuMI-EcoSol

No ano de 1998 iniciou-se uma aproximação entre a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – ITCP COPPE UFRJ e a Universidade Federal de São Carlos – UFSCar no sentido de mobilizar a criação de uma ITCP no interior da UFSCar, segundo as informações fornecidas pelo técnico-bolsista entrevistado, que como já

mencionado, fazia parte da primeira equipe formada enquanto INCOOP. Após um período afastado, recentemente retornou a desenvolver projetos na incubadora.

Na oportunidade o reitor da UFSCar nesse período Newton Lima foi convidado por Gonçalo Guimarães, coordenador da COPPE, para integrar a Rede de ITCP's.

Tal mobilização culminou no surgimento da Incubadora Regional de Cooperativas Populares – INCOOP em 1999 por meio de uma proposta multidisciplinar.

O projeto de criação da INCOOP contou com docentes de cursos de graduação em terapia ocupacional, ciências sociais, engenharia de materiais, engenharia civil, enfermagem, psicologia, sócio-economia rural e tecnologia agro-industrial, integrando assim diversas áreas do conhecimento, na perspectiva de projetos de extensão universitária, vinculando a incubadora à pró-reitoria de extensão.

Inicialmente os trabalhos da INCOOP eram focados no tema estrito do cooperativismo, não abrangendo outras formas de organização que hoje se inserem na ecosol no Brasil. Atualmente verifica-se pela literatura sobre a ecosol que os empreendimentos solidários compreendem grupos organizados na forma de cooperativas, de associações e grupos informais. Somados a estes, as microempresas e os Micro Empreendimentos Individuais – MEI's constatados em dois dos municípios estudados nesta pesquisa.

A primeira atuação da INCOOP foi reforçada com a parceria da Unitrabalho que ofertou recursos financeiros para fomento de criação de uma cooperativa de limpeza para atuar no campus da UFSCar do município de São Carlos, motivado pela demanda existente em serviços de limpeza no campus.

Nesse contexto deu-se início de aproximação com habitantes dos chamados bolsões de pobreza com seleção do bairro Jardim Gonzaga em São Carlos no objetivo de mobilizar e sensibilizar pessoas com interesse em se organizarem em cooperativa de limpeza.

Como relatou o integrante do NuMI entrevistado o projeto demandou a atuação direta dos docentes envolvidos complementada por discentes bolsistas, que na época totalizavam dois.

O projeto que se focou em formações em cooperativismo popular na perspectiva do desenvolvimento local resultou na criação da Cooperativa de Limpeza de São Carlos – Cooperlimp.

A INCOOP passou muito tempo incubando e acompanhando apenas a Cooperlimp, segundo o entrevistado e a cooperativa assumiu os serviços de limpeza da universidade.

Num momento posterior, quando o ex-reitor da UFSCar, Newton Lima, tomou posse como prefeito do município de São Carlos em 2001, a Cooperlimp ampliou suas atividades, prestando serviços à prefeitura na limpeza da cidade. Com o aumento da demanda por seus

serviços a Cooperlimp chegou a atingir trezentos cooperados, mas acabou por se dissolver em 2011 por conta de um termo de ajustamento de conduta deliberada pelo Ministério Público do Trabalho que impôs a proibição de contratação de cooperativas por órgãos públicos.

O entrevistado confirmou que nessa época, em suas origens, o DAAES vinculado à prefeitura e a INCOOP atuavam de forma integrada, mesmo que por meio de parceria informal. A atuação integrada foi propiciada pelo fato do recém-prefeito Newton Lima ter sido o reitor da UFSCar que viabilizou a criação da INCOOP na universidade.

Além disso, o técnico entrevistado acabou trabalhando na Seção de Apoio à Economia Solidária, no início da gestão de Newton Lima.

Desses fatos, a integração inicial entre INCOOP e DAAES perpetuou-se de forma natural, inclusive com a participação da equipe da incubadora na elaboração do programa de governo de Newton Lima, o que alavancou a ecosol como política pública no município.

Mas a parceria em termos de atuação acabou não progredindo devido a alguns desconfortos de caráter institucional, situação que fez a INCOOP questionar seu protagonismo nas políticas públicas.

Para além das divergências no âmbito institucional, se por um lado a prefeitura priorizou uma visão imediatista de curto prazo, a INCOOP sempre se manteve firme na concepção do caminhar passo a passo, olhando no longo prazo.

Nesse ambiente, as duas instituições preferiram atuar de forma independente a outra, atendo-se a diálogos nos espaços de discussões.

A atuação da INCOOP expandiu-se para outros municípios da região como Matão e Bauru com o projeto Integrar Cooperativas com intuito de realizar trabalhos de alfabetização, educação e formação em cooperativismo. O projeto teve a parceria da INCOOP com a COPPE e com a Confederação Nacional dos Metalúrgicos e recursos da Unitrabalho.

Segundo o entrevistado, desde o início a INCOOP pensou em uma ITCP regional.

Nessa perspectiva, num momento mais recente, a INCOOP estabeleceu uma parceria com o Consulado da Mulher para incubação de empreendimentos solidários vinculados ao Consulado no município de Rio Claro.

No ano de 2012 a INCOOP mudou de nome para Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária – NuMI-Ecosol. O motivo da mudança de nome não foi repassado com exatidão, mas abrangeu o objetivo de integrar projetos de extensão na universidade, assim como facilitar e potencializar a captação de recursos financeiros.

A matriz 9 com informações coletadas referentes à FOFA na perspectiva do integrante

do NuMI entrevistado mostra a complexidade em termos de captação de recursos financeiros da incubadora, motivo a qual levou a mudança para um novo modelo institucional e a consequente mudança de nome, de INCOOP para NuMI-Ecosol, no sentido de facilitar a captação de recursos. Além disso, divergências com o poder público municipal e a grande rotatividade na equipe de trabalho são outros aspectos que incidem de forma negativa na atuação do NuMI.

Apesar disso, destacam-se como fatores positivos sua característica multidisciplinar, sua visibilidade externa com metodologias próprias de atuação e sua integração com a Rede de ITCP's.

Matriz 9: Análise FOFA do NuMI-EcoSol

	Fatores Externos	Fatores Internos
Fatores Positivos	<p>Oportunidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) História de atuação - visibilidade externa (2) Integra Rede Incubadoras desde o início (3) Captação recurso facilitado pelo novo formato - NuMI (4) Tem papel de protagonismo nas políticas públicas locais 	<p>Fortalezas:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Metodologia própria: referência na Rede de ITCP's (2) Multidisciplinaridade (3) Equipe com conhecimento acumula-do em ecosol (4) Novo modelo institucional (NuMI): recursos (5) Oferta disciplinas em ecosol (6) Feiras de ecosol no campus UFSCar (7) Consultoria de alta complexidade
Fatores Negativos	<p>Ameaças:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Dependência externa de recursos (2) Governo atual vê Ecosol e assim o Numi como oposição (3) Diálogo frágil com DAAES (4) Criação incubadora pública: forma e quem o poder público vai contratar para executar as ações 	<p>Fragilidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Instabilidade financeira (2) Grande rotatividade equipe (3) Constantes transições e interrupções nas incubações

Fonte: Elaborada pelo autor

Coopsi – Empreendimento de Psicólogos

No ano de 2008, quatro amigos psicólogos recém-formados se mobilizaram na criação de um empreendimento de psicólogos nos moldes da ecosol.

Dois dos psicólogos, inclusive o representante entrevistado, foram integrantes da INCOOP durante a graduação. Desse contato com a ecosol alimentou-se a ideia de formar um empreendimento solidário na área da psicologia.

A Coopsi então, não surgiu de uma proposta de terceiros, mas sim de uma organização pensada a partir dos próprios psicólogos, na perspectiva da ideologia e dos princípios da ecosol, os quais tiveram proximidade direta na atuação pela INCOOP.

No início o empreendimento foi estruturado em duas frentes. O primeiro compreendeu atendimentos de orientação para estudo, um pacote de quatro atendimentos que envolviam levantamento de um repertório de estudos, abordagem de estratégias de estudos e avaliação dessas estratégias. Segundo, atendimentos de orientação profissional, num pacote de sete encontros. Envolvia abordagens sobre conhecimentos de realidades profissionais. Os dois tipos de atendimentos eram realizados a domicílio.

Num momento posterior houve expansão dos atendimentos para municípios da região como Araraquara e Ribeirão Preto.

A Coopsi nunca demandou e recebeu incubação da INCOOP e nem necessidade de apoio direto e formal do DAAES.

No entanto, tanto a INCOOP quanto o DAAES relacionaram-se em atividades pontuais com a Coopsi.

A incubadora, muito pela proximidade e amizade e em uma oportunidade um dos integrantes da Coopsi foi contratado para realização de oficinas voltadas aos temas de organização de estudos e relações pessoais dentro da UFSCar, viabilizado pelo PET Ecosol que funciona dentro do NuMI. Na ocasião as oficinas partiram de uma proposta de uma das docentes que integram o NuMI. Além disso, a Coopsi sempre contou com os espaços físicos do NuMI para realização de reuniões.

Do DAAES foi possibilitado oferecer cursos específicos para pessoas do Conselho Municipal de Economia Solidária de São Carlos. Os cursos perpassaram por abordagens de capacitação profissional com temas de autogestão, funcionamento do Estado, dotação orçamentária sobre conselhos, posturas em reuniões de conselhos e estratégias para intermediação de conflitos. O departamento também custeou a impressão dos cartões de divulgação da Coopsi.

Na ocasião a capacitação para os conselheiros da ecosol no município foi possibilitado

pela emenda do então prefeito Newton Lima via tomada de preço, sendo desta forma a contratação para os cursos.

O grupo sempre procurou trabalhar a autogestão, ponto que era consenso entre eles e sempre havia discussões de textos sobre psicologia e ecosol.

Inicialmente, dos rendimentos eram separados 20% para o empreendimento, para custos administrativos, condução e de material e 80% para o profissional.

Posteriormente, essa divisão foi repensada e estipulou-se que os mesmos 20% seriam destinados a Coopsi para arcar com custos, 70% para o profissional e outros 10% eram rateados entre os integrantes referentes às horas trabalhadas nas questões administrativas e de leitura de textos.

Os preços dos atendimentos eram de R\$500,00 para orientação para estudos e R\$840,00 o pacote de orientação profissional.

Na relação com os clientes, sempre priorizaram a flexibilidade nas formas de pagamento.

Apesar dos integrantes terem outras atividades, a Coopsi sempre foi uma alternativa de complemento de renda com base ideológica na ecosol.

Assim, mesmo com um período de instabilidades, as perspectivas futuras são de criar cenários de divulgação para alguns grupos de orientação profissional e de orientação para estudos e oferecer capacitação profissional aos conselheiros da ecosol no município.

A Coopsi por ser um empreendimento do setor de serviços de alta complexidade difere muito das características da maioria dos empreendimentos solidários, mais populares. Apesar de ser uma alternativa de complemento de renda aos integrantes da Coopsi, fica claro que o empreendimento foi formado prioritariamente pela vontade e proximidade ideológica da ecosol.

A FOFA apresentada na matriz 10 mostra uma forte presença ideológica nos integrantes da Coopsi, com os modus operandi da ecosol e o mercado potencial para serviços de orientação para o estudo como fatores positivos.

Matriz 10: Análise FOFA – Coopsi:

	Fatores Externos	Fatores Internos
Fatores Positivos	<p>Oportunidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Mercado potencial em São Carlos - estudantes (2) Facilidade em relacionar com o público de estudantes (3) Apoio pontual do NuMI (4) Apoio pontual do DAAES (5) Conselhos e Fóruns de Ecosol: articulação (6) Concorrência baixa serviço orientação para estudo 	<p>Fortalezas:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Amizades (2) Consolidação dos modus operandi e princípios da ecosol (3) Processo de intervisão (4) Originalidade (5) Preocupação em capacitações contínuas
Fatores Negativos	<p>Ameaças:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Pouco conhecimento do serviço de orientação para estudo pelo público em geral (2) Situação econômica e política do país desfavorável 	<p>Fragilidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Outras ocupações: limitação tempo (2) Incertezas quanto ao rendimento (3) Ausência de espaço próprio de trabalho (4) Sem recurso para investimento de médio e grande porte

Fonte: Elaborada pelo autor

Consumosol:

A representante do Consumosol entrevistada é psicóloga graduada pela UFSCar e se envolveu nos projetos de ecosol por meio do NuMI. Posteriormente ajudou a constituir o Consumosol.

Uma proposta de um grupo na perspectiva do consumo sustentável surge no ano de 2004 com vínculo ao NuMI. A mobilização envolveu integrantes do NuMI, alguns empreendimentos solidários e produtores independentes com afinidades na ecosol, totalizando aproximadamente trinta pessoas.

Inicialmente pensou-se em um modelo de viabilização de produção e comercialização dos empreendimentos solidários a partir de consumo solidário e sustentável, com o Consumosol atuando mais como entidade de suporte e na divulgação dos empreendimentos solidários.

Num momento posterior, ampliou-se como um empreendimento de serviços na perspectiva do consumo com intermediação de compras coletivas em produtos de limpeza, cosméticos e produtos orgânicos, ações educativas de hábitos de consumo, dicas de consumo

sustentável, além da constituição do Cine Consumosol, um cinema educativo na questão de produção e consumo sustentável com discussões.

Apesar de ter surgido a partir de integrantes do NuMI, o Consumosol atua de forma independente, mas já recebeu apoio do NuMI em termos de suporte material, espaços para reuniões, impressão de materiais e custeio de bolsas de extensão.

A perspectiva é de formalização em associação. A representante do Consumosol entrevistada relata que um dos principais motivos da formalização seria a de possibilitar a participação em editais de projetos para financiamentos.

O projeto objetiva a elaboração de ferramentas educativas de consumo solidário, justo e sustentável para escolas do ensino básico na perspectiva de prestação de serviços para a prefeitura via Secretaria da Cidadania.

No presente o Consumosol conta com doze pessoas e a parceria com a universidade é facilitada por estudantes e docentes da UFSCar de cursos de engenharia de produção, psicologia e engenharia matemática serem integrantes do grupo, além de professores da Universidade de São Paulo – USP.

Para além da questão educacional e do consumo, o Consumosol contribuiu diretamente na elaboração da Lei Municipal de Economia Solidária de São Carlos. Esteve presente em todas as plenárias para garantir aspectos de comércio e consumo justo, solidário e sustentável, mas que ficou apenas no plano teórico, como relatou a entrevistada.

No entanto, dentro do ambiente político o Consumosol aproximou-se com o DAAES, com apoio em divulgação e realização de oficinas e parceria também com a Secretaria da Educação. Parcerias que, segundo Gabriela, são frágeis e instáveis em decorrência das mudanças de gestão municipal.

Em termos financeiros não recursos fixos e a maior parte provém de doações que variam em média entre R\$2.000,00 e R\$3.000,00 anuais aplicados na execução das atividades. As entradas pontuais de oficinas oferecidas são destinadas mais para suprir custos de transporte, alimentação e ajudas de custo.

Uma pessoa que fica ao cargo das questões administrativas recebe R\$180,00 por mês de auxílio. Além disso, em 2014 houve a oportunidade de três episódios de contratação de serviços que totalizaram um retorno de cerca de R\$800,00.

Apesar de muitas vezes o Consumosol se confundir como entidade de fomento e empreendimento solidário, cabe ressaltar essa experiência no sentido de mostrar a real diversidade existente na ecosol no município de São Carlos.

A seguir, a matriz 11 com FOFA referente ao Consumosol.

Matriz 11: Análise FOFA - Consumosol

	Fatores Externos	Fatores Internos
Fatores Positivos	<p>Oportunidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Parceria com o NuMI (2) Parceria com a Secretaria da Cidadania (3) Aprovação da Lei de Ecosol (4) Diretriz do Fórum Municipal de Ecosol: prevê formação 	<p>Fortalezas:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Relações internas nos moldes da ecosol (2) Ideologia e militância (3) Conhecimentos complementares (4) Diversidade de pessoas e interesses (5) Fundo suficiente para manter atividades (6) Rotatividade da equipe
Fatores Negativos	<p>Ameaças:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Dependência e dificuldade de concorrer a editais para recursos (2) Mudança de gestão municipal (3) Aspectos políticos à nível nacional: junção SENAES às micro e pequenas empresas - aumenta concorrência para editais. 	<p>Fragilidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Condição de voluntariado: impactua na continuidade (2) Agendas restritas dos integrantes: dificulta realização de reuniões (3) Processo de formalização muito burocrático: perda visibilidade e comprometimento das atividades

Fonte: Elaborada pelo autor

Pela matriz 11 pode-se verificar a forte presença da ideologia e militância em ecosol nos integrantes do Consumosol e a peculiaridade de enxergar na rotatividade da equipe como um fator positivo. No entanto, a dependência de recursos de editais, a escassez de recursos e a burocracia no processo de formalização têm dificultado a dinâmica do Consumosol.

Maria Fuxico:

A associação de artesanato e costura Maria Fuxico nasceu no ano de 2002 quando integrantes da Ong Ramudá intermediou cursos de artesanato e costura para as mulheres do bairro Santa Maria realizados por uma professora vinculada à prefeitura em uma escola do bairro. Todas as informações foram relatadas pela presidente da associação.

O grupo inicial de quarenta mulheres foi contemplado com duas máquinas de costura e materiais.

A Maria Fuxico não se formou por meio de fomento de uma instituição de ecosol, mas possui origens com características comunitárias e de amigas, questões que se inserem na

perspectiva da ecosol.

Posteriormente ao seu surgimento, a Maria Fuxico aproximou-se da INCOOP, recebendo incubação em costura, formação de preços, finanças e contabilidade básicos e formação no tema da ecosol.

Nessa perspectiva, em 2006 a Maria Fuxico conquistou o primeiro projeto Sacoleco com auxílio da INCOOP e do Consumosol e financiamento do então Banco Real com recurso de R\$20.000,00 para aquisição de equipamentos e materiais. Desse projeto iniciou-se a produção de ecobags.

Em 2007, o segundo projeto Sacoleco foi contemplado com mais R\$20.000,00. Nesse mesmo ano o grupo formalizou-se enquanto associação com onze pessoas, auxiliados pela INCOOP.

Segundo a presidente da associação, a relação da Maria Fuxico com o NuMI é muito próxima. Além de um ateliê dentro da UFSCar viabilizado pelo NuMI além da feira existente dentro do campus, também organizada pela incubadora.

Já a relação com o DAAES é mais distante, restrita às reuniões do fórum de ecosol.

Atualmente com nove pessoas, mais ativamente duas mulheres, a Maria Fuxico trabalha com uma produção muito diversificada (ecobags, edredons, almofadas, camisetas, sacolas de lona, porta panela, flores, chaveiros, estojos, enfeites, etc).

Finalmente, os rendimentos muito relativos periodicamente giram em torno de R\$150,00 por pessoa num período considerado ruim e cerca de R\$750,00 por pessoa em bons períodos.

Do relato da entrevistada, cabe ressaltar seus conhecimentos em ecosol. Na sua perspectiva a ecosol foi importante para ajudar pessoas a superar quadros de depressão, mas evidencia que muitos sabem dos princípios, mas são poucos os que agem nessa perspectiva.

A matriz¹² com FOFA da Maria Fuxico está apresentada abaixo.

Matriz 12: Análise FOFA – Maria Fuxico

	Fatores Externos	Fatores Internos
Fatores Positivos	<p>Oportunidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Apoio da Ong Ramudá (2) Realização NuMI (3) Editais projetos - Banco Real (4) Feira na Praça XV 	<p>Fortalezas:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Princípios da ecosol (2) Amizades (3) Diversas técnicas de costura e artesanato: diversidade de produtos
Fatores	<p>Ameaças:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Baixa venda de artesanatos (2) Dissolução da feira na Praça do Mercado (3) Feira da Estação: tem que pagar para participar 	<p>Fragilidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Poucas pessoas (2) Falta de capital de giro (3) Falta conhecimento em informática

Fonte: Elaborada pelo autor

Coopervida:

O surgimento da cooperativa de catadores de São Carlos, a Coopervida envolveu um processo de retirada de pessoas que viviam como catadores no aterro sanitário do município como relatou a atual diretora-presidente da cooperativa em entrevista.

Em 2002, o Ministério Público estabeleceu a proibição desses catadores em atuarem no aterro.

A partir dessa proibição, instituições como a Secretaria do Meio Ambiente, a equipe inicial do DAAES, a INCOOP e as Ongs Apasc e Ramudá, organizaram-se em ações conjuntas no sentido de mobilizar os catadores para formação de cooperativa de coleta seletiva.

Dessa iniciativa, surgiu a primeira cooperativa de catadores no município, a Ecoativa que contou com treze catadores. Essas pessoas receberam formação e capacitação na questão da coleta, no tema da ecosol e em informática, ações viabilizadas em conjunto das instituições de apoio citadas acima.

Apesar disso, muitos catadores ainda permaneceram no aterro e em 2003 o Ministério Público, junto à polícia acabou por retirar essas pessoas restantes. Nesse momento surgiu a segunda cooperativa de catadores, a Coopervida, também com treze catadores.

Com auxílio da INCOOP e do DAAES a Coopervida formalizou-se em cooperativa em 2004.

Após isso, a incubadora e o departamento de ecosol mobilizaram moradores do bairro periférico Jardim Gonzaga, onde já havia catadores individuais a organizarem-se em cooperativa de catadores. Assim nasceu a terceira cooperativa com onze catadores, a Cooletiva em 2005.

Cada uma das cooperativas contava com um barracão e um caminhão, viabilizados pela prefeitura. Identificou-se que as três cooperativas não conseguiam se sustentar, o que suscitou a ideia, por parte da prefeitura, da junção das três cooperativas.

Foram nove meses de reuniões, com a criação de novos regimentos e estatutos. Assim, em 2010 finalizou-se o processo de junção das cooperativas, sobressaindo-se o nome da Coopervida e agrupando o total de trinta e sete catadores.

Essa junção colaborou para que a Coopervida pudesse fechar um contrato de prestação de serviços com a prefeitura o que garantiu aos cooperados a retirada de pelo menos um salário mínimo, além de pagamento ao Instituto Nacional de Seguro Social - INSS.

Tal situação proporcionou o crescimento da cooperativa que, em 2012, continha sessenta e seis cooperados. Até esse período a Coopervida conseguiu a coleta de 176 toneladas de materiais por mês, ultrapassando consideravelmente as coletas antes da junção das cooperativas que totalizavam no máximo 98 toneladas por mês somando a coleta das três cooperativas.

Ainda no ano de 2012, inicia-se um período de inflexão para a cooperativa. Com a transição do governo municipal problemas com pagamento dos serviços prestados por parte da prefeitura surgiu como grande entrave na dinâmica da cooperativa.

Com o atraso dos pagamentos e notas fiscais, a cooperativa buscou a exposição na mídia para reivindicar os pagamentos.

Adicionado a isso, a retirada de dois caminhões dificultou ainda mais os trabalhos da Coopervida.

A atual fase da Coopervida repercute como ambiente de recomeço. Com apenas um caminhão disponível, a coleta hoje não ultrapassa 40 toneladas por mês e o número de cooperados diminuiu drasticamente para vinte e três.

Se antes percorriam em coleta 80% do município, atualmente fazem a coleta de alguns condomínios e demandas pontuais.

A diretora presidente, relatou acerca de um projeto potencial que pode condicionar melhoras para cooperativas de coleta da região. A Coopervida de São Carlos integra, juntamente com cooperativas de coleta de municípios como Araraquara, Rio Claro, Ribeirão Preto, Orlandia, Leme, Piracicaba, Franca, Itirapina, Monte Agudo e Batatais, a Rede Regional

de Cooperativas de Coleta Seletiva.

Dentro dessa rede, há debates e troca de experiências das cooperativas de coleta da região no sentido de viabilizar comercializações coletivas, o que possibilitará a venda dos materiais coletados diretamente com as indústrias, deixando de se submeter às condições dos atravessadores.

Esse projeto regional conta com recursos de um milhão de reais aplicados em uma central regional com equipamentos e para execução de duas frentes. O primeiro momento consiste no nivelamento das cooperativas da região e posteriormente o processo de formação.

Segue abaixo a matriz 13 com a FOFA referente a Coopervida.

Matriz 13: Análise FOFA – Coopervida

	Fatores Externos	Fatores Internos
Fatores Positivos	<p>Oportunidades:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Cobrança de coleta pela população (2) Rede Regional de Coleta Seletiva: discussão e comercialização (3) Editais de projetos (4) DAAES, NuMI, e Ongs (5) Lei ecosol: insere resíduos sólidos 	<p>Fortalezas:</p> <ol style="list-style-type: none"> (1) Organização em ecosol (2) Retirada assegurada independente de contratos ou fechamento das contas (3) Amizades
Fatores Negativos	<p>Ameaças:</p> <ol style="list-style-type: none"> (1) Conjuntura política e econômica do país (2) Atravessadores (3) Mudança gestão municipal (4) Concorrência: Falsas cooperativas 	<p>Fragilidades:</p> <ol style="list-style-type: none"> (1) Falta de autogestão (2) Grande rotatividade (3) Ambiente de recomeço

Fonte: Elaborada pelo autor

AMEI – Associação de Micro Empreendedores Individuais (MEI's) de São Carlos:

Por volta do ano de 2005, moradoras do bairro Santa Felícia ingressaram na Ong Formiga Verde, uma instituição que atua com estratégias de defesa dos direitos da criança e adolescente no bairro.

Segundo a vice-presidente, na época entraram nove pessoas que já se conheciam do

bairro para o projeto da Formiga Verde e organizavam as festas juninas do bairro com comercialização de alimentos.

A partir de convívio na Formiga Verde, as nove pessoas decidiram se formalizar em MEI para atuar coletivamente na comercialização de seus produtos alimentícios.

Como uma das MEIs já conhecia o programa de ecosol do município por ter feito parte de um empreendimento solidário que se dissolveu, a ACASC da área de alimentação, levou a ideia aos outros MEIs para integrarem o programa de ecosol.

Assim deu-se início à comercialização coletiva, principalmente nas feiras de ecosol.

Atualmente a associação conta com 13 MEI's com comércio de alimentos, brinquedos e balões.

A entrevistada relatou que a questão da ecosol é aplicada apenas para a comercialização. Segundo ela, quando um toma conhecimento de uma oportunidade de comercializar os produtos em um evento, esta pessoa leva a proposta nas reuniões no sentido de viabilizar a introdução das 13 MEI's no evento. São realizadas reuniões a cada quinze dias para discutir essas questões.

Na parte financeira, a MEI entrevistada contou que o rendimento é muito relativo. Num bom período consegue retirar em torno de R\$1000,00 e em períodos ruins os rendimentos não ultrapassam R\$400,00, com custos em média de R\$ 1.000,00 a R\$ 1.500,00.

A entrevistada ainda relatou que sente falta dos princípios da ecosol como o cooperativismo em outras questões, para além da inserção em eventos. Em seu relato contou que as 13 MEI's não se preocupam em ser solidário com os outros, em questões de logísticas e deslocamentos para os eventos.

A relação é individualizada com coletivização restrita na questão de inserção das MEI's em eventos.

A matriz 14 elenca as principais oportunidade e ameaças externas e as fortalezas e fragilidades internas na visão da entrevistada.

Matriz 14: Análise FOFA – AMEI

	Fatores Externos	Fatores Internos
Fatores Positivos	<p>Oportunidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Formação do Centro Público (2) Feiras de Ecosol (3) Formiga Verde: espaço reuniões (4) Fórum e Conselho de Ecosol (5) Eventos e festivais da cidade 	<p>Fortalezas:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) União para organização de festas
Fatores Negativos	<p>Ameaças:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Concorrência espaços nos eventos da cidade (2) Concorrência no setor de alimentação (3) Distanciamento da universidade 	<p>Fragilidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> 1) Falta mais cooperativismo (2) Individualização na produção, logística e comercialização

Fonte: Elaborada pelo autor

TASCA:

A TASCA é um empreendimento informal de artesanato, alimentação e serviços que surgiu em 2007 e resultou da união de pessoas descontentes que anteriormente integravam outro grupo solidário de artesanato, a Uniarte.

O descontentamento girou em torno de divergências ideológicas. Parte dos integrantes da Uniarte secundarizavam os princípios da ecosol. Disso, cinco pessoas decidiram se desvincular da Uniarte e fundaram a TASCA.

A entrevistada que ocupa a coordenação do empreendimento e também integra o Conselho Municipal de Economia Solidária relatou que receberam capacitação técnica e formação em ecosol pelo Centro público já quando faziam parte do outro empreendimento. Assim, enquanto TASCA não receberam as formações que, segundo ela, eram muito mais constantes nas ações iniciais do programa de ecosol e que hoje não é feito mais o trabalho em termos de formação.

O Centro Público ofereceu apoio financeiro, valor não divulgado, além do espaço físico para reuniões.

Com a mudança de gestão em 2012 houve considerável desmobilização em ecosol na visão da entrevistada, mas que proporcionou aspectos positivos para o movimento.

Assim, potencializou-se o engajamento das pessoas que compõem os empreendimentos solidários, despertando dentro dos empreendimentos o papel de protagonistas do movimento no município, a fim de reivindicar a continuidade do programa.

Hoje a entrevistada vê uma relação mais distante com os gestores do que nas gestões anteriores, a pró-atividade dos gestores atuais é lenta e é necessária certa pressão dos empreendimentos para a continuidade das ações do programa.

Já a relação com a universidade é distante. Na percepção da entrevistada há um jogo de forças entre o Centro Público e o NuMI, no sentido de não misturar as ações. Segundo a coordenadora da TASCAs, parece que projetos mobilizados pelo poder público fica à cargo apenas do DAAES e projetos que são do NuMI há a atuação restrita do NuMI.

Atualmente a TASCAs é integrada por 18 pessoas que produzem individualmente e coletivizam na comercialização. Possuem espaços fixos de comercialização: na feira da Praça XV e um balcão no Shopping Iguatemi.

A seguir a matriz 15 com a FOFA referente a TASCAs. Dentre os fatores positivos destacam-se a ideologia em ecosol e os espaços de discussão (fórum e conselho de ecosol) e os negativos perpassam por divergências internas e descontinuidades dos projetos em ecosol.

Matriz 15: Análise FOFA – TASCAs:

	Fatores Externos	Fatores Internos
Fatores Positivos	<p>Oportunidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Fórum e Conselho de Ecosol (2) Espaço na feira do setor de artesanato (3) Apoio inicial do DAAES 	<p>Fortalezas:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Ideologia na ecosol (2) Decisões democráticas (3) União entre as pessoas (4) Retorno financeiro suficiente
Fatores Negativos	<p>Ameaças:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Não aproveitamento das conquistas em ecosol (2) Falta de formações mais contínuas (3) Falta apoio financeiro (4) Falta engajamento em ecosol (5) Falta de articulação em redes 	<p>Fragilidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Algumas divergências internas: alguns não reconhecem a ideologia da ecosol

Fonte: Elaborada pelo autor

Após a elaboração das matrizes de cada empreendimento solidário de São Carlos foi possível extrair fatores em comum e semelhanças elencadas como oportunidades e ameaças

externas e virtude e fragilidades internas em uma matriz geral dos empreendimentos de São Carlos.

Assim, a matriz 16 pontua os espaços de discussão, as feiras de ecosol, a atuação das instituições de apoio, a lei de ecosol e a ideologia e os princípios da ecosol como fatores positivos para os empreendimentos solidários que apresentam como contraponto a instabilidade financeira, instabilidade em momentos de transição de gestão municipal, falta de integração nas ações efetivas das instituições de apoio, divergências internas, baixo retorno financeiro e grande rotatividade como aspectos que dificultam a dinâmica dos empreendimentos solidários em São Carlos.

Matriz 16: Análise FOFA Geral dos Empreendimentos Solidários de São Carlos:

	Fatores Externos	Fatores Internos
Fatores Positivos	<p>Oportunidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Fórum e Conselho de Ecosol (2) Feiras de ecosol (3) Apoio inicial do DAAES para alguns empreendimentos (4) Apoio do NuMI para alguns empreendimentos (5) A lei de ecosol 	<p>Fortalezas</p> <ul style="list-style-type: none"> 1) Ideologia na ecosol (2) Decisões democráticas (3) União entre as pessoas (4) Retorno financeiro suficiente
Fatores Negativos	<p>Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Mudança de gestão municipal (2) País: econômica e política desfavorável (3) Falta de recursos financeiros (4) Dependência de editais (5) Relação distante com o DAAES para alguns (6) Relação distante com o NuMI para alguns (7) Falta de articulação em rede 	<p>Fragilidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Algumas divergências internas: alguns não reconhecem a ideologia da ecosol (2) Baixo retorno econômico (3) Grande rotatividade

Fonte: Elaborada pelo autor

Panorama da Política Pública Municipal de Economia Solidária de São Carlos:

O movimento de ecosol no município de São Carlos iniciou-se por meio da criação e atuação da antiga INCOOP, visando o fomento de atividades nos moldes da ecosol como alternativa de geração de renda à população do município.

Então, a universidade (UFSCar) teve papel essencial para a formação das políticas públicas de ecosol em São Carlos, contando com apoio e parceria da COPPE/UFRJ, que incubou a equipe que viria formar a INCOOP.

Nesse sentido, a INCOOP atuou e contribuiu diretamente para a inserção da ecosol como política pública no município, uma vez que a criação dos órgãos públicos de apoio à ecosol viabilizou-se por meio da atuação direta do ex-reitor da UFSCar, que na oportunidade possibilitou a implantação da INCOOP no interior da universidade e posteriormente, como prefeito do município, convidou integrantes da INCOOP para a elaboração de seu programa de governo, inserindo o projeto de ecosol como ação pública no município.

No entanto houve o distanciamento entre a universidade e o poder público, no contexto das ações efetivas (suporte, acompanhamento, capacitação e formação) no momento em que as duas instituições privilegiaram a intensão de ter papel de protagonismo em ecosol no município.

Nesse ponto cabe expor uma indagação sobre essa situação. Em que medida essa separação nas ações não estaria contrapondo-se às estratégias de atuação (atividades em rede, integração e parcerias) defendidas no campo da ecosol?

Este evento reverbera atualmente nas características e no contexto da ecosol no município. Dos empreendimentos solidários existentes no município, alguns são acompanhados somente pela incubadora, outros apenas pelo poder público e outros atuam de forma autônoma.

Essa situação não é vista com bons olhos pelos empreendimentos, percebida em seus relatos.

Isso, no entanto, não exclui a importância do atual NuMI-EcoSol (antiga INCOOP) e do DAAES no desenvolvimento da ecosol em São Carlos.

Não se pode deixar de ressaltar a importância que as duas instituições exercem no diálogo que estabelecem nos espaços do Fórum Municipal de Economia Solidária e nas Conferências de Ecosol. Como os empreendimentos relataram, a parceria fica no plano teórico e de discussões.

Para além das relações institucionais, uma das dificuldades que o NuMI enfrenta no cotidiano é a dependência da captação de recursos financeiros, geralmente via editais de projetos. Este foi um dos fatores da mudança estratégica interna de trabalho, que envolveu a mudança de nome para NuMI, uma intenção dos professores de integrar projetos de ensino,

pesquisa e extensão no sentido de facilitar a captação de recursos.

Outro fator que incide negativamente no NuMI é a questão da grande rotatividade na equipe atuante. Sendo um projeto de pesquisa e extensão universitária é necessária a incorporação de graduandos novos para o projeto constantemente, pelo fato de que os estudantes permanecem por um período provisório no projeto. Quando se graduam, se desvinculam do projeto.

Essa situação de rotatividade expõe os trabalhos do NuMI a descontinuidades nas ações assim como relatou o representante entrevistado.

Pelo lado do poder público, a mudança de gestão sugere ser a situação que lhe confere à maior instabilidade no programa de ecosol. Os relatos dos agentes entrevistados sugerem que mesmo na transição de candidatos do mesmo partido político, os desdobramentos afunilam-se a certas descontinuidades.

No caso do município de São Carlos, onde o movimento da ecosol iniciou-se em 2001 por meio do candidato do PT, após dois mandatos, elegeu-se outro candidato da mesma filiação partidária.

Mesmo nessa situação, principalmente no entorno dos relatos dos empreendimentos solidários, houve sensível descontinuidade nas ações. Cabe esclarecer que as políticas públicas em ecosol foram contínuas nesse primeiro período de transição de governo, no entanto, o apoio não era tão facilitado como na gestão em que se iniciou o projeto solidário como relataram alguns representantes dos empreendimentos.

Na transição posterior, que elegeu o prefeito vigente do PSDB, a dificuldade foi em maior grau. Parece unânime entre todos os entrevistados, inclusive para o gestor entrevistado, que na gestão atual, o apoio e o respaldo são mínimos em relação ao projeto solidário.

Apesar disso, dessa situação pôde conferir dois fatores fundamentais para a perenidade do programa da ecosol no município. O primeiro diz respeito à Lei Municipal de Economia Solidária conquistada que garante, pelo menos num plano básico, a continuidade do projeto.

O segundo fator é a reivindicação que os próprios empreendimentos exerceram e exercem para a continuidade do programa.

Deste último fator, sugere-se que há um efeito positivo em termos do movimento. O afloramento do engajamento das pessoas que compõem os empreendimentos solidários foi impulsionado pela necessidade de pressionar a gestão atual, no sentido de demonstrar a importância do programa de ecosol. Como relataram os entrevistados, esse fator induziu a percepção dos próprios empreendimentos em se verem como atores principais, protagonistas no campo da ecosol.

Outra questão que permeia no ambiente do poder público, nas políticas públicas em geral e que incide no programa solidário é a questão do inchamento de cargos comissionados.

O foco aqui não é de analisar a exclusão ou não de cargos comissionados, mas de evidenciar que há uma necessidade de se criar mecanismos para a inserção de mais cargos permanentes, efetivos e concursados, e aqui nos atemos ao projeto da ecosol.

A existência de muitos cargos comissionados parece induzir bruscas discontinuidades em momentos de transição de gestão, uma vez que a permanência ou não do gestor comissionado depende diretamente da continuidade ou não de seu candidato partidário na gestão municipal.

Como o próprio gestor entrevistado abordou, é necessário criar mecanismos de incorporação de um quadro de gestores que consigam aliar o pragmatismo à questão ideológica.

Para além da questão política, uma fragilidade verificada e relatada pelo gestor seria em termos do orçamento municipal para a ecosol. Apesar de São Carlos ter à disposição um fundo municipal para a ecosol, conquistado e criado pelo Conselho Municipal de Economia Solidária do município, o gestor reconhece a fragilidade dos recursos municipais na ecosol.

O baixo orçamento municipal destinado ao programa de ecosol reflete na questão da dependência da ecosol de recursos de editais de projetos, principalmente de órgãos do governo federal, no caso da SENAES.

É notável que a maior parte dos recursos existentes no programa de ecosol provém de editais da SENAES.

Pelo lado dos empreendimentos solidários, sugere-se um ambiente com certo grau de assimilação dos ideais e princípios da ecosol, evidentemente não em sua totalidade, mas verifica-se uma atuação direta e constante dos empreendimentos solidários nas conferências e fóruns de ecosol.

Os empreendimentos ressaltam a necessidade de continuidade de formações, visto que os empreendimentos, em seus ambientes, lidam com a questão da grande rotatividade de pessoas. Assim, percebe-se que o engajamento fica a cargo apenas das pessoas mais antigas dos empreendimentos, as mesmas que já receberam formação no início do projeto.

Pela matriz FOFA dos empreendimentos de São Carlos fica evidente que todos se identificam ideologicamente com a ecosol e evidenciam a união, as decisões democráticas e os princípios da ecosol como fatores essenciais no seu cotidiano.

Apesar disso, a questão da rotatividade nos empreendimentos indica a complexidade que os empreendimentos enfrentam em seus ambientes.

Excluindo os empreendimentos que chamaremos aqui de alta complexidade, como são

os casos do Consumosol (consumo sustentável) e da Coopsi (empreendimento de psicólogos), os empreendimentos em geral convivem com dos princípios da ecosol, na visão de longo prazo versus a visão imediatista, com pretensão de retornos a curto prazo e preferência por empregos de carteira assinada. Além de fatores como o alcoolismo, doenças e individualismo.

7.3 Osasco

Osasco, um município do estado de São Paulo com área de 64,974 km² e 668.877 habitantes segundo dados do IBGE possui um histórico de lutas sociais desde o século XX através do sindicalismo operário e do cooperativismo, com a luta da Cooperativa de Vidreiros, as pioneiras greves contra o regime militar em 1968. Osasco sempre se caracterizou como berço de lutas sociais combativas e participativas como relatou a diretora do Programa Osasco Solidária.

Caracterizado pela forte influência da indústria siderúrgica, nos anos 90 o município passou a sentir os agravantes da abertura comercial e o câmbio desvalorizado. O fechamento de empresas sinalizou o problema do desemprego.

Em meio a esse cenário, em 1999, a partir da massa falida do Liceu Artes e Ofícios de São Paulo, os funcionários demitidos se organizaram em prol da constituição da Cooperativa de Produção de Artes Metálicas – Coopram, assumindo a produção e administrando sob a forma de autogestão.

Compreendendo o acervo histórico de lutas sociais coletivas, a partir de 2005 a prefeitura local passa a incorporar a ótica do desenvolvimento local como estratégia de desenvolvimento do município e em políticas de trabalho mais abrangentes do que simples intermediações de empregos informais, no sentido de combater o desemprego e a precarização do trabalho.

Dessa nova gestão emerge a Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão -SDTI. As ações envoltas do SDTI perpassam não somente no entorno de empregos formais de carteira assinada, mas também com estratégias de encaminhamentos para trabalhos autônomos na perspectiva da ecosol. Assim em 27 de dezembro de 2005 a aprovação da Lei Municipal de Economia Solidária sob a Lei n 3.978 registra-se como importante salto para as políticas locais em ecosol no município, que instituiu o Programa Osasco Solidária.

O SDTI reúne um banco de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família e de pessoas em busca de emprego e/ou alternativas de geração de renda. Com esse público-alvo, o SDTI mobiliza e faz orientações sobre alternativas de trabalho e intermedia capacitação profissional e em ecosol.

A partir do SDTI mapeia-se o interesse das pessoas atendidas, assim como seu perfil e vocações profissionais.

Para as pessoas que escolhem na inserção de projetos de ecosol, estas são encaminhadas para o Programa Osasco Solidária recebendo educação em ecosol, capacitação, podendo participar de cursos de elaboração de plano de negócios em parceria com o SEBRAE, acesso ao Banco do Povo para opções de microcrédito e também acesso ao Centro Público de Economia Solidária, implementada em 2007 e incubação através da Incubadora Pública, também criada em 2007 sob o decreto 9.823.

Cabe ressaltar que a Incubadora Pública desenvolve ações em parceria com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Rio de Janeiro – ITCP/Coppe/UFRJ.

Os projetos envolvidos são: Osasco Recicla, Agricultura Urbana com a Oficina setorial Horta-Modelo e áreas de produção, Alimentação através do Café-Oficina, a Oficina setorial Pão Sol, a Feira Móvel e Solidária, a Oficina Setorial de Costura e Confecção e a Oficina de Artesanato.

As políticas municipais de ecosol em Osasco sugerem dinâmicas mais integradoras entre a atuação das instituições de apoio e os empreendimentos solidários. O mapeamento de indivíduos interessados em exercer alguma atividade sob os princípios da ecosol, aliado ao constante acompanhamento, por parte dos gestores públicos e capacitação, por parte da incubadora pública aos empreendimentos, parece conduzir o projeto solidário com relativa dinamização do movimento no município.

A descrição com a informações coletadas do programa de ecosol, envolvendo o Centro Público de Economia Solidária e da incubadora pública e dos empreendimentos solidários selecionados são apresentadas a seguir.

Programa Osasco Solidário – Centro Público de Economia Solidária de Osasco:

A entrevista foi realizada com a diretora do programa Osasco Solidário que relatou que a política de ecosol em Osasco teve como inspiração na experiência do Programa Oportunidade Solidária na cidade de São Paulo implantada em 2001, por meio da atuação do então secretário municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade, Márcio Pochmann da capital paulista na gestão de Marta Suplicy.

Em 2005, convidados pelo então prefeito de Emídio Pereira de Souza diversos profissionais que atuaram no programa de ecosol em São Paulo para a implantação de um programa de ecosol no município de Osasco.

Na ocasião Sandra Praxedes que atuou como coordenadora de ecosol em sp foi convidada a coordenar o programa inicial de ecosol em Osasco, em um ambiente potencial em relação à ecosol por já existirem instituições atuantes no fomento de atividades nos princípios do cooperativismo e ecosol.

Nessa perspectiva o município de Osasco contava com a atuação da Cáritas e da associação Eremin.

Nesse contexto, já em dezembro de 2005 foi sancionada a Lei Municipal de Economia Solidária do município de Osasco, que instituiu formalmente o Programa Osasco Solidária, prevendo a constituição do Centro Público de Economia Solidária e a incubadora pública.

A contratação da equipe para a incubadora pública ocorreu em 2006, iniciando a elaboração de editais e o desenvolvimento de uma metodologia específica ao município para empreendimentos solidários de acordo com a cultura local, processo que contou com a incubação da COPPE – UFRJ.

As primeiras atividades foram realizadas em comunidades mapeadas onde já existiam grupos organizados em cooperativismo com oferta de formações técnicas e em ecosol.

Em um momento posterior elaborou-se um edital público de chamada para organizações com interesse no cooperativismo.

Um dos critérios para seleção e inclusão no programa era a composição dos grupos a partir de no mínimo cinco pessoas e necessariamente um projeto em mente referente ao produto e algum conhecimento para desenvolver tal produto.

A instituição efetiva do Centro Público e da incubadora pública foi viabilizada em 2007, com recursos de R\$ 200.000,00 conquistados por meio do edital da SENAES. Além disso, inicialmente o programa contou com a disponibilização de R\$800.000,00 de recursos municipais.

Atualmente o programa conta com recursos financeiros, a grosso modo, por editais da SENAES.

Há dois projetos pela SENAES em andamento: o edital 003 que compreende ações de fomento à ecosol no sentido de combate à exclusão social e econômica, na perspectiva do desenvolvimento local, com verba de 4 milhões de reais utilizados para estruturar os projetos de oficinas por segmento de atividade, um telecentro de negócios, formação de jovens para luteria e a implantação de um Centro de Comércio Justo e Solidário e o edital 004 para mobilização de catadores de resíduos sólidos com 1 milhão de reais.

A diretora do programa ainda ressalta que há perspectivas de implantar um sistema de disponibilização de bolsas dentro do programa da ecosol, fundo para os empreendimentos

solidários e créditos, que estão previstos na lei, mas que ainda não estão em operação.

Além disso, há uma perspectiva de aproveitar as janelas do tema da sustentabilidade ambiental, com fomento do reaproveitamento e destino adequado de resíduos sólidos, segurança alimentar e a transição para produção orgânica.

Em termos da composição da equipe atuante no programa, a diretora reconhece que há ainda a necessidade de incorporar técnicos de incubação específicos para cada segmento.

O corpo técnico atual engloba uma diretora do programa, com cargo comissionado, uma coordenadora do Centro Público, cargo efetivo, um gestor de projeto comissionado, e cinco técnicos efetivos concursados.

A matriz 17 apresenta a FOFA do Centro Público de Economia Solidária de Osasco que coloca como principais aspectos positivos sua infra-estrutura de trabalho, as oficinas setoriais oferecidas pelo Centro Público e os recursos da SENAES. E como aspectos negativos a instabilidade em períodos de eleições municipais, o olhar estritamente quantitativo para análise de continuidade de projetos e a ausência de um corpo técnico mais efetivo, já que a maioria dos gestores e técnicos atuantes na ecosol em Osasco são de cargos comissionados.

Matriz 17: Análise FOFA do Centro Público de Economia Solidária de Osasco

	Fatores Externos	Fatores Internos
Fatores Positivos	<p>Oportunidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Editais para captação de recursos (2) Recursos da SENAES (3) Trabalhar a questão ambiental (4) Formação em ecosol nas escolas e comunidades 	<p>Fortalezas:</p> <ul style="list-style-type: none"> 1) Oficinas setoriais (2) Metodologia específica de incubação (3) Desenvolvimento de ações em rede
Fatores	<p>Ameaças:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Troca de gestão municipal (2) Universo com olhar quantitativos e não qualitativos para continuidades de projetos (3) Conflitos com empreendimentos solidários 	<p>Fragilidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Ausência de corpo técnico efetivo (2) Falta de técnicos específicos aos segmentos de trabalho

Fonte: Elaborada pelo autor

Incubadora Pública de Cooperativas de Osasco:

A entrevistada é técnica de incubação e chefe de divisão e ingressou para a incubadora por meio de um edital de seleção interno para servidores públicos que tinham o interesse em trabalhar no programa de ecosol.

Em seu relato a técnica contou que a incubadora pública iniciou com 15 pessoas, mas quando souberam que não haveria um adicional nos salários, muitas dessas pessoas desistiram permanecendo apenas cinco pessoas que receberam formação pela COPPE-UFRJ.

Nessa oportunidade foram realizados encontros, seminários e intercâmbios pela Rede de Gestores. Após a capacitação da equipe a atuar na incubadora, iniciou-se o processo de delimitação da metodologia de incubação com discussões sobre a forma que a incubadora iria atuar, definição dos segmentos a atender e a estruturação das fases de incubação.

As primeiras atividades consistiram na mobilização de pessoas em ambientes estratégicos, em locais onde havia a oferta de cursos como Ongs e igrejas e onde havia grupo de pessoas inseridas em programas redistributivos como o Bolsa Família, o Começar Denovo, Operação do Trabalho e Renda Cidadã.

A técnica de incubação relatou que foi necessário definir de forma clara a atuação da incubadora, pontuando os limites de atuação. Foi preciso evidenciar que o projeto não era uma oferta de emprego com carteira assinada, não haveria a disponibilização por parte do programa de ecosol espaços de produção, equipamentos, créditos e custeio de bolsas.

Apesar da lei de ecosol possuir a previsão de custeio de bolsas, essa meta ainda não foi alcançada, mas a entrevistada evidenciou que várias pessoas que prosseguiram no programa já possuíam bolsas por meio dos programas redistributivos.

Após a seleção de grupos de pessoas interessadas a ingressar no programa, a incubação compreende quatro fases.

A primeira fase consiste na sensibilização de pessoas para o programa, por meio de mapeamentos e abertura de editais. Na segunda, a fase de mobilização, são realizados quatro encontros com palestras sobre a ecosol, o mundo do trabalho e as possibilidades de geração de renda no Brasil.

A terceira fase é a pré-incubação. No início dessa fase, procura-se promover o estabelecimento de vínculos e confiança, além do fomento de trabalhos em rede. Posteriormente iniciam-se a capacitação em formação de preços e questões administrativas e contábeis e estudos prévios de viabilidade econômica.

Na etapa seguinte há o aprofundamento do pré-projeto apresentado e a capacitação em

termos jurídicos, com propostas de formalização dos empreendimentos.

Após formado o empreendimento há um acompanhamento mensal dos grupos, a chamada pós-incubação com estímulo aos empreendimentos em atuarem em rede.

Atualmente a incubadora trabalha com cinco segmentos: alimentação, artesanato, agricultura urbana, coleta seletiva e de serviços.

Em termos de recursos, a incubadora conta com os mesmos recursos do Centro Público, já que as ações são totalmente integradas, assim como os espaços físicos de trabalho.

A incubadora pública hoje desenvolve os trabalhos com técnicos efetivos: uma pedagoga, um administrador de empresas, um economista, um assistente social, uma contadora, um advogado e um estagiário.

A seguir, a matriz 18 mostra a FOFA sobre a incubadora com aspectos semelhantes ao do Centro Público, pelo fato de serem instituições totalmente integradas, em que a incubadora é parte, um braço do Centro Público.

Matriz 18: Análise FOFA - Incubadora Pública de Empreendimentos Solidários de Osasco

	Fatores Externos	Fatores Internos
Fatores Positivos	<p>Oportunidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Lei de garante ações (2) Pessoas interessadas na ecosol (3) Apoio das gestões municipais até agora (4) Recursos municipais (5) Recursos da SENAES 	<p>Fortalezas:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Equipe interdisciplinar (2) Conhecimentos acumulados (3) Espaços físicos para desenvolver trabalhos (4) Persistência da equipe (5) Retornos positivos: frutos (6) Trabalho de inclusão social
Fatores Negativos	<p>Ameaças:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Falta de mercado destinado à ecosol (2) Legislação própria para empreendimentos da ecosol (3) Transição de governo 	<p>Fragilidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Falta de cargos concursados para ecosol (2) Falta de técnicos em temas específicos (3) Dificuldade de adaptação da linguagem para formação dos empreendimentos

Fonte: Elaborada pelo autor

Confecções e Costuras de Osasco – CCO:

O empreendimento de costura, mobilizado pelo programa de ecosol de Osasco iniciou sua formação no ano de 2007. Na oportunidade, mulheres do município tomaram conhecimento da Oficina Escola, inserida no Centro Público de Ecosol.

A entrevistada, uma das administradoras e presidente do empreendimento que ocupa trabalhos na diretoria, contou que havia reuniões quase todos os dias e que no início o projeto englobava em torno de 44 mulheres.

Assim, o programa de ecosol viabilizou uma parceria com o SENAI para oferecer cursos de costura à essas mulheres. Muitas delas já tinham experiência com costura, mas a entrevistada contou que isso serviu para aprimorar as técnicas de costura.

O curso foi ministrado durante 45 dias no período da manhã e no período tarde havia formações pela incubadora pública.

A administradora-presidente entrevistada ressaltou que permaneceram dois anos na incubação e que as mulheres recebiam uma bolsa através de programas redistributivos.

Dessa bolsa, separavam as mulheres separavam cada uma R\$20,00 por mês para um fundo do empreendimento.

A formalização em cooperativa foi conquistada em 2008. Nesse momento, a instituição Eremim, em parceria com o programa de ecosol viabilizou a prestação de serviços sem a necessidade de licitação na confecção de uniformes escolares.

A partir desse período a CCO comercializava seus produtos na Loja Solidária dentro do Centro Público de Ecosol com artigos como camisetas, sacolas, cuecas, jalecos, calças e moletons.

Uma das maiores demandas da CCO ocorreu em 2010, quando foram contratadas para a confecção de sacolas ecológicas para um grande evento, o Fórum Social da Educação. Com esse incremento, somado ao fundo, conseguiram estruturar de fato o empreendimento com o aluguel de um espaço próprio de trabalho, além da aquisição de equipamentos e materiais, tudo viabilizados com capital próprio.

Em 2014 há uma mudança na estrutura formal do empreendimento. O próprio grupo optou pela formalização enquanto microempresa, com preservação dos modos de trabalho nos moldes da ecosol.

A mudança ocorreu pela inviabilidade de permanecer como cooperativa em detrimento da tributação no produto. A entrevistada contou que a forma de cooperativa é mais viável para um grupo de serviços, por exemplo. Quando há produção envolvida a tributação é alta. No caso

da CCO, a tributação chegava a 31% mais os impostos sob as retiradas.

Enquanto microempresa, a tributação sob o produto é de apenas 4% e não há imposto sob as retiradas.

Atualmente a CCO é composta por 9 mulheres. A maioria se desvinculou da CCO no percurso, algumas por não se adaptarem ao modo de trabalho, mas o motivo que mais imperou foi o do imediatismo em termos de renda. Como disse a própria entrevistada, o projeto de um empreendimento solidário não pode ser visto a curto prazo, pois é um projeto a longo prazo.

Hoje com um faturamento médio mensal de R\$20.000,00 e custos fixos de R\$4.000,00 (manutenção estrutural) mais R\$6.000,00 de gastos em material, cada uma das cooperadas, assim como elas ainda se referem, conseguem uma retirada de em torno de R\$1.000,00 cada por mês.

As produções atuais englobam várias demandas, em vários nichos de mercado com a confecção de uniformes para empresas, para cooperativas, sacolas ecológicas e a confecção da rouparia do grupo artístico Teatro Mágico.

A entrevistada enxerga essas demandas como sendo interessantes, mas prefere não se restringir à essas demandas que são mais pontuais.

Por fim, abaixo a matriz 19 FOFA na percepção da integrante da CCO a qual enxerga na ecosol uma oportunidade sócio-econômica com possibilidades de atendimento de demandas específicas no ramo da costura, tendo a loja solidária da incubadora, as feiras de ecosol e a rede de artesanato aliados aos moldes de exercício e princípios da ecosol como fatores que incidem de modo positivo na CCO. As dificuldades giram em torno da falta de acesso ao crédito e insumos a preços competitivos.

Matriz 19 – FOFA – CCO

	Fatores Externos	Fatores Internos
Fatores Positivos	<p>Oportunidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Ecosol: oportunidade sócio-econômica (2) Atendimento de demandas específicas (3) Loja Solidária da incubadora e feiras (4) A rede de artesanato 	<p>Fortalezas:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Gestão compartilhada (2) Princípios da ecosol e amizades (3) Sonho realizado: negócio próprio (4) Produto bem visto no mercado
Fatores Negativos	<p>Ameaças:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Relação com banco dificultoso para crédito (2) Dificuldades em processos de licitação (3) Inacessibilidade de insumos com preços competitivos 	<p>Fragilidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Falta de conhecimentos para deliberação de pautas com eficiência (2) Alguns desgastes nas relações internas

Fonte: Elaborada pelo autor

Mulheres Ativas, Empreendedoras e Solidárias – MAESOL

A coordenadora da MAESOL entrevistada relatou que o projeto de constituição da MAESOL iniciou-se em 2006, mas até então já trabalhava com produção de salgados para festas infantis com parceria de outras mulheres com nome de Vitória Fast Sabor.

Diante do conhecimento do edital de chamada do programa de ecosol, o qual ficou sabendo por meio de um cartaz em uma escola de ensino fundamental, decidiu levar a ideia para as outras mulheres.

Assim, no total de 12 mulheres, ingressaram no programa de ecosol de Osasco. A entrevistada ressaltou que antes disso já ouvia e se identificava com o cooperativismo e sempre foi engajada politicamente na participação das comissões de greves na indústria metalúrgica.

A entrevistada sempre teve a vontade de montar uma cooperativa, não sabia como fazê-lo e isso se materializou na oportunidade oferecida por meio do programa de ecosol.

Assim, em 2006 apresentaram o pré-projeto ao programa de ecosol com intuito de trabalhar com serviços de buffet, preservando o nome inicial de Vitória Fast Sabor.

As primeiras formações foram no tema da ecosol e seus princípios, seguido de cursos sobre empreendedorismo, gestão, finanças e contabilidade.

O terceiro passo consistiu no planejamento do empreendimento com formações em

planos de negócios, formação de ideias, metas e planejamento a longo prazo.

Seguindo as etapas de incubação, receberam cursos sobre comércio, marketing e padronização de produto, finalizando com a assistência jurídica.

As mulheres permaneceram um tempo exercendo a prática na Padaria Oficina dentro da incubadora, utilizando-se do espaço público para o início da produção.

Nessa ocasião as atividades foram fomentadas a partir do trabalho em rede. Então no mesmo espaço da oficina, havia três grupos em rede: Vitória Fast Sabor, Camafeu Dourado e Meninas do Quilombo.

Esses três grupos juntaram esforços e formaram a MAESOL, totalizando 20 pessoas. No percurso várias mulheres desistiram por almejam rendimentos de modo mais imediatos.

Optaram pela formalização em microempresa por julgarem mais prático em decorrência da burocracia que envolve a constituição de uma cooperativa.

Os gastos fixos giram em torno de R\$6.000,00. Os rendimentos variam de R\$400,00 a R\$1.000,00 por pessoa, mas tem mês que não ganham nada pelo motivo de trabalharem com demandas por encomenda e a repartição é feita por horas trabalhadas. Porém como evidenciou a microempreendedora, já houve meses sem qualquer tipo de encomendas.

O espaço físico de produção foi conquistado por conta própria via aluguel. Na oportunidade um amigo do grupo se ofereceu como fiador.

Quanto aos equipamentos, conquistaram via empréstimo da Caixa Econômica Federal destinado à microempresa no valor de R\$15.000,00. Além disso, agregaram equipamentos pessoais e outros recebidos do Consulado da Mulher.

Apesar de se constituírem como microempresa, preservam os princípios da ecosol em suas relações internas, com decisões democráticas e deliberadas da mesma forma de um empreendimento solidário.

As perspectivas futuras envolvem a mudança para outro espaço físico, com menor preço de aluguel, a compra de um carro para a empresa e a expansão do empreendimento com produção de marmitex.

Apresentada as principais características da MAESOL, apresenta-se a matriz 20 com a FOFA referente ao empreendimento que evidencia a importância das entidades de apoio e as características subjetivas da ecosol como fatores que conduzem o empreendimento ao relativo sucesso com a dificuldade de acesso ao crédito, a concorrência no setor de alimentação e divergências internas pontuais como alguns dos entraves enfrentados pela MAESOL.

Matriz 20: Análise FOFA – MAESOL

	Fatores Externos	Fatores Internos
Fatores Positivos	<p>Oportunidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Entidades de apoio (2) Encomendas pela Secretaria do trabalho (3) Clientes fixos (4) Feiras de ecosol 	<p>Fortalezas:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Princípios da ecosol e amizades (2) Confiança (3) Vontade coletiva (4) Consciência da oscilação de renda (5) Dedicção
Fatores Negativos	<p>Ameaças:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Concorrência setor alimentação (2) Falta de respaldo da população para a ecosol (3) Falta de crédito (4) Troca de gestão municipal 	<p>Fragilidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Algumas divergências internas (2) Dificuldades pontuais: individualismo

Fonte: Elaborada pelo autor

Tendart:

Como relatou a artesã entrevistada, a história da Tendart inicia-se em 2004, quando a Cáritas e o Eremim mapearam artesãos interessadas em organização coletiva. Na época havia uma feira, onde se reuniam artesãos do município de Osasco e região para fins comerciais.

Dessa mobilização, os artesãos interessados foram encaminhados ao programa de ecosol, recém- iniciado.

O grupo de 11 artesãos iniciou o processo de incubação juntamente com as pessoas que viriam a integrar a CCO, MAESOL e um outro grupo de artesãos, o Retalhos. Por esse efeito, as etapas que envolveram a incubação não serão repetidas nesse ponto, já descritas anteriormente.

Conflitos pessoais e divergências sobre a visão da ecosol induziram a desistência de alguns artesãos, permanecendo apenas duas pessoas.

Diante da escassez de pessoas, a Tendart e o Retalhos juntaram-se em um só grupo, persistindo o nome Tendart, totalizando sete artesãos. Dos sete remanescentes, atualmente permanecem apenas três.

Hoje o espaço de trabalho situa-se na casa de uma das integrantes e coletivizam todas as etapas de produção, assim como técnicas de artesanato. Todos dominam todas as etapas do

empreendimento.

Com relação a comercialização, além da loja no Centro Público, participam das feiras de ecosol, um ponto no Shopping Primitivo e o trabalho porta a porta.

Sobre as finanças, a entrevistada disse que é muito relativo, com custos mensais em torno de R\$600,00 por mês e renda que varia de R\$100,00 a R\$1.000,00 por mês.

A retirada de cada integrante é repartida igualmente, com média de R\$200,00 por pessoa no mês.

Ademais, o grupo é formalizado sob a forma de microempresa por meio do Sistema Simples, optado pelos integrantes pela praticidade em relação às outras possibilidades de organização dentro da ecosol.

Os tópicos referentes a FOFA da Tendart seguem na matriz 21.

Matriz 21: Análise FOFA – Tendart

	Fatores Externos	Fatores Internos
Fatores Positivos	<p>Oportunidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Centro público e incubadora (2) Fóruns ecosol: formação (3) Secretaria da Educação (4) Secretaria da Cultura (5) FERIA de ecosol 	<p>Fortalezas:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Relações de confiança (2) Conhecimento de todos sobre todas etapas no empreendimento (3) Princípios ecosol (4) Espaço de produção
Fatores Negativos	<p>Ameaças:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Falta de ponto de comercialização (2) Falta de oportunidade para ministrar oficinas (3) Troca de gestão pública (4) Concorrência 	<p>Fragilidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Poucos integrantes (2) Falta de capital de giro (3) Falta de estoque (4) Renda baixa

Fonte: Elaborada pelo autor

Coopernatuz:

O projeto da cooperativa de catadores Coopernatuz, nome pensado a partir do slogan cooperando com a natureza, foi mobilizado pelo poder público municipal de Osasco por meio do programa de ecosol do município, como informado pela cooperada entrevistada que compõe a diretoria-presidência

Com a ciência da existência do grupo informal Aares de catadoras no bairro Portal I, gestores do programa de ecosol iniciaram em 2007 um projeto de mobilização dessas catadoras para a formação de uma cooperativa de catadores.

Com o interesse das catadoras do Aares, iniciou-se o processo de incubação com cursos sobre materiais recicláveis e cooperativismo.

A cooperada entrevistada relatou que cerca de 40 pessoas receberam a incubação pelo período de dois anos e uma bolsa de R\$200,00 pelo programa Operação do Trabalho e subsídios para alimentação e transporte. Nesse período a prefeitura buscava estruturar um espaço físico específico para a reciclagem.

Com o espaço físico pronto em 2008 iniciaram-se os primeiros trabalhos dos catadores. A cooperada evidenciou que o começo foi difícil e tinham a disposição um caminhão providenciado pela prefeitura com infra-estrutura mantida pela Fundação Nacional de Saúde – FUNASA. Conta também que no percurso, muitas pessoas desistiram por motivos de saúde, alcoolismo, prioridade por carteira assinada e pela não identificação com o cooperativismo.

Primeiro foram feitas divulgações em bairros selecionados no entorno da cooperativa. Trabalho era feito com panfletos sobre a coleta seletiva de casa em casa.

Com a chegada de três caminhões, dois para o circuito de rua e um gerador os trabalhos de coleta puderam se iniciar com deliberação de coleta na rua em dias diferentes da coleta do lixo orgânico.

Atualmente a cooperativa possui 30 cooperados. Desses, três atuam na diretoria, inclusive a entrevistada, cinco no circuito de rua, cinco nos pontos fixos de coleta, duas pessoas na prensa e o restante na triagem.

A cooperada relatou que o material coletado é comercializado para os chamados atravessadores, que compram o material e repassam para as indústrias de reciclagem. O intuito futuro é de comercializar diretamente para as indústrias, meta ainda não alcançada pelo volume de 10 toneladas de materiais exigidos para tal finalidade.

No ambiente interno, as reuniões acontecem mensalmente e quando falta um ano para as eleições da diretoria, as pessoas que almejam integrar a diretoria para o próximo mandato já vão sendo preparadas e capacitadas para tal fim, sendo que o mandato da diretoria é de quatro anos.

Com cobertura de coleta seletiva em 30% do município, focalizado na zona norte, a cooperativa tem a contrapartida da prefeitura que assume custos de água e energia elétrica.

À cooperativa incidem custos de contador, telefone, internet, gás e cozinha, que totalizam em torno de R\$3.500,00 por mês.

A receita da cooperativa atinge o máximo de R\$25.000,00 por mês, com média de R\$15.000,00 mensais. A variação fica por conta da quantidade de material coletado, que nem sempre é a mesma e a oscilação do preço dos materiais. As retiradas dos cooperados são estabelecidas por horas trabalhadas ficam em média de R\$800,00 por cooperado.

Finalmente, a matriz 22 com as informações da FOFA referente a Coopernatuz é apresentada abaixo.

Matriz 22: Análise FOFA - Coopernatuz

	Fatores Externos	Fatores Internos
Fatores Positivos	<p>Oportunidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Programa ecosol (2) Editais projetos (3) Receptividade população 	<p>Fortalezas:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) União dos cooperados (2) Cooperativismo pela maioria (3) Boas relações internas
Fatores Negativos	<p>Ameaças:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Prefeitura: poderia ajudar mais (2) Oscilação preço recicláveis 	<p>Fragilidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Falta autogestão completa (2) Egoísmo alguns cooperados (3) Falta interesse em conhecimentos de gestão por alguns (4) Alguns se vêem como empregados (5) Falta de recursos: capital giro

Fonte: Elaborada pelo autor

A entrevistada pontuou que o programa de ecosol é essencial para a sobrevivência da Coopernatuz e para os outros empreendimentos solidários e apesar da cooperativa apresentar boas relações internas e o exercício de princípios coletivos pela maioria, esses quesitos não são contemplados de forma completa na cooperativa. Além disso a oscilação do preço dos materiais recicláveis e a falta de capital de giro permeiam como principais entraves na Coopernatuz.

MEI de Serigrafia:

No ano de 2004, o MEI serígrafo iniciou sua trajetória no setor da serigrafia, um ramo das artes gráficas que se insere na área automotiva, têxtil, na comunicação visual e gráfica.

Assim, a serigrafia engloba técnicas de impressão em diversos tipos de materiais,

podendo ser trabalhado em banners, convites, cartões, placas de trânsito e outras.

A ideia de trabalhar com serigrafia, surgiu por meio de um evento inusitado, como relatou o entrevistado.

Na oportunidade, o MEI entrevistado cooperou na organização do aniversário de quatro anos de um dos seus sobrinhos. Utilizando suas habilidades e criatividade conseguiu produzir uma série de materiais personalizados para a festa de aniversário como chapéu personalizado e caixas de pipocas personalizadas. Estas últimas despertaram a curiosidade do pipoqueiro que foi contratado para a festa, que insistentemente solicitou os serviços do MEI.

A princípio o MEI desaprovou a ideia, ressaltando que era apenas para a festa, que não desenvolvia aquele trabalho como ofício.

O convite do pipoqueiro adicionado ao trabalho de vendas de folhetos pré impressos de sua mãe, despertou o interesse do serígrafo em conhecer processos de pré-impressão e impressão na área gráfica.

Assim, o MEI foi pesquisando sobre a área, as técnicas envolvidas e o maquinário utilizado nas impressões.

Quando foi investigar possibilidades de crédito no Banco do Povo para subsidiar os investimentos para adentrar no ramo da serigrafia, o MEI se deparou com dificuldades e desistiu.

Ao olhar com atenção o maquinário, despertou em si a ideia de desenvolver ele mesmo a fabricação dos equipamentos. Com apoio de um serralheiro amigo, o MEI “artesanou” suas próprias máquinas. No total desembolsou apenas R\$100,00 em material para fabricar de modo artesanal as suas máquinas.

Nesse contexto, o serígrafo iniciou os trabalhos, com dificuldades na formação de preço, negociação e diálogo com clientes.

Surgiu então a necessidade de obter equipamentos mais aprimorados: uma gravadora com preço de R\$6.000,00, uma reveladora de R\$4.000,00 e uma mesa de impressora com custo de R\$6.000,00.

Sem a disponibilidade financeira, pesquisou, e novamente despertou a ideia de fabricar artesanalmente o maquinário. A conquista custou em torno de R\$1.500,00.

O maquinário desenvolvido pelo MEI é único, adaptado e especializado. Apenas o MEI possui o maquinário de estilo próprio, fabricado manualmente a partir de partes de máquinas usadas de diferentes fabricantes e outros materiais. O entrevistado ressaltou que procurava incorporar em suas máquinas o que achava que tinha de melhor nas máquinas de cada fabricante.

Para além da inovação no artesanato de suas máquinas, o MEI viu a necessidade de aprimorar as técnicas de operação das máquinas e domínio dos processos de impressão.

Buscou capacitação em cursos de impressão serigráfica no SENAI. Nesse mergulho no mercado serigráfico, descobriu que empresas do ramo oferecem capacitação e aproveitou as oportunidades.

A oportunidade de aproximação na ecosol tornou-se possível por meio da mediação de uma gerente da Caixa Econômica Federal, a qual conheceu o histórico do serigráfico no momento da justificativa do objetivo do crédito almejado pelo MEI.

A gerente, conhecida da diretora do programa Osasco Solidária, articulou os contatos entre os dois.

Dessa forma, o MEI cadastrou-se no programa de ecosol. Na incubação conseguiu aprender sobre formação de preço e relação com clientes, questões que tinha dificuldades.

Além disso, ao se deparar com o universo da ecosol e seus princípios, o MEI absorveu-os em seu modo de trabalho. O entrevistado contou que a seu ver a ecosol não trabalha apenas aspectos de autogestão, empreendedorismo e cooperativismo, mas também é uma alternativa de resgatar a autoestima de pessoas com quadros de depressão.

Hoje, o MEI se articula em rede com outros MEIs e empreendimentos solidários prestando serviços a estes e em parcerias nas feiras de ecosol.

O serigráfico já se cadastrou como MEI para viabilizar a emissão de notas fiscais, mas ainda está no aguardo do alvará de funcionamento.

Nesse ponto está a principal dificuldade atual do MEI. Ele necessita de um alvará como ponto comercial. Sendo necessária a utilização de tintas o alvará depende da autorização da Companhia de Tecnologia de saneamento Ambiental - CETESB mediante ao laudo da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp, que só emite laudo positivo se houver tratamento de esgoto adequado no local de produção do MEI, necessário uma vez que pode haver descarte das tintas.

Vis-à-vis a essa situação, o MEI demonstra sua insatisfação porque a região em que mora e situa-se seu negócio, é uma região de área livre e não possui rede de esgoto.

Nesse sentido, o MEI alertou que é preciso pensar para além do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ enquanto MEI e ressaltou que questões pós-formalização em MEI que envolvem burocracias devem ser alertadas e orientadas, no sentido de propor direcionamentos e suporte pelos órgãos públicos, com exemplo, a incubadora do programa de ecosol.

Nesse ambiente, os rendimentos do MEI variam entre R\$1.000,00 a R\$3.000,00 mensais e custos de R\$300,00 a R\$500,00 por mês.

Finalmente, o MEI reconheceu que atualmente está um pouco mais ausente das reuniões da ecosol, muito por conta de seu atual enfrentamento em termos do alvará.

A seguir, a matriz 23 contém as informações da FOFA sobre o MEI.

Matriz 23: Análise FOFA – MEI Serigrafia

	Fatores Externos	Fatores Internos
Fatores Positivos	<p>Oportunidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Parceria com profissionais de serigrafia (2) Programa ecosol: formações (3) Crédito Caixa econômica Federal (4) Empresas do ramo: oferecem atendimento e treinamento (5) Baixa concorrência (6) Feiras de Ecosol 	<p>Fortalezas:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Facilidade e habilidade em adaptar técnicas (2) Domínio etapas de produção (3) Despesa fixa baixa (4) Preço competitivo (5) Valores da ecosol (6) Ambiente interno salubre
Fatores Negativos	<p>Ameaças:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Burocracia para alvará (2) Ponto de atendimento: aluguel alto (3) Aumento preço insumos 	<p>Fragilidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Acúmulo atividades (2) Falta ponto atendimento (3) Investimentos estruturais parciais (4) Não gosta das relações comerciais

Fonte: Elaborada pelo autor

As informações semelhantes contidas nas matrizes FOFA dos empreendimentos solidários de Osasco foram reunidas na matriz 24 a seguir.

Todos os entrevistados dos empreendimentos relataram a importância do programa de ecosol de Osasco, bem como da incubadora e suas atividades em rede como oportunidades positivas essenciais aos empreendimentos solidários. Também é de senso comum nos empreendimentos a identificação, pelo menos de uma parcela dos envolvidos, com os princípios e os modus operandi da ecosol.

No entanto, a mudança na gestão municipal, as burocracias que envolvem a constituição jurídica em cooperativa, ausência de capital de giro, dificuldades de acesso ao crédito e conflitos internos por interesses individuais são alguns dos principais entraves enfrentados pelos

empreendimentos solidários de Osasco.

Matriz 24: Análise FOFA Geral dos Empreendimentos Solidários de Osasco

	Fatores Externos	Fatores Internos
Fatores Positivos	<p>Oportunidades:</p> <ol style="list-style-type: none"> (1) Programa de ecosol (2) Capacitação incubadora pública: técnica e formação em ecosol (3) Feiras de ecosol (4) Atividades em rede (5) Outras instituições de apoio: Cáritas, Eremim 	<p>Fortalezas:</p> <ol style="list-style-type: none"> (1) Relações de amizade e confiança (2) Princípios da ecosol (3) Flexibilidade no trabalho (4) Vontade coletiva (5) Decisões democráticas (6) Persistência
Fatores Negativos	<p>Ameaças:</p> <ol style="list-style-type: none"> (1) Transição gestão municipal (2) Concorrência no mercado (3) Burocracias para formalização em cooperativa e MEI (4) Falta de acesso à crédito (5) Imediatismo de renda de parcela dos cooperados 	<p>Fragilidades:</p> <ol style="list-style-type: none"> (1) Ausência das práticas em ecosol por uma parcela dos cooperados (2) Alguns conflitos internos (3) Ausência de capital de giro

Fonte: Elaborada pelo autor

Panorama Geral da Política Pública de Economia Solidária de Osasco:

A política de ecosol no município de Osasco foi impulsionada por uma perspectiva ideológica, espelhada na experiência do município de São Paulo.

Dessa maneira, apesar da existência de instituições que fomentam princípios semelhantes a ecosol no município anteriormente ao programa, a política pública de ecosol derivou-se a partir do poder público municipal.

A motivação ideológica e sua proximidade com a gestão municipal proporcionaram a mobilização e a criação de organismos e estratégias de fomento à ecosol, formando-se assim o programa de ecosol no município, o centro público de ecosol, a incubadora pública e a lei de municipal de ecosol.

Apesar da incubadora pública de Osasco ter recebido incubação da equipe da COPPE/UFRJ, a política de ecosol no município não articula ações efetivas com a universidade.

Sendo a atuação total do poder público municipal, a universidade teve contribuição mínima, apenas no processo inicial de constituição da incubadora pública.

Nesse contexto, cabe expor as principais dificuldades que pairam sobre as ações em ecosol em Osasco.

A primeira, condiz à ameaça da continuidade do projeto nas transições de governo. No caso de Osasco, desde a implementação do programa da ecosol no município, não passaram por uma transição de gestão municipal de um partido para outro.

Após a gestão do prefeito que viabilizou o programa da ecosol, seu sucessor foi um candidato do mesmo partido, o PT.

Apesar disso, os gestores da ecosol no município enxergam uma possível mudança partidária na gestão do município como um enfrentamento futuro.

A gestora entrevistada enfatiza que a dificuldade de “convencer” a gestão municipal em conduzir o programa de ecosol está na perspectiva quantitativa que permeia o campo político do país e nas políticas públicas.

Como os gestores do programa solidário no município relataram, a ecosol é um projeto que visa elementos de ordem qualitativos e envolve variáveis subjetivas para a viabilização de uma alternativa de geração de renda.

No entanto, a permanência ou não do programa de ecosol, geralmente depende de indicadores quantitativos, que demonstrem que o projeto tem potencial de auferir frutos de ordem numérica. Por exemplo, o programa já inseriu tantas famílias, ou tantos beneficiários, formou tantos empreendimentos solidários, etc.

Segundo os gestores de Osasco, há a necessidade de incorporar indicadores qualitativos nas avaliações dos projetos de ecosol.

Outro fator que ameaça a continuidade eficiente das ações no projeto da ecosol é o caso dos cargos comissionados, sujeitos a drásticas mudanças no quadro dos gestores atuantes na ecosol e cuja permanência no cargo depende exclusivamente da continuidade ou não de seu candidato partidário.

Nessa questão enfatiza-se a potencialidade de se criar mecanismos de incorporação de um corpo técnico efetivo, por meio de editais específicos para cargos em projetos de ecosol, a inserção de gestores capacitados no tema da ecosol e identificados com o projeto.

O terceiro fator há a questão dos recursos municipais baixos. Isso evidencia que o projeto da ecosol ainda depende muito de recursos do governo federal por meio da SENAES, principal fonte de recursos para a ecosol

A gestora relatou que a oferta de bolsa (para ajuda financeira) pelo programa da ecosol

é um dos pontos existentes na lei municipal de ecosol ainda não é possível de ser disponibilizada.

Isso pode estar relacionada com o fato da baixa oferta de recursos municipais alocados para a ecosol.

Como a maior parte dos recursos provém de editais conquistados de projetos financiados pela SENAES, esses recursos são restritos à finalidade de sua aplicação. Os editais consistem em captação de recursos para implementação de projetos com vinculação específica, geralmente limitando-se a temáticas específicas.

Um exemplo em Osasco seriam os recursos para condução de um projeto de fomento a ecosol pela formação de cooperativas de catadores, ou mesmo o edital para a implantação do Centro Público de Ecosol. Com essas especificações, tais recursos, geralmente, não podem ser alocados para outros fins que não os especificados no edital, dentro dos limites da temática do edital.

Outra dificuldade seria em termos de gestores e técnicos na ecosol. O número de pessoas é pouco e com cargos comissionados.

Há uma integração com a incubadora é do poder público.

Pelo lado da incubadora uma única questão diferente do centro público é a necessidade de técnicos para atuar especificamente na capacitação por segmento.

Nos empreendimentos sugere-se que há o interesse da maioria nas práticas baseadas nos princípios solidários. Apesar de reconhecerem que sempre há conflitos internos, no sentido de divergências até mesmo sobre a ecosol e o interesse estrito de retornos de renda, parece ser uma minoria dentro dos empreendimentos.

Nessa situação há de ressaltar que no relato da maioria dos representantes dos empreendimentos há um consenso da necessidade de oferta de formação e capacitação, sobretudo na temática da ecosol de maneira mais constante.

Os empreendimentos relataram que tudo isso é contemplado no processo de incubação, mas em detrimento da grande rotatividade que permeia o ambiente dos empreendimentos, há a necessidade da oferta das formações constantemente.

Outro fator que os empreendimentos enfrentam é a dificuldade de acessar créditos para investir no empreendimento. Relataram que não há tipos de crédito específicos para os empreendimentos da ecosol e o acesso ao crédito bancário e/ou até mesmo do Banco do Povo envolve um processo burocrático e muito criterioso.

Internamente, reconhecem que a maioria dos empreendimentos ainda não possuem a capacidade de um acúmulo de capital de giro, que serviria para investimentos no

empreendimento.

Por outro lado, alguns empreendimentos conseguiram criar um fundo do empreendimento por meio de uma taxa mínima de cada integrante por mês destinada a esse fim e outros por meio de custeio de bolsas de programas redistributivos, mas não pela via do programa da ecosol, que como relatamos anteriormente o programa não possui recursos para destinação de bolsas de custeio específicas do programa.

Ademais, não se pode deixar de evidenciar a importância do programa de ecosol para os empreendimentos que reconhecem a importância do processo de incubação e das feiras de ecosol.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percorrendo o ambiente físico e humano do contexto da ecosol nos três municípios estudados pôde-se auferir informações que permitiram elaborar um panorama com aspectos descritivos sobre suas histórias e suas dinâmicas.

Desta forma, muitas dessas informações puderam ser reunidas em três matrizes gerais que são as matrizes 25, 26 e 27 com os dados da FOFA referentes aos empreendimentos solidários, aos programas de ecosol e das incubadoras dos três municípios estudados respectivamente.

Pela matriz 25 verifica-se que as instituições de apoio e sua atuação são essenciais para os empreendimentos solidários que enxergam na ecosol primeiramente uma oportunidade de geração de renda, priorizando-a frente a ideologia e militância na ecosol.

A reivindicação unânime da necessidade de acompanhamento e apoio sugere que os empreendimentos quase que em sua totalidade, ainda não se reconhecem capazes de gerir seu próprio negócio de maneira coletiva, e assim clamam pela necessidade constante de capacitação técnica e formação em ecosol.

É comum também a todos os empreendimentos solidários o temor nos momentos de eleições municipais, uma vez que a troca de gestão pode significar a descontinuidade ou a desmobilização do projeto da ecosol nos três municípios que deve-se ao fato da ecosol ainda não abarcar forças suficientes para consolidar-se em uma política de Estado, ficando restrita à vontade política das gestões municipais e sobretudo das instâncias federais, já que a maior parte de recursos financeiros aplicados a projetos de ecosol nos três municípios são de origem federal, via SENAES.

Já conforme a matriz 26, as dificuldades inerentes aos programas de ecosol, pode-se citar a extrema dependência de recursos federais para o desenvolvimento de projetos em ecosol, o que evidencia a fragilidade municipal para a execução de políticas públicas em ecosol.

Além disso a troca de gestão municipal figura-se coo principal motivo de instabilidade nas ações dos programas de ecosol, como exposto anteriormente fica restrita a vontade política da gestão vigente.

Internamente, os programas de ecosol nos três municípios possuem uma estrutura básica (programa, lei e incubadora) em ecosol, capaz de sustentar as políticas solidárias apenas nos municípios de São Carlos e Osasco. Em Araraquara, apesar da existência dessa estrutura, apenas sua existência não tem sido suficiente para dar seguimento aos projetos com vistas ao apoio aos empreendimentos solidários.

Matriz 25 - Matriz Geral dos Empreendimentos Solidários – Araraquara, São Carlos e Osasco

	Fatores Externos	Fatores Internos
Fatores Positivos	<p>Oportunidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Apoio externo (2) Capacitação administrativa (3) Formação em ecosol 	<p>Fortalezas:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Geração de renda (2) Flexibilidade no trabalho (3) Amizades (4) Democracia nas decisões (5) Trabalho coletivo
Fatores Negativos	<p>Ameaças:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Ameaças políticas (2) Dependência externa (3) Falta de acesso ao crédito (4) Dificuldades das instituições de apoio 	<p>Fragilidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> 1) Conflitos internos (2) Dificuldade de exercer princípios solidários - engajamento (3) Debilidades de gestão (4) Indisponibilidade de capital de giro

Fonte: Elaborada pelo autor

Matriz 26 - Matriz FOFA Geral do Programas de Ecosol – Araraquara, São Carlos e Osasco

	Fatores Externos	Fatores Internos
Fatores Positivos	<p>Oportunidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Oportunidades financeiras externas (2) Desenvolvimento local: pop. Baixa renda (3) Oportunidade parcerias 	<p>Fortalezas:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Infra-estrutura básica para trabalho (2) Legislação - básico
Fatores Negativos	<p>Ameaças:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Questões políticas (2) Dificuldades financeiras (3) Dificuldades relacionais (4) Militância gestores ecosol - maioria 	<p>Fragilidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> 1) Cargos comissionados x efetivos (2) Fragilidade financeira municipal (3) Militância x pragmatismo

Fonte: Elaborada pelo autor

No entanto, a existência, mesmo em Osasco e São Carlos, de uma estrutura básica de ecosol, em termos de instâncias formais e aporte jurídico, não significa que não exista gargalos no interior dessa estrutura.

Questionamento como a inchamento de cargos comissionados e de militância exacerbada parecem conduzir a uma instabilidade nas ações em ecosol.

Instabilidades que são as mesmas quando voltamos o olhar para as incubadoras que também são dependentes de recursos externos e temem as trocas de gestão municipal.

Ainda que como mostra a matriz 27, as incubadoras orgulham-se de possuírem o saber, muitas vezes acadêmico, da sua característica interdisciplinar e sua contribuição para integração com outros agentes da ecosol nos espaços de discussão.

Matriz 27 – Matriz FOFA Geral das Incubadoras – Araraquara, São Carlos e Osasco

	Fatores Externos	Fatores Internos
Fatores Positivos	<p>Oportunidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Saber acadêmico (2) Extensão universitária junto á sociedade (3) Contribuição para desenvolvimento local e trabalho e renda à população 	<p>Fortalezas:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Interdisciplinaridade (2) O saber (3) Articulação de parcerias e de espaços de discussão
Fatores Negativos	<p>Ameaças:</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Ameaças políticas (2) Dependência financeira externa (3) Dificuldades articulação com poder público (4) Dificuldade de contemplação em editais 	<p>Fragilidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> 1) Instabilidade financeira (2) Grande rotatividade (3) Falta de divulgação do tema aos estudantes e á comunidade acadêmica

Fonte: Elaborada pelo autor

Para além das informações da FOFA, pôde-se também relacionar algumas questões abordadas na literatura do tema com os acontecimentos reais nos municípios estudados e tomar conhecimento de algumas questões pontuais.

Uma primeira inflexão verificada é a existência de uma pluralidade e hibridismo conforme as análises de Gaiger e Laville (2009) e França Filho (2007). Tendo em vista o relato de que a ecosol compreende os empreendimentos solidários em forma de cooperativas, associações e grupos informais por Singer em seus textos parece ter se ampliado nos dias atuais.

Pererira (2011a) já ressaltava o crescimento de micro e pequenas empresas inseridas na ecosol. Além disso constatou-se nos estudos de casos que é crescente também as experiências

sob forma de MEIs incorporadas pelos programas de ecosol nos municípios de São Carlos e Osasco.

Destas cabe ressaltar que suas realidades em termos de dinâmica e princípios da ecosol restringem-se a uma atuação parcial em rede, sobretudo na esfera da comercialização. Uma constatação em relação às MEIs é de que, no geral, essas pessoas incorporaram aspectos de solidariedade e cooperativismo como uma ideologia de vida com algum grau e como relatadas vários casos existente de pessoas que se reergueram psicológica e profissionalmente por meio das atividades solidárias, mas não as exercitam em algumas esferas pontuais da vida.

Se na relação com próximo reconhece-se melhora, em suas vidas pessoais, na esfera dos negócios, o cooperativismo e as relações de reciprocidade atém-se à comercialização de seus produtos individuais por meio de organização em rede nas feiras de ecosol.

Neste ponto cabe relacionar esse evento com a abordagem contida em Galjart sobre a aceitação e incorporação de mudanças, dos quais “não significa que a aceitação de mudanças em uma esfera da vida, deve ser seguida da aceitação de mudanças em outra” (GALJART, 1976).

A questão da rotatividade nos empreendimentos sugere que, se por um lado, a maioria das pessoas ao conhecer a ecosol acha um modo justo e incorpora alguns princípios em sua vida pessoal, mesmo dentre esta, muitas acabam preferindo vias de trabalho com carteira assinada ou outras atividades que poderão proporcionar retornos melhores e/ou em curto prazo.

Disso supõe-se que ao privilegiar questões econômicas, mesmo que como já abordamos, as pessoas internalizem os princípios solidários em um setor da vida, em relação ao econômico, muitas acabam por se afastar dos empreendimentos pela busca no curto prazo de retornos financeiros.

Nessa perspectiva, o “horizonte temporal” influi no desinteresse em continuar no empreendimento da ecosol, uma vez que essas pessoas necessitam e almejam retornos financeiros e uma perspectiva imediata, devido à situação e ao contexto de marginalização em que se encontram:

Uma terceira reação é a de Banfield (1967) que no lugar dos conceitos moderno e tradicional, introduz o conceito de horizonte temporal, isto é, o quão longe olhará um indivíduo o futuro, quando tem que escolher entre dois cursos alternativos de ação. Banfield tenta demonstrar que em cada cultura e subcultura, incluídas aquelas de grupos de idade, sexo e classes sociais, a conduta predominante pode ser explicada em termos de horizonte temporal. Esta abordagem apreça promissora porque explicitamente reconhece o papel da situação, isto é, do ambiente natural e da posição dos indivíduos na estrutura social, na formação de um horizonte temporal particular e, portanto, na formação de certas atitudes. (GALJART, 1976, p. 59).

Na maioria dos empreendimentos entrevistados, organizados das mais variadas formas a rotatividade é grande. Os motivos vão desde problemas de saúde, alcoolismo, preferência por carteira assinada e retornos financeiros mais imediatos.

A rotatividade, não exclusiva das iniciativas solidárias, amplia-se às instituições de apoio.

Pelos programas de ecosol do poder público municipal, surge a questão do inchamento de cargos comissionados. A visão aqui não é de excluir totalmente esses tipos de cargos, mas a aceitação da necessidade de criar mecanismos de incorporação de uma base técnica efetiva, visando à eficiência entre o pragmatismo e a militância.

Quando há a oportunidade de incorporar gestores por meio de concurso público, essa mobilização tem acontecido internamente na administração pública, com editais e chamadas para funcionários que já atuam em algum cargo na administração pública para atuar na ecosol. Esse evento ocorreu, por exemplo, em Osasco.

Em São Carlos, o gestor relatou que houve uma vez um edital de chamada externa para cargo na ecosol, mas ressalta que esta foi a primeira e provavelmente foi a última vez.

Já em Araraquara a desmobilização da coordenadoria se deu justamente pela totalidade de cargos comissionados. A atual gestora acumula cargos, sendo que seu ingresso como gestora de ecosol também se deu por alocação interna em termos de servidora pública.

Assim ressalta-se a importância, como abordou o gestor de São Carlos, de criar mecanismos de para efetivação de uma base técnica que consiga equilibrar o pragmatismo e a militância.

Exceto na incubadora pública de Osasco, as incubadoras de São Carlos e Araraquara também enfrentam a questão da grande rotatividade.

Talvez o motivo principal seja destas serem oriundas de projetos de extensão universitária e, por conseguinte há a necessidade de vincular discentes das universidades, que por sua vez têm função e tempo transitório na atuação de tal projeto.

Esse fator é um dos principais que levou a atual desmobilização da INCONESP em Araraquara, pois os estudantes que se engajaram na criação da incubadora já se graduaram e se desvincularam do projeto, não aproximando mais discentes suficientes para dar andamento às atividades da incubadora.

No NuMI o integrante entrevistado relatou o mesmo problema da rotatividade. Nesse caso, segundo ele, a rotatividade acaba por comprometer a continuidade de projetos, uma vez que ao estudante desvincular-se das atividades, os novos necessitarão passar pelo processo natural de aprendizagem e experiência.

Voltando ao contexto de aceitação ou não dos modos pregados na ecosol pelos empreendimentos solidários alguns “remédios” poderiam ser aplicados. O “desinteresse” pode ser combatido com “doutrinação cultural” e a “ignorância” pela “disseminação de conhecimento” (GALJART, 1976).

O processo de formação e educação de forma contínua em ecosol estaria de acordo com esse pressuposto.

Nesse contexto indica-se que a formação e educação nesse tema e de seus princípios oferecida pelas instituições de apoio (poder público e incubadoras) também é conduzida de forma parcial, em maior ou em menor grau em cada município.

Nos relatos dos empreendimentos, fica evidente que tais formações foram realizadas de forma massiva e forte no início das ações dos programas solidários nos três municípios.

Em Araraquara as atividades de formação foram desenvolvidas de forma promissora por meio da coordenadoria de ecosol, pela INCONESP e por parceria entre estas duas instituições. Posteriormente e atualmente não existem mais essas formações por nenhuma das duas instituições citadas, nem por meio mais de fórum e encontros em ecosol, que também não são mais mobilizadas.

Em São Carlos, o processo de atuação inicial do DAAES envolveu trabalhos fortes em formação em ecosol, mas atualmente é apenas oferecido em ocasiões muito pontuais, quando surge um novo empreendimento e nos encontros do fórum e da conferência de ecosol do município, nos quais se discutem o tema, mas fica restrita à apenas uma prte menos dos empreendimentos. Geralmente, acabam participando apenas representantes de cada empreendimento, no caso os mais identificados politicamente com o tema, geralmente os que ocupam cargos de direção nos empreendimentos.

Já pelo NuMI-EcoSol esse tipo de formação parece mais constante. Inclusive com disciplinas e mini-cursos oferecidos no interior da universidade e aberta ao público acadêmico e aos empreendimentos. Mas geralmente essa proximidade fica restrita aos empreendimentos vinculados aos trabalhos do NuMI, não que seja proibida o acesso para os demais, mas é um evento que acontece influenciado pelo fato das ações totalmente independentes do NuMI e DAAES.

Já no município de Osasco, as ações realizadas pelo Programa Osasco Solidária e do Centro Público de Economia Solidária do município são totalmente integradas com as ações de capacitação e acompanhamento da incubadora pública. O motivo é natural, uma vez que tanto o programa, quanto o centro público e a incubadora inserem-se na perspectiva das ações do poder público municipal.

No caso de Osasco, a incubadora é vinculada à prefeitura, viabilizada por meio de recursos conquistado da SENAES para sua implantação estrutural, que inclusive localiza-se no mesmo espaço de funcionamento do centro público, com algum apoio da prefeitura, mas o processo de atuação deve-se principalmente pela “incubação” que a equipe recebeu dos pioneiros da ITCP da UFRJ.

Apesar da incubadora de Osasco possuir uma estratégia de metodologia própria de incubação e que parece ser mais constante, segundo os empreendimentos os trabalhos em capacitação e principalmente formações em ecosol eram muito mais ativos e constantes nos primeiros anos do programa.

Disso apreende-se que em São Carlos e Osasco, a constância nas formações em ecosol perpassa pelo querer, visto que, nesses dois municípios há o saber por parte dos gestores e da universidade, há o poder (por já existir equipes e estrutura para tal), faltando o querer dos gestores em tornar mais constantes os trabalhos de formação.

A partir disso, fica evidente a importância de trabalhos de formação e educação em ecosol de formas ininterruptas, questão relatada pelos próprios empreendimentos solidários. Essa necessidade permeia-se pelo fato da existência da grande rotatividade no interior desses empreendimentos, e, nesse caso, se há o reconhecimento de que as pessoas mais antigas e persistentes das iniciativas solidárias já possuem esse saber solidário, seria preciso que as pessoas mais recentes também recebam as formações.

Quanto à questão de parcerias entre as instituições de apoio Gaiger e Laville (2009), França Filho (2007) e também na visão singeriana é potencial as ações em rede, em parcerias entre as instituições e agentes da ecosol.

No caso de Araraquara as parcerias demonstraram inicialmente reais potencialidades, entre a coordenadoria de ecosol e a INCONESP. Porém, se atualmente não há mais trabalhos nesse sentido, as causas inserem-se como fator do poder.

Do lado da coordenadoria, a transição da gestão municipal conduziu para a dissolução da equipe de gestores formada no início dos trabalhos em ecosol no município. Há relatos de que a opção pela saída se derivou dos próprios gestores (vinculados a um partido político) e relatos de que isso foi imposto pela gestão municipal vigente, sendo de outro partido político.

Sendo por um motivo ou outro, o fato é que dessa situação, a derivação foi a de precarização das ações públicas em ecosol, visto que hoje, apenas uma gestora atua em ações de ecosol e que segundo a mesma tem se direcionado apenas para abarcar algumas necessidades pontuais de alguns empreendimentos.

Pelo lado da INCONESP, os motivos são semelhantes, mais as causas um pouco

diferentes. Se o motivo para a desarticulação das ações seria devido à falta de um corpo em termos da equipe, os motivos perpassam pela dificuldade de captação de recursos para as atividades e custeio de estudantes, em extensão universitária e certo desinteresse dos próprios graduandos atualmente no interior da UNESP.

Se a falta de recursos se relaciona diretamente com a dificuldade nas contemplações de editais de projetos, também desmobiliza estudantes em atuar no projeto, pois como relatou um dos representantes que integrou a INCONESP, grande parte dos graduandos animam-se em atuar em projetos de extensão em detrimento de auferir bolsas e/ou cumprimento de créditos de atividades complementares exigidos na graduação.

Além disso, percebe-se também que o tema da ecosol ainda é pouco divulgado, tanto no interior das universidades quanto na população em geral.

Então no caso da INCONESP, o poder tem influenciado no querer e o querer no saber. Se a incubadora carece de recursos, o projeto não se torna atrativo aos estudantes, e, não havendo uma equipe interessada, a divulgação desses projetos fica comprometida. Nesse contexto verifica-se mais uma vez que dentre o tripé de fatores sócio-culturais, em alguns eventos um pode influir na existência ou não do outro fator como é abordado em Galjart (1976).

Nessa perspectiva, no município de Araraquara, havendo desmobilizações internas tanto na coordenadoria quanto na INCONESP, inviabilizou-se a continuação dos trabalhos em parceria, que hoje inexistem tanto no âmbito das ações efetivas quanto nos espaços de encontros de fórum e de discussões.

No município de São Carlos há uma perspectiva de diálogo entre o poder público atuante na ecosol e o NuMI, refeito aos espaços de discussão em reuniões do fórum e da conferência de ecosol do município e também no âmbito estadual e nacional.

Entretanto, no cerne das ações efetivas no local as ações sugerem se dar de forma independente.

Com já exposto, os motivos para tal separação de ações originaram-se no processo de formação das políticas públicas em ecosol por meio de divergências. Se por um lado não se pôde auferir com precisão os motivos reais dessas divergências, pode-se dizer, por outro, que a opção por não interligação de ações relaciona-se ao querer dessas duas instituições. Então mais uma vez um dos fatores sócio-culturais investigados inibe o outro, no caso, o querer impede o poder de conduzir ações inter-relacionadas.

Por outro lado, o fato é que o saber da importância de trabalhos em rede e em parcerias existe, evidenciado na própria percepção dos representantes de cada instituição entrevistados.

Já em Osasco, como já exposto, as ações são mais integradas. Nesse caso há o saber da

importância de atuação integrada, há o querer e o poder de fazê-lo. Essa integração acontece tanto no campo das práticas de apoio quanto no campo das discussões.

Isto exposto cabe evidenciar, que a própria história de constituição do programa de ecosol em Osasco contribuiu para essa maior integração nas ações entre o programa e a incubadora. Como já relatado, apesar da incubadora de Osasco ter recebido capacitação da ITCP da UFRJ, como parte da estratégia de ação em ecosol optou-se pela criação de uma incubadora pública, integrada ao programa e ao centro público de ecosol.

Nesse ponto, da história de origem dos programas de ecosol nos três municípios, uma questão curiosa é o de espelho que as experiências serviram uma à outra, numa reação em cadeia.

Em Osasco, a militância a partir da experiência da cidade de São Paulo serviu de inspiração para a implantação do Programa Osasco Solidária, com a atuação direta da ITCP-UFRJ e de gestores que atuaram na experiência de São Paulo.

São Carlos por sua vez, inspirou-se na própria experiência de Osasco, com atuação direta também da ITCP da UFRJ. Como relatou o gestor de São Carlos, inclusive a elaboração da Lei de Ecosol do município teve como pilar e espelho a lei de Osasco.

Nessa continuidade, em Araraquara o projeto de formação da política em ecosol foi inspirado tanto na experiência de São Carlos como na de Osasco, mas por sua vez, nenhuma das instituições existentes (coordenadoria de ecosol e INCONESP), receberam qualquer tipo de “incubação” ou capacitação de gestores de outras experiências e de outra ITCP ou incubadora.

Um ponto de inflexão das três experiências é o caráter militante e o vínculo estrito a um partido político, o PT.

Se o querer e o saber coexistiram no processo de origem dos programas de ecosol nos três municípios, o mesmo não se pode dizer em relação ao poder de levar à frente as estratégias solidárias.

Em Osasco e São Carlos a conquista de um centro público de ecosol e de recursos por meio de editais de projetos da SENAES e outras fontes parecem camuflar a fragilidade dos recursos municipais destinados ao projeto. Pôde-se verificar que Osasco possui um acervo de recursos que permitem expandir de certa forma e executar ações mais perenes em ecosol e em menor grau também o município de São Carlos. Mas parece que a maior fonte de recursos é realmente a SENAES, o que demonstra a dependência dos programas municipais em ecosol de recursos federais.

Já Araraquara, a situação é diferente. O fato da fragilidade da prefeitura em termos de recursos financeiros e a não conquista de editais da SENAES influenciam diretamente na

fragilidade de atuação em ecosol no município.

Dessa forma, parece que o poder (de disponibilidade de recursos financeiros) tem se perpetuado como um dos grandes gargalos nas políticas públicas de ecosol, uma vez que há uma dependência externa por recursos financeiros para as políticas públicas de ecosol.

Isso fica evidente quando os gestores dos três municípios relataram a complexidade e a dificuldade de conquistar um respaldo financeiro em termos municipais.

Mesmo que nas leis municipais de ecosol há a previsão de investimento de recursos municipais para os programas de ecosol, na realidade, os recursos municipais não conseguem atingir os objetivos propostos.

Um exemplo disso é a previsão de bolsas de custeio aos empreendimentos solidários por meio do programa de ecosol, mas segundo a gestora, ainda está muito aquém da realidade.

Em se tratando da lei de ecosol essa questão parece se dar de forma diferente nos municípios estudados.

Em Osasco a lei não contou com a participação dos empreendimentos. Ela originou-se até mesmo antes das instituições que hoje atuam no programa. Assim, a lei serviu de aparato para garantir a criação das instituições (programa, centro público e incubadora).

Em São Carlos, a lei contou com a participação dos agentes da ecosol, inclusive dos empreendimentos. Segundo o gestor, a lei é essencial para garantir a continuidade do programa e, além disso, foi pela lei que se conquistou, pelo menos, um mínimo de recursos municipais para o programa de ecosol.

Uma conquista foi a deliberação, por meio da conferência de ecosol do município e previsto em lei, de um fundo municipal de ecosol.

No entanto, a maioria dos empreendimentos tem a percepção de que num plano geral, a lei fica mais no teórico.

Em Araraquara, os relatos em relação à lei de ecosol existente, são mais céticos. Reconhecem que houve em um grau mínimo a participação dos empreendimentos, mas parece que o processo que envolveu a sanção da lei exigiu que fosse executado às pressas, em detrimento da proximidade do período de eleições municipais.

Além disso, pelos relatos, aufere-se que a lei de ecosol em Araraquara fica no plano apenas do papel, que garantiu apenas uma existência formal de uma seção atuante em ecosol no município.

Então, parece que o poder de executar as ações de ecosol não dependem exclusivamente das leis de ecosol existentes, e em alguns casos, a lei nem chega a influenciar efetivamente nas práticas.

Sugere-se que o poder na execução das estratégias de apoio na ecosol tem dependido muito, além da questão dos recursos federais (SENAES), da vontade das gestões municipais vigentes em cada município.

Fato que é visto pelos próprios gestores, integrantes das incubadoras e pelos empreendimentos solidários como uma ameaça direta e contínua para perenidade desses projetos solidários.

Esse entrave perpetua-se por diversas vias. A primeira é o fato do movimento da ecosol ter se expandido nas políticas públicas pela militância e ideologia vinculadas a um partido político específico, no caso o PT.

Em vista disso, a cada troca de gestão nas prefeituras, fica ao cargo dos gestores atuantes na ecosol e dos empreendimentos em demonstrar aos prefeitos eleitos, sobretudo de outros partidos, de que o projeto é viável e tem progredido.

Nessa questão, há de se evidenciar o relato da diretora do programa de ecosol de Osasco em relação às análises na ecosol. Para ela, os indicadores que deveriam ser mais qualitativos não são, e são estritamente baseados numa lógica quantitativa. Com essa percepção os quesitos que definem se o programa progride ou não pairam sobre questões, por exemplo, da quantidade de beneficiários, quantos empreendimentos se formaram, quantas pessoas usufruem do projeto, etc.

Esses quesitos numéricos se sobressaem aos aspectos qualitativos que sugerem ser essenciais para a ecosol.

E essa situação não é exclusiva na transição de uma gestão para partidos diferentes. Mesmo quando a troca de gestão envolve candidatos do mesmo partido, a sensação é de que o respaldo não é o mesmo em relação à gestão passada, precursora dos programas de ecosol.

Esse fator fica evidente na experiência de Araraquara, no consenso entre todos os agentes da ecosol do município, que a transição da gestão municipal contribuiu muito para a desarticulação das ações até então desenvolvidas.

No entanto, conforme o relato da representante da cooperativa de coleta seletiva, a Acácia, a troca de gestão teve um aspecto positivo. Segundo ela, a atual gestão traça relações com a cooperativa sob um olhar mais empreendedor, instigando aos próprios cooperados em agir de forma mais independente para conseguir seus objetivos.

Em Osasco, o programa ainda não se deparou com uma troca de gestão radical, no sentido de partidos políticos, visto que desde o período que se originou o programa de ecosol, a sucessão da prefeitura envolveu apenas um partido, o PT, apesar disso, como já exposto, o respaldo é menor do que anteriormente.

Em São Carlos o programa se deparou em um período recente com a troca de gestão radical. O prefeito antecessor era do PT e seu sucessor do PSDB.

Apesar dessa situação ser vista como uma grande ameaça pelos gestores, e principalmente pelo representante do NuMI, em que segundo este último a prefeitura atual enxerga a ecosol como projeto de oposição, para alguns representantes dos empreendimentos, essa situação apesar de ser uma ameaça para a ecosol no município, engendrou o engajamento dos empreendimentos solidários, até então adormecidos.

Segundo uma das delegadas da conferência de ecosol de São Carlos e representante de um dos empreendimentos, a pressão que os empreendimentos tiveram de exercer ao poder público para a manutenção do programa fez aflorar a visão no interior dos empreendimentos de que estes são essenciais como protagonistas do movimento.

O engajamento dos empreendimentos, principalmente parece ser um dos recursos para fortalecer os laços associativos. Como a situação de marginalização é predominante entre as pessoas dos empreendimentos, essa situação “restritiva” em termos da “estrutura social” influencia diretamente na adoção ou não de mudanças. (GALJART, 1976). Esse autor citado discorre sobre a ruralidade, em que aos camponeses, o fato da “distribuição desigual da terra” pode deter a “modernização”. E ainda mais, para estes “o desenvolvimento agrícola deverá chegar por meio de sua organização associativa” e que não se deve verificar porque não aceitam inovações, mas sim o “porque não se organizam para pressionar o governo”. (GALJART, 1976).

Essa abordagem permite muito bem relacionar com a situação apresentada acima na ecosol. Para Galjart (1976) parece importante o engajamento político dos que estão na situação social inferior.

Essa abordagem em Galjart insere-se na perspectiva da investigação do fator “impotência”, o poder, que nesse caso, o poder ou a impotência política dos agentes da ecosol, principalmente dos empreendimentos solidários pode torna-se um fator influente na continuidade ou não do projeto solidário.

No caso de São Carlos, não se pode afirmar porque os empreendimentos não se engajavam, por outro lado pode-se dizer que o engajamento floresceu da necessidade de convencer a prefeitura da potencialidade e importância do programa de ecosol no município.

No tocante aos empreendimentos ainda pode-se observar outros fatores que incidem como entraves em suas dinâmicas.

Primeiro infere-se por meio das abordagens de Gaiger e Laville (2009) e França filho (2007) da importância do poder público no suporte aos empreendimentos solidários.

Essa importância interliga-se com a abordagem de Pereira (2011a) que relata a multiplicidade de dificuldades enfrentadas no interior dessas iniciativas solidárias que perpassam pela dificuldade de organização, de capacidade técnica, de comercialização, divulgação, administrativa, de qualificação de produtos e de acesso a créditos.

Essa necessidade estreita-se ainda mais pelo fato de que grande parte das iniciativas solidárias hoje são mobilizadas via políticas públicas.

O histórico de surgimento dos empreendimentos solidários nos três municípios atrela a maior parte destes, a mobilização de gestores e da universidade, salvo um pequeno número de empreendimentos que já existiam anteriormente aos programas de ecosol nessas cidades.

O risco de dependência dos empreendimentos verifica-se em sua maioria, a respeito das experiências estudadas.

Em Araraquara esse efeito parece ocorrer em maior proporção. Uma crítica dos gestores atuais é de que a ecosol em Araraquara foi originada por laços de assistencialismo, o que é sugerido no discurso dos empreendimentos que quando se fala em apoio, somente tocam em assuntos de suas necessidades.

Além disso, conforme a fala da cooperada da Acácia entrevistada, essa concepção se repete. Foi exposto anteriormente que esta enxerga na administração atual do PSDB um fator positivo de tratamento mais na via de empreendedorismo, o que na visão dela, contribui para quebrar de certa maneira um pouco da relação de “patronagem” e também para despertar, nos próprios cooperados, um ativismo e cooperação maior dentro da cooperativa.

Isso conecta-se com a visão contida em Galjart:

Em minha pesquisa no Brasil concluí que a falta de cooperação entre agricultores é parte de uma síndrome, cuja característica mais notável era uma busca ativa, por parte dos rurícolas, de benefícios a serem concedidos por pessoas mais poderosas. Eles acreditavam que não poderiam depender de seus próprios esforços (GALJART, 1968) (GALJART, 1976, p. 64).

Outro exemplo em Araraquara que ilustra essa questão é a atual desarticulação do grupo de mulheres de costura. Estas encontram-se paradas em suas atividades de costura, na espera de que o poder público viabilize um espaço de produção, o qual desde o início foi subsidiada pela prefeitura.

Um ambiente diferente encontra-se em Osasco. Em Osasco tanto o grupo de costura quanto um de alimentação, a CCO e a MAESOL respectivamente, conquistaram seus espaços de produção de forma independente do poder público ou de outra instituição de apoio.

Daí apreende-se que o fator querer das pessoas dos empreendimentos, na persistência

de conquistar por próprios esforços, no sentido de afastar a dependência externa, age como quesito potencial para a sobrevivência desses empreendimentos.

Conquistaram o espaço de produção por meio de próprio planejamento e esforços, por meio de fundos ou dos próprios retornos financeiros do empreendimento.

Destas últimas cabe destacar uma dinâmica mais sólida em termos de cooperativismo e engajamento em ecosol.

Mas um fato curioso é a forma jurídica desses dois grupos de Osasco. Não estão sob forma de cooperativa, mas na forma de microempresa.

Apesar desse fato, a lógica de organização e funcionamento preserva os princípios da ecosol. A opção por esta forma jurídica relaciona-se pelo impasse que a forma de cooperativa produziu a estes grupos.

Segundo relatos desses empreendimentos, como cooperativa, na lei, os encargos sob produto eram exorbitantes e os processos burocráticos inviabilizavam tal configuração. A forma de microempresa permitiu a sobrevivência e preços mais acessíveis.

Em relação a legislação do cooperativismo no Brasil ainda há uma questão importante a se relatar.

Abordamos em Singer (2007) que este relata um impasse em relação às cooperativas, impedidas pelo Ministério Público do Trabalho em participarem de licitações para prestação de serviços ao poder público.

Este fato pode ser ilustrado no caso de São Carlos. Como relatou o representante do NuMI, a Cooperlimp acabou por se desagregar por esse impedimento, o que inviabilizou sua sobrevivência, pois a maior demanda por seus serviços era por prestação de serviços à órgãos públicos, inclusive na universidade.

Nesse caso podemos explorar dois elementos. Primeiro, infere-se da abordagem de Barbosa (2007 apud PEREIRA, 2011) no referente à precarização do trabalho das cooperativas pelo poder público.

Segundo, nesse caso, o poder político e o querer do poder público influíram de forma negativa, causando a dissolução de uma experiência que se demonstrava potencial.

Essa Termo de ajuste de Conduta pelo Ministério do Trabalho teve como objetivo, segundo Singer (2007) o enfrentamento ao problema das cooperativas de fachada.

Para solução, como já exposto no capítulo das vertentes da ecosol, Singer (2007) propôs a reinserção das cooperativas nos processos de licitação, com ressalvas de impor alguns critérios que possibilitassem às cooperativas de garantir um mínimo de seguridade em relação a legislação do trabalho, como assegurar oito horas diárias de tempo de trabalho, garantia de

retirada de pelo menos um salário mínimo e outras questões.

Em seu texto da época, este relatou que ainda era um projeto que demoraria a se efetivar.

Pode-se averiguar que “em 19 julho de 2012 foi sancionada pela Presidência da República a Lei no 12.690/2012, conhecida como Nova Lei das Cooperativas de Trabalho” (PEREIRA, 2012).

Esta nova lei impôs algumas condições às cooperativas que vão desde questões de horas de trabalho, como de valor de retiradas, seguro de trabalho, etc:

Considerando que ao se reunirem em uma cooperativa de trabalho as pessoas exercem coletivamente uma atividade profissional, a lei lhes assegura um conjunto mínimo de direitos que se aproxima daqueles constantes do Artigo 7º da Constituição Federal de 1988 (CF/1988), relativos ao trabalho assalariado. São eles: I retiradas não inferiores ao piso da categoria profissional e, na ausência deste, não inferiores ao salário mínimo, calculadas de forma proporcional às horas trabalhadas ou às atividades desenvolvidas; I jornada de trabalho de 8 (oito horas diárias) e 44 (quarenta e quatro horas semanais), exceto quando a atividade demandar a prestação de trabalho por plantões ou escalas; I repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos; I repouso anual remunerado; I retirada para o trabalho noturno superior à do diurno; I adicional sobre a retirada para as atividades insalubres ou perigosas; e seguro de acidente de trabalho. (PEREIRA, 2012, p. 66)

Nesse texto Pereira aponta três controvérsias como efeitos dessa nova lei. Mas neste trabalho não iremos abordá-los.

Esta exposição serve de base para relacionar essa nova lei com a concepção da representante do empreendimento de costura de Araraquara.

Segundo esta, o grupo estava em vias de formalizar-se como cooperativa, mas a desistência perpetuou-se além de outros motivos, a imposição que a lei colocou às cooperativas de retirada mínima de um salário, que o grupo não conseguiria auferir e pela obrigatoriedade de um mínimo de horas de trabalho, que segundo a entrevistada, reverberaria para uma das questões positivas da ecosol, que em sua visão é a flexibilidade no tempo de trabalho, o que permite maior tempo com a família e momentos de lazer.

Ainda sobre os empreendimentos, não se pode levar à risca a abordagem de Pereira (2011) de que o sucesso das iniciativas solidárias está relacionado a um maior número de sócio-trabalhadores sob a forma de cooperativa.

As experiências de Osasco sob a forma jurídica de microempresa e poucas pessoas, com preservação dos “modus operandi” da ecosol e imbuídas de um engajamento político sugerem um estágio de harmonia e autonomia de trabalho com retornos consideráveis em termos financeiros.

Nas micro e empresas de Osasco, mesmo que não em sua totalidade, a autogestão e a cooperação abordadas em Singer (2002) e Gaiger (2003) parecem motivar e viabilizar certo patamar de prestígio para esses empreendimentos.

Neste ponto parece que o saber, o querer e poder caminham juntos para o sucesso dessas iniciativas de Osasco.

Outra constatação nesses estudos de casos é de que os empreendimentos da ecosol não se restringem às atividades mais populares, de baixa complexidade.

Verifica-se principalmente em São Carlos, experiências nos moldes da ecosol de atividades de complexidade mais elaborada como o Consumosol, a Coopsi e o Veracidade que são ao mesmo tempo empreendimentos solidários e instituição de formação na questão do consumo sustentável, justo e solidário, orientação para estudo e produção sustentável e cultural respectivamente.

Essas experiências são engendradas por docentes, discentes e ex-alunos de universidades, principalmente das públicas.

Nesses casos, percebe-se que a ideologia e os princípios solidários são imperantes, ao contrário dos outros empreendimentos (maioria) que buscam na ecosol e privilegiam o objetivo econômico.

Ademais, quando as visões dos autores que chamamos de pragmáticos e também em alguns quesitos da visão marxista, a ecosol parece ser influenciada também pela lógica capitalista e pelo contexto econômico e político do país.

Algumas pessoas dos empreendimentos entrevistados relataram que o contexto econômico influi principalmente nos preços e nas demandas por seus produtos. Em especial às cooperativas de coleta seletiva em que o preço do material coletado depende de flutuações de preços do mercado e até mesmo de questões cambiais.

Por fim cabe mencionar que fatores sócio-culturais como o saber, o querer e o poder influem de forma direta tanto nas potencialidades quanto nos entraves nas dinâmicas em ecosol nos três municípios.

Essa influência se dá de forma transversal, por vezes em maior grau e por vezes em menor grau, podendo até mesmo, em alguns eventos, um fator influenciar e inibir o outro.

Além disso, visto que mesmo no interior das iniciativas solidárias a questão da cooperação e autogestão ainda não consegue alcançar uma totalidade, pois estas são parciais, a ecosol, na dinâmica e configuração atual parece não ensejar uma possibilidade de totalizar uma sociedade socialista e superar o capitalismo como defende Singer (2007).

Além disso, comprova-se a abordagem dos pragmáticos e marxistas de que os

empreendimentos solidários são extremamente dependentes das ações do Estado, salvo algumas exceções. Por fim verifica-se também a necessidade abordada por Pochmann (2004) e França Filho (2007) de políticas mais amplas e integradas que contemplem as ações em ecosol.

Finalmente, na visão do autor desta dissertação, seria necessária a aceitação de pluralidades e diversas complexidades existentes na ecosol, analisando-as e propondo soluções sob uma ótica mais pragmática, a fim de elevar as experiências solidárias a um patamar mais sólido para então se começar a pensar e almejar um propósito mais amplo, geral e ideológico em relação a esta. São questões que permitem refletir e instigam futuros trabalhos de pesquisa.

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABLAS, Luiz. O estudo dos eixos como instrumento de planejamento regional. In: GONÇALVES, F. M. BRANDÃO, C. GALVÃO, A. C. (orgs.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões: O desafio urbano-regional**. São Paulo. UNESP. ANPUR, 2003.

ATAUALPA, L. O. Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: um caso brasileiro. **Otra Economía**, Local, vol. 6, n. 10, p. 53-67, 2012.

BARBOSA, R. N. de C. **A Economia Solidária como Política Pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo, Cortez, 2007.

BOCAYUVA, P. C. C. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Coppe/UFRJ In: CAMAROTTI, I.; PETER, S. (Orgs.). **Redução da pobreza e dinâmicas locais**. Rio de Janeiro, FGV, 2001. p.235-261.

BOUCHER, F.; GONZÁLEZ, J. A. R. **Guía Metodológica para la Activación de Sistemas Agroalimentários Localizados**, IICA, CIRAD, REDSIAL, México, 2011.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

CRUZ, A. Uma Contribuição Crítica as Políticas Públicas de apoio à economia solidária. In: **Economia Solidária Vol. 1**. Artigo produzido como trabalho de conclusão da disciplina “Economia Solidária” sob responsabilidade do Prof. Dr. Paul Singer. PPG em Economia. FEA-USP, 2º semestre, 2001.

CULTI, M. N.; KOYAMA, M. A.; TRINDADE, M. **Economia solidária no Brasil: tipologia dos empreendimentos econômico solidários**. Rede Unitrabalho. São Paulo: Todos os Bichos, 2010.

DAGNINO, R.; NOVAES, H. As forças produtivas e a transição ao socialismo: contrastando as concepções de Paul Singer e István Mészáros. In: **Colóquio Marx e Engels**, 4, 2005,

Campinas. Anais, Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2005. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT4/gt4m2c7.PDF>>.

ENGELS, F. **Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico**, São Paulo: Global, 1984.

FISCHER, T. Poderes Locais, Desenvolvimento e Gestão: introdução à uma agenda. In: Fischer, T. (Org.). **Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais**. 1 ed. Salvador: Casa da Qualidade, 2002, v. 1, p. 12-31.

FOLHA DA CIDADE, Marcelo Barbieri e Márcia Lia acertam detalhes para regulamentar economia solidária na cidade, matéria em 02/10/2009. Disponível em: <http://www.folhacidade.com.br/antigo/?pg=ver_noticia&id=2385&page=10 >

FONSECA, S. A. et al. Panorama da Economia Solidária em Araraquara. In: CASAGRANDE, E. E.; JARDIM, M. C. (orgs). **Araraquara dos Anos 2000: uma perspectiva a partir de diferentes olhares**. 1 ed. São Paulo. Cultura Acadêmica, 2014.

FORUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Carta de princípios (Documentos do FBES). Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=109&Itemid=216>

FOURIER, F. M. C. O novo mundo industrial e societário. In A. Teixeira (Ed.), **Utópicos, heréticos e malditos: Os precursores do pensamento social de nossa época**. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2002.

FRANÇA FILHO, G. C. de. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. Civitas – **Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 155-174, jan.-jun. 2007.

FRANÇA FILHO, G. C. de; LAVILLE, J. L. **A Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004.

GAIGER, L. I. Significado e Tendências da Economia Solidária. In: Central Única dos Trabalhadores – CUT (org.), **Sindicalismo e Economia Solidária**. São Paulo, CUT. 1999

_____. As Organizações do terceiro Setor e Economia Popular Solidária. **Revista Ciências Sociais Unisinos**. Vol. 37. n. 159, 2001.

_____. A Economia Solidária diante do modo de produção capitalista. **Cadernos do CRH**, UFBA, Salvador, 2003.

_____. Entrevista com Luiz Inácio Gaiger: O caminho de afirmação de uma outra forma de economia. **IHU ON-LINE**, 2007. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1165&secao=229>

_____. Práticas Sociais e Conhecimento Acadêmico no Campo da Economia Solidária, **BIB**, n. 73, São Paulo, 2012.

_____. A Economia Solidária e a Revitalização do Paradigma cooperativo, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 28, n. 82, junho, 2013.

GAIGER, L. I.; LAVILE, J. L. Economia Solidária. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. (Coord). **Dicionário internacional de economia solidária**. Coimbra: Ed. Almedina, 2009.

GALJART, B. Difusão Cultural, modernização e subdesenvolvimento. In: SZMRECSANYI, Tamás; QUEDA, Oriowaldo (Orgs). **Vida Rural e Mudança social**, 1976.

GERMER, C. M. A Economia Solidária: uma crítica com base em Marx. In: **Colóquio Marx e Engel**, 4, 2005, Campinas. Anais, Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2005. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT4/gt4m2c5.PDF>>.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A., C. **Finanças Públicas: Teoria e Prática no Brasil**, Editora Campus, 2007.

GONSALVES, E. P. **Iniciação à Pesquisa Científica**. Campinas, Editora Alínea, 2007.

GÜTTLER, A. C. **A colonização do Saí (1842-1844): Esperança de falansteriano: Expectativa de um governo**. Dissertação de Mestrado não-publicada, Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 1994.

HOCHMANN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. **Políticas Públicas no Brasil**, Editora FIOCRUZ, 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. Araraquara. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/economia.php?lang=&codmun=350320&search=sao-paulo|araraquara|infograficos:-despesas-e-receitas-orcamentarias-e-pib>>. Acesso em novembro de 2013.

KRAYCHETE, G. **Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

LAVILLE, J. L. Economia Solidária, a perspectiva europeia. Sociedade e Estado. Vol.16. no.1-2. Brasília June/Dec, 2001. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922001000100004>>. Acesso em novembro de 2014.

MARX, K. A Miséria da Filosofia, S. Paulo, Global, 1847.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Centros Públicos de Economia Solidária. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/centros-publicos-de-economia-solidaria.htm>. Acesso em janeiro de 2015.

NETO, A. B. S.; SANTOS, L. B. D. Ferdinand Lassalle e o Estado de Bem-Estar Social. **Jurisvox**. Patos de Minas: UNIPAM, 9, p. 09-23, out. 2008.

OWEN, R. O livro do novo mundo moral. In A. Teixeira (Ed.), **Utópicos, heréticos e malditos: Os precursores do pensamento social de nossa época** (pp. 101-146). Rio de Janeiro, RJ: Record, 2002. (Original publicado em 1836-1844).

PEREIRA, C.M.G.M. **Economia Solidária: uma investigação sobre suas iniciativas**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2011a.

_____. Economia Solidária: alcances e limites. Entrevista. [10 de junho, 2011]. **IHU On-Line**, 2011b. Disponível em: < <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/44076-economia-solidaria-alcances-e-limites-entrevista-especial-com-clara-marinho-pereira>>. Acesso em: outubro de 2013.

POCHMANN, M. Economia Solidária no Brasil: possibilidades e limites. In: IPEA. **Boletim de Mercado de Trabalho: conjuntura e análises**, n. 24. Agosto de 2004. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/mt_24g.pdf>. Acesso em: novembro de 2014.

PORTAL BRASIL. Brasil implanta centros de economia solidária em 42 municípios. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2013/02/brasil-implanta-centros-de-economia-solidaria-em-42-municipios>>. Acesso em janeiro de 2015.

PROUDHON, P. J. **A nova sociedade**. Porto, Edições Rés, 1978.

REDE DE ITCPs. Nossa história. Disponível em: < <http://www.redeitcps.com.br/historia.php>>.

REDE UNITRABALHO. Incubadora de empreendimentos solidários. Disponível em: <<http://www.unitrabalho.org.br/spip.php?article6>>.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Políticas Públicas de Economia Solidária: Panorama Nacional 2012. Disponível em < <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3ADC4216013AFAFE41F524B0/POL%C3%84DTICAS%20P%C3%94BLICAS%20ES%20-%20Panorama%20Nacional.pdf>>. Acesso em janeiro de 2015.

SESCOOP. SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM EM COOPERATIVISMO. Panorama do cooperativismo brasileiro ano 2011. Relatório da gerência de monitoramento. Mar, 2012.

SAINT-SIMON, H. Parábola. In A. Teixeira (Ed.), **Utópicos, heréticos e malditos: Os precursores do pensamento social de nossa época** (pp. 57-61). Rio de Janeiro, RJ: Record, 2002. (Original publicado em 1810).

SDTI OSASCO, SDTI em números: informações e estatísticas sobre as ações de trabalho, emprego e renda, Osasco, SP, Editora Huctec, 2011.

SINGER, P. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**, São Paulo: Contexto, 1998.

_____. **A economia solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego**, São Paulo: Contexto, 2000.

_____. Economia Solidária: possibilidades e desafios. **Revista Proposta**. N. 88/89. Rio de Janeiro, 2001.

_____. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2002.

_____. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário, **Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**, Estud. av. v.18 n.51 São Paulo maio/ago, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000200001&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>

_____. Economia Solidária: Entrevista com Paul Singer. **Estudos Avançados**. vol.22, n.62, São Paulo, janeiro - abril, 2008. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142008000100020>>. Acesso em: julho de 2014.

SOUZA, Celina. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. In: HOCHMANN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. **Políticas Públicas no Brasil**, Editora FIOCRUZ, 2007.

TAUILE, J. R., RODRIGUES, H, Economia solidária e autogetão: a criação e re-criação de trabalho e renda, 2004. Disponível em: <http://www.unitrabalho.org.br/paginas/artigos.html>

TEIXEIRA, A. (Ed.). **Utópicos, heréticos e malditos**: Os precursores do pensamento social de nossa época. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2002.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez, 2005. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022005000300009>>. Acesso em: março de 2015.

VECHIA R. D. et al. A Rede de ITCP: passado, presente e alguns desafios para o futuro. **Revista Diálogo**, Canoas, n. 18, p. 115-144, 2011.

WELLEN, H. **Para a Crítica da Economia Solidária**. Outras Expressões. 1ª edição. São Paulo, 2012.

_____. Contribuição à crítica da economia solidária. **Rev. Katál. Florianópolis** v. 11 n. 1 p. 105-115 jan./jun. 2008.

YIN, R. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 3ª ed., Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZAAR. M. H. Dos Socialismos Utópicos e Revolucionário à Economia Solidária. **Mercator**, Fortaleza. ISSN 1984-2201. Vol. 12, n. 2, set.2013.

10 ANEXOS

Roteiro de entrevistas:

Entrevista com os empreendimentos solidários:

Município: Local:

Data:

Instituição a que pertence:

Entrevistado:

Cargo:

Telefone: E-mail:

BLOCO I: Categoria histórica:

O processo originário:

- 1- Primeiramente, quando se deu a origem do empreendimento?
- 2- De quem partiu a mobilização? Quais foram as motivações envolvidas?
- 3- Como foi esse processo de origem?
- 4- Na origem, tiveram algum tipo de apoio? De quem?
- 5- O processo de deliberação e constituição da Lei Municipal de Economia contou com a participação do empreendimento o qual o sr(a). pertence? E dos outros empreendimentos?
- 6- A lei auxiliou de alguma forma nesse processo de origem do empreendimento?

BLOCO II: Dinâmica e situação atual: FOFA

Fatores Externos:

Oportunidades:

- 1) Quais são os elementos externos que podem influenciar positivamente no empreendimento?
- 2) Qual o potencial de mercado para o empreendimento?
- 3) Recebem algum tipo de apoio? Quais os tipos de apoio, se existirem, e de quais instituições?
- 4) Como se dá a relação do empreendimento junto as instituições de apoio?

Ameaças:

- 1) Na sua visão, quais as ameaças externas para a sobrevivência do empreendimento?
- 2) Quais as necessidades de apoio externo que falta para o empreendimento?

Fatores Internos:**Fortalezas:**

- 1) Na sua perspectiva, quais as vantagens que essa atividade proporciona às pessoas do empreendimento? (Pensando em questões do empreendimento e da vida pessoal)
- 2) E as vantagens de trabalhar com os princípios da economia solidária?
- 3) Quais as perspectivas futuras?

Fraquezas:

- 1) Quais os principais problemas administrativos e de gestão do empreendimento?
- 2) Há outros empecilhos na organização interna? Quais?
- 3) Como tem sido o enfrentamento desses problemas abordados na questão 1 e 2?

BLOCO III: Fatores sócio-culturais:**Saberes:**

- 1) O que o sr(a). conhece sobre a economia solidária?
- 2) Receberam ou recebem algum tipo de educação nesse tema?
- 3) E sobre a atividade que exerce, conhece o ofício? Recebeu ou recebe capacitação?

Quereres:

- 1) Por que está nesse empreendimento, exercendo esse ofício?
- 2) Por que escolheu trabalhar com economia solidária?

Poderes:

- 1) Recebeu ou recebe capacitação para esse ofício?
- 2) Recebe financiamento ou crédito de algum tipo?
- 3) O que viabiliza prosseguir nesse empreendimento?

Entrevista com as Instituições de apoio:

Município: _____ Local: _____

Data: _____

Instituição a que pertence: _____

Entrevistado: _____

Cargo: _____

Telefone: _____ E-mail: _____

BLOCO I: Categoria histórica:

- 1- Primeiramente, quando se deu a origem das políticas públicas em economia solidária no município? E conseqüentemente a instituição de qual faz parte?
- 2- De quem partiu a mobilização? Quais foram as motivações envolvidas?
- 3- Como foi esse processo de origem?
- 4- Na origem, tiveram algum tipo de apoio? De quem?
- 5- A Lei Municipal de Economia Solidária auxiliou de alguma forma nesse processo de origem?

BLOCO II: Dinâmica atual político-institucional: FOFA**Ambiente Externo:****Oportunidades:**

- 1) Quais os elementos externos que podem influenciar positivamente na atuação da instituição a qual o(a) sr(a). pertence?
- 2) Há recursos disponíveis para a atuação?
- 3) Quais as ações previstas na Lei Municipal de Economia Solidária que são realmente praticadas?

Ameaças:

- 1) Quais os fatores externos que pode influenciar negativamente nas políticas de economia solidária no município?

- 2) Há recursos e ações previstas para o projeto da economia solidária que não são utilizados? Por quê?
- 3) Como se dá a relação da instituição a qual o(a) sr(a). pertence com os empreendimentos solidários? E com outras instituições de apoio?

Ambiente Interno:**Fortalezas:**

- 1) Quais os principais projetos desenvolvidos?
- 2) Há uma equipe comprometida com o projeto solidário?

Fraquezas:

- 1) Quais são os principais obstáculos internos para o desenvolvimento do trabalho da instituição de apoio?
- 2) Há problemas na organização interna e nas relações da equipe?

BLOCO III: Fatores sócio-culturais:**Saberes:**

- 1) Na sua perspectiva, qual a importância da política de economia solidária no município?
- 2) Já estudou ou estuda a respeito do tema?

Quereres:

- 1) Qual a motivação em trabalhar com esse projeto solidário?
- 2) Quais os aspectos pessoais que levaram o(a) sr(a). trabalhar com economia solidária?

Poderes:

- 1) A instituição conta com recursos suficientes para dar andamento ao projeto solidário?
- 2) Há apoio da gestão municipal nesse projeto?